

**MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO IBGE:  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO-METODOLÓGICO**

Icléia Thiesen Magalhães Costa

10928

**Fundação Instituto Brasileiro  
de Geografia e Estatística  
IBGE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em  
Ciência da Informação, CNPq (IBICT) / UFRJ  
(ECO), como requisito parcial para obtenção do  
Grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora:

Heloisa Tardin Christovão, PhD  
Pesquisadora Titular, CNPq (IBICT)

Rio de Janeiro  
1992

## AGRADECIMENTOS

Esta página é pequena demais para conter todas as pessoas e instituições a quem devo este estudo. Como a memória humana é seletiva e por isso falha, tentarei limitar-me àquelas que mais diretamente influiram nesta pesquisa:

. à Heloisa T. Christovão que, desde 1987, ainda no tempo do CDC (Curso de Especialização em Documentação e Informação) soube despertar-me para a busca do conhecimento que ainda hoje procuro;

. aos informantes desta pesquisa, funcionários e ex-funcionários do IBGE e representantes de instituições incluídas neste trabalho, pela imprescindível colaboração ao trabalho. O anonimato me impede de nomeá-los;

. ao corpo docente do CDC e do Curso de Mestrado em Ciência da Informação, com quem aprendi os primeiros passos;

. aos colegas do CDC e do Curso de Mestrado em Ciência da Informação pelo enriquecimento nascido da convivência sofrida nesta maratona que parece não ter fim. E será que tem?

. a Teodora M.G. da Neves que, nos momentos mais difíceis, não me permitiu desanimar;

. aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação e da Biblioteca da ECO/UFRJ, com quem convivo desde 1987, na especialização;

. ao CNPq e a Comissão de Bolsas do Curso de Mestrado em Ciência da Informação, pela Bolsa que me concederam, e que representou apoio inestimável;

. a Maria Beatriz P. de Carvalho pelo estímulo a pós-graduação logo que me recebeu na antiga Biblioteca Central do IBGE, hoje DEDOC;

. a Maria das Graças de O. Nascimento, mentora do então Projeto Memória do IBGE, a quem devo a presença amiga desde 1986, mormente no acompanhamento desta pesquisa, com críticas, sugestões e injeções de ânimo;

. a Regina de Almeida Sá que, sem saber, me deu o tema da dissertação;

aos colegas do CDDI de quem obtive inúmeras dicas, em conversas informais;

. ao Setor de Memória Institucional pelo precioso apoio técnico na busca de informações, constituindo-se em laboratório para o desenvolvimento das idéias deste estudo;

. a Laurinda, Regina e Telma pelo valioso socorro prestado na transcrição das entrevistas;

. ao Mário Bros. pelas conversas sobre Bergson e não-memória que, embora não tenham sido abordadas *in toto* neste estudo, contribuíram na organização das idéias;

. a Roselir de Brito Baptista pelo apoio incansável na normalização do trabalho;

. a Marília de Almeida March pelo auxílio nas questões de língua inglesa;

. a Maria das Graças Siqueira pelo estímulo ao término da pesquisa para que pudesse cuidar da digitação, o que fez em condições as mais adversas, com toda dedicação;

. em especial a minha família pela compreensão nas ausências das mais variadas ordens, pela paciência nos momentos de tensão e pelo estímulo tão necessário à finalização da dissertação;

. a meu pai, "in memoriam".

Esta dissertação é dedicada à comunidade ibgeiana, formada de funcionários e ex-funcionários que, ao longo de 56 anos, vêm cumprindo a tarefa árdua de retratar a realidade nacional, em todos os confins deste país, sob condições nem sempre as mais favoráveis.

### ADEUS A SETE QUEDAS

Sete quedas por mim passaram,  
 E todas sete se esváram.  
 Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele  
 a memória dos índios, pulverizada,  
 Já não desperta o mínimo arrepio.  
 Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes,  
 Aos apagados fogos  
 De Ciudad Real de Guairá vão juntar-se  
 Os sete fantasmas das águas assassinadas  
 Por mão do homem, dono do planeta.  
 Aqui outrora retumbaram vozes  
 Da natureza imaginosa, fértil  
 Em teatrais encenações de sonhos  
 Aos homens ofertadas sem contrato.  
 Uma beleza-em-si, fantástico desenho  
 Corporizado em cachões e bulhões de aéreo contorno  
 Mostrava-se, despia-se, doava-se  
 Em livre coito à humana vista extasiada.  
 Toda a arquitetura, toda a engenharia  
 De remotos egípcios e assírios  
 Em vão ousaria criar tal monumento.  
 E desfaz-se  
 Por ingrata intervenção de tecnocratas.  
 Aqui sete visões, sete esculturas  
 De líquido perfil  
 Dissolvem-se entre cálculos computadorizados  
 De um país que vai deixando de ser humano  
 Para tornar-se empresa gélida, mais nada.

---

Sete quedas por nós passaram,  
 E não soubemos, ah, não soubemos amá-las,  
 E todas sete foram mortas,  
 E todas sete somem no ar,  
 Sete fantasmas, sete crimes  
 Dos vivos golpeando a vida  
 Que nunca mais renascerá.

Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

V

RESUMO

página

Resumo .....	VI
Abstract .....	VI
Lista de Quadros .....	VII
Lista de Anexos .....	VIII
1 INTRODUÇÃO .....	1
2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	9
3 TEMPO DE LEMBRAR, TEMPO DE ESQUECER .....	12
4 OS CAMINHOS DA PESQUISA .....	28
4.1 Identificando os interlocutores.....	30
4.2 A utilização da literatura .....	40
4.3 O trabalho de campo e o tratamento dos dados	43
5 MEMÓRIA INSTITUCIONAL .....	52
5.1 Com a palavra os autores .....	52
5.2 A visão dos informantes .....	73
5.2.1 Memória .....	73
5.2.2 A Identidade do IBGE .....	83
5.2.3 Memória Institucional .....	94
5.2.3.1 Memória Técnica .....	103
5.2.4 O que preservar .....	105
5.2.5 O que não preservar .....	117
5.2.6 Critérios de Seleção de Acervos .....	120
5.2.6.1 Critérios de Seleção dos Atores para a História Oral.....	129
5.2.7 Dificuldades Metodológicas Apontadas .	131
5.2.8 Impasses Técnicos e Metodológicos Superados .....	133
5.3 Para um modelo de Sistema de Recuperação de Memória Institucional .....	134
6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES .....	146
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	152
8 ANEXOS .....	156

## RESUMO

Estudo exploratório-metodológico sobre *memória institucional*, tendo como referência a do IBGE, cujo objetivo geral é o de construir parâmetros teóricos e metodológicos baseados nos resultados obtidos na pesquisa, ampliando o leque de conhecimentos sobre o tema. Tais parâmetros constituem um solo preliminar para o planejamento de Sistema de Recuperação da Memória Institucional do IBGE, com vistas a sua preservação. Em âmbito específico pretende contribuir para o aprimoramento de técnicas de coleta e análise de dados, relatando-se os acertos e desacertos dessa caminhada.

## ABSTRACT

A methodological-exploratory study on institutional historical records is developed, taking as a reference point the IBGE Institutional Historical Record. Its general aim is the construction of methodological and theoretical parameters based on results derived from the survey, in order to widen the existing information on the subject. Those parameters constitute a preliminary ground for the planning of the Retrieval System for the IBGE Institutional Historical Record, for purposes of preserving it. The study is designed more specifically to contribute to the improvement of data collection and analysis techniques, by reporting right and wrong directions taken on the way.

## Lista de Quadros

página

1 Relação das unidades regionais presentes à reunião de março 1991 .....	34
2 Distribuição dos componentes da amostra, segundo os instrumentos de pesquisa utilizados e o índice de resposta obtido .....	39
3 Unidades Regionais respondentes e não respondentes ..	40
4 Relação dos principais conceitos/autores no contexto da pesquisa .....	42

## Lista de Anexos

	página
I Identificação dos componentes da Memória Institucional do IBGE em 1991 .....	156
II Modelo de carta entregue aos representantes das unidades regionais do IBGE, em 26.3.91, capeando o roteiro 1 de entrevista/questionário ....	159
III Modelo de carta enviada aos representantes das unidades regionais do IBGE, em 17.4.91 .....	162
IV Roteiro 2 de entrevista/questionário .....	164
V Entrevista piloto com Juliana e Pedro .....	166

## 1 INTRODUÇÃO

Observa-se nos últimos anos no Brasil um interesse incomum pelas questões ligadas à memória nacional, que se dispersam em iniciativas por vezes isoladas ou mesmo diluídas nos descaminhos das políticas de informação, de educação e de cultura. Aliás, não se comprehende o por quê dessas questões, primordiais para o desenvolvimento de uma nação, estarem hoje sendo tratadas em blocos isolados no Brasil, pulverizando-se iniciativas e recursos que a priori desaguariam na mesma avenida, ou seja, no processo de formação do cidadão.

As sucessivas mudanças que ocorrem na estrutura dos órgãos públicos em geral contribuem consideravelmente para a perda de acervos documentais, sejam arquivísticos, bibliográficos ou museológicos. Sem falar do acesso à informação que constitui um direito inalienável do cidadão, via de regra reduzido a privilégio de alguns.

Apenas recentemente é possível vislumbrar a esperança de mudanças a nível nacional do quadro caótico em que se encontram os arquivos públicos e privados, com a aprovação pelo Senado da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que "dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados e dá outras providências", numa tentativa de assegurar o "direito de acesso pleno aos documentos públicos"(1)\*. Embora no Brasil a existência de leis não garanta o seu cumprimento, este é um passo importante em busca do

\* Notas e citações no final do capítulo Geografia e Estatística

resgate da memória nacional muitas vezes controlada pelos mecanismos da história oficial, na medida em que instituições detentoras de documentação relevante para a pesquisa que muitas vezes é destruída em ações irresponsáveis, permitem a perda por descaso ou ainda restringem o acesso a documentos que classificam como "confidenciais" e outras variantes, perpetuando o mito dos grandes homens, em detrimento dos anônimos que empurram o barco da História.

Iniciativa governamental que se propõe a reavivar a produção cultural do País é a instituição do PRONAC (Programa Nacional de Apoio à Cultura), através da Lei nº. 8313, de 23.12.1991, regulamentada pelo Decreto nº. 455, de 26 de fevereiro de 1992 e disciplinada pela Instrução Normativa PRONAC nº 1, de 27 de março de 1992 (2). Conhecida como "Lei Rouanet", esta nova legislação promete incentivar projetos culturais de amplo espectro. Espera-se que esta não seja mais uma iniciativa a esbarrar nos entraves burocráticos e políticos que costumam comprometer o sucesso de tais iniciativas.

Inaugurada a chamada Nova República, despontou em inúmeros setores da vida nacional a preocupação, que já vinha sendo germinada de forma latente, com o resgate de sua memória, materializada em idéias, experiências e lutas que geram os traços culturais de uma nação, condenados durante longo tempo ao esquecimento ou mesmo à destruição. O direito de lembrar mobilizou os cidadãos em direção à busca e preservação de seu passado recente no Brasil.

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-

IBGE, instituição de âmbito nacional, que há 56 anos produz informações que refletem a trajetória da população brasileira, não poderia furtar-se ao desafio de lançar as bases do seu Projeto Memória. Orgão vinculado ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, com personalidade jurídica de direito privado, o IBGE tem por finalidade "a pesquisa, produção, análise e difusão de informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, geodésica, demográfica, sócio-econômica, de recursos naturais e de condições do meio ambiente, com vistas ao conhecimento da realidade física, humana, econômica e social, relacionados com programas e projetos de desenvolvimento nacional" (3).

A oportunidade do Cinqucentenário do IBGE, em 1986, motivou a idéia de se "reunir toda a massa documental escrita, produzida em diferentes etapas de existência do órgão, assim como todos os relatos e testemunhos prestados por autoridades e servidores, com vistas à criação de uma memória histórica da instituição"(4). Com essa finalidade foi constituída uma Comissão encarregada de definir critérios de avaliação da relevância da documentação a ser levantada e apontar os caminhos institucionais que viabilizariam o projeto, denominado "PROJETO MEMÓRIA DO IBGE"(5). A coordenação da referida Comissão coube à Bibliotecas Central (atual Departamento de Documentação e Bibliotecas-DEDODC), depositária oficial de toda a memória documental da instituição, a quem incumbe "planejar, coordenar e executar as atividades de seleção, aquisição, armazenamento e manutenção das coleções que constituem o acervo impresso existente no IBGE, para fins de recuperação e disseminação das informações contidas nesse acervo; estabelecer as diretrizes que as-

segurem a normalização, a incorporação, a preservação e o uso da documentação produzida pelo IBGE, que constitui a memória técnica institucional" (6).

Em continuação às atividades do referido Projeto, deu-se inicio, em 1987, ao Projeto de História Oral, com o objetivo de "formar uma base de dados, enriquecida pelos subsídios colhidos nas entrevistas a serem realizadas, criando assim fontes históricas de valor inestimável para pesquisadores que, no futuro, desejem se aprofundar em determinados aspectos da história da instituição, possibilitando uma melhor compreensão dos rumos tomados pela vida ibgeana no seu contexto histórico (7).

Outra atividade que vem sendo desenvolvida ao longo do tempo é a identificação do acervo histórico institucional. Embora de forma assistemática, já se conta com acervos diferenciados (bibliográfico, arquivístico, museológico, ambiental e computacional) existentes nas diversas unidades do Instituto, nem sempre administrados diretamente pela equipe que integra o atual Setor de Memória Institucional que passou a constituir segmento próprio da estrutura organizacional, desde 1º de setembro de 1990. O Quadro anexo poderá indicar a situação atual de tais acervos (ANEXO I).

O presente estudo tem caráter exploratório e teórico, tendo em vista a necessidade de construção de um quadro referencial teórico que explicita o conceito de "memória institucional", bem como a necessidade de se constutar ferramentas adequadas ao desenvolvimento

Entende-se como fundamental para o desenvolvimento das atividades de resgate da Memória Institucional - não mais em tempo de projeto, mas como rotina de tarefas - a definição dos caminhos a serem percorridos.

O planejamento de um sistema de informação voltado para a recuperação da memória institucional exige que se compreenda o que vem a ser "memória institucional", do ponto de vista não apenas da literatura, mas também da comunidade ibgeana, de instituições que desenvolvem projetos semelhantes e da sociedade. O resultado de tal investigação poderá fornecer as bases para o delineamento de um modelo de sistema de recuperação da memória institucional, incluindo critérios de seleção para a formação de acervos decorrentes de tais resultados e não apenas de opiniões da equipe.

Sabe-se que a memória é seletiva por natureza. No entanto, é preciso saber também o por quê do binômio memória-esquecimento ou memória-silêncio, já que há muitas razões para lembrar e outras tantas para esquecer. Se o objetivo maior é a recuperação da memória institucional, importa que a massa documental - escrita e oral - produzida em diferentes momentos seja representativa da trajetória do IBGE como um todo, em seus diversos segmentos. Cumpre cuidar da memória hoje para que se tenha a história sempre...

O presente estudo tem caráter exploratório-metodológico tendo em vista a necessidade de construção de um quadro referencial teórico que esclareça o conceito de "memória institucional", bem como a necessidade de se construir ferramentas adequadas ao desenvolvi-

mento das atividades de resgate da memória do IBGE a constituiriam um solo epistemológico senão seguro e definitivo, ao menos estruturado de acordo com parâmetros consensuais.

No entender de GIL (8, p.45), "Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis."

Assim, este estudo pautou-se nos pontos nevrálgicos afetos a uma linha de pesquisa pouco explorada no Brasil - memória institucional - que, na verdade, precisa ser melhor desenvolvida. Esta é uma primeira abordagem, de caráter exploratório, característica de uma área a ser desbravada, construindo-se modelo(s) teórico(s) e metodológico(s) a ser (em) sedimentado(s).

O 2º Capítulo trata do objetivo geral da pesquisa, bem como dos objetivos específicos que tornarão possível alcançar aquele que é mais amplo.

O 3º Capítulo, denominado "Tempo de lembrar, tempo de esquecer", é, na realidade, uma breve revisão da literatura, em que se aborda de forma sucinta o contexto das sociedades industriais capitalistas, onde se inserem as questões ligadas à memória, constituindo-se num cenário geral e abrangente para que se possa entender o que afeta a construção/destruição de memórias coletivas.

"Os caminhos da pesquisa" constituem o 4º Capítulo, que aborda a metodologia da pesquisa que teve, como foi dito anteriormente, caráter exploratório, tendo em vista a necessidade de construção de um quadro referencial teórico que esclareça o conceito de "memória institucional", fornecendo subsídios aos estudos e pesquisas que lhe são afetos. Procurou-se ainda descrever o passo a passo em busca dos informantes, dos autores via literatura especializada, além do trabalho de campo, incluindo-se os acertos e desacertos desta trajetória.

No Capítulo cinco, intitulado "Memória Institucional", aborda-se a literatura de várias áreas do conhecimento, tendo em vista a interdisciplinaridade do tema ora tratado, com o intuito de reunir definições de memória e seus apostos, ponto de partida da pesquisa bem como outros conceitos entendidos como tangenciais ao tema, sem os quais não se poderia tratar com clareza do universo teórico pertinente a esta pesquisa. Além disso, coloca-se em evidência a visão dos informantes desta investigação, refletida tanto no ponto de vista de funcionários e ex-funcionários, quanto no de representantes de instituições que desenvolvem projetos semelhantes. Delineia-se ainda os parâmetros para a construção de um modelo de Sistema de Recuperação da Memória Institucional, objetivo geral deste estudo.

O Capítulo 6º indica conclusões e sugestões decorrentes não apenas do estudo que ora se apresenta, como também das opiniões e indicações levantadas junto aos informantes, sejam individuais ou institucionais.

OBJETIVOS DA PESQUISA Citações e Notas

- 1 BRASIL. Lei nº 8159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, v.129, n.6, p.455, 9 jan. 1991, secção I.
- 2 BRASIL. Lei nº 8313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, v.129, n.249, p.30261, 24 de dezembro de 1991, secção I.
- 3 BRASIL. Decreto nº 97.434, de 5 de janeiro de 1989. Altera o Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, v.127, n.5, p.369, 6 jan. 1989, secção I.
- 4 PROJETO Memória do IBGE; anteprojeto de pesquisa. Rio de Janeiro : IBGE, 1985.
- 5 IBGE. Resolução do Presidente nº 59, de 30.10.1985. Integravam a Comissão : Maria das Graças Oliveira Nascimento, Maria de Nazareth Furtado Gomes, Severino Bezerra Cabral Filho e Marcia Bandeira.
- 6 Anteprojeto do Estatuto do IBGE. Rio de Janeiro : IBGE, 1991.
- 7 COSTA, Icleia Thiesen Magalhães. *História Oral do IBGE; uma proposta de pesquisa*. Rio de Janeiro, 1987. Trabalho final apresentado à disciplina Metodologia da Pesquisa, Curso de Especialização em Documentação e Informação (CDC), UFRJ/ECO, CNPq/IBICT. 8 p.
- 8 GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo : Atlas, 1987. 206p. p.45.

## 2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa é a construção de parâmetros teóricos e metodológicos para um modelo de "Sistema de Recuperação da Memória Institucional", levando-se em conta o quadro referencial teórico elaborado, os resultados obtidos, ou seja, os subsídios colhidos junto aos informantes: funcionários, ex-funcionários e instituições que desenvolvem projetos de resgate de sua memória.

Os objetivos específicos, que tornam possível o alcance do objetivo geral, são: 1) buscar na literatura elementos conceituais que sirvam de subsídios para a definição de memória institucional, definição esta que reflete os pontos de vista da comunidade ibgeana (funcionários e ex-funcionários) e de instituições com projetos semelhantes; 2) elaborar instrumentos metodológicos para a coleta, análise e utilização das informações captadas junto à comunidade ibgeana e a instituições com projetos semelhantes, alvos de interesse para a pesquisa no que se refere à identificação de sua(s) memória(s) no contexto institucional e/ou suas expectativas em relação à memória institucional do IBGE.

Tais objetivos são assim definidos tendo em vista o caráter exploratório-metodológico desta pesquisa que, como já frisado antes, reflete a necessidade de reunir ferramentas teóricas e metodológicas adequadas ao desenvolvimento de estudos e pesquisas históricas levadas a efeito no IBGE.

O capítulo seguinte se constitui numa revisão seletiva da literatura, onde se procurou abordar de forma sucinta o contexto das sociedades industriais capitalistas, palco das questões ligadas à construção/destruição de memórias coletivas.

“...não é só a história que é o resultado da cultura, é a cultura que aponta, indica ou sugere a história, observando o curso de sua evolução, de sua geografia e de sua arquitetura, sempre inseparavelmente encantada, ali onde a paisagem é sempre considerada não só olhar insólito, desenhado, mas também como concretização, sólido ou fluido, ruído, intercambiar, reagrupar no aspecto de uma narrativa, perderam sua identidade, mas sua essência, mas só onde a paisagem fosse considerada resultado de um olhar esteticizado, envolvido em estética, onde fossem cedidas seu valor distintivo”.

José Moura Gonçalves FILHO  
NOVOS "PAISAGENS" DA CULTURA. Rio: Phoca Comunicação Ltda, 1995. p.107

"A memória rodeia, roça e penetra os materiais de cultura, neles se apoiando, neles se agarrando e se arraigando, compondo o campo de uma economia, de uma geografia e de uma arquitetura intrinsecamente existenciais: aí onde a paisagem humana convida não ao olhar insolente, desdenhoso, dos vínculos consumistas, em que as coisas todas, intercambiáveis, reduzidas ao espectro de uma mercadoria, perderam sua intimidade, sua atmosfera; mas aí onde a paisagem humana convida à fruição de um olhar semiológico, comovido e distanciado, que toma as coisas em seu valor distintivo".

José Moura Gonçalves Filho

NOVAIS, Adauto, org. *O olhar*. São Paulo:  
Companhia das Letras, 1988. p. 107

### 3 TEMPO DE LEMBRAR, TEMPO DE ESQUECER

O advento das sociedades industriais capitalistas, no bojo do processo de modernização, provocou uma dissociação trabalho-comunicação, mudando a identidade das sociedades e do homem. A experiência do artesão era acumulada e transmitida de geração a geração. A racionalização do trabalho veio a exigir a produção em série, no ritmo da repetição, onde o fator "tempo" substituiu o aprimoramento artesanal, eliminando da indústria a forma construtiva de realização do trabalho: a máquina substituiu as mãos. O aperfeiçoamento hoje está ligado à velocidade de produção. Nesse aspecto a narração vai perdendo espaço como forma de ensino e de transmissão de experiências:

"Com o advento da indústria, como poderia o artesão sobreviver? Foi transformado em operário de segunda classe, até morrer de desgosto e saudade. O mesmo com os tropeiros, que dependiam das trilhas estreitas e das solidões, que morreram quando o asfalto e o automóvel chegaram. Destino igualmente triste teve o boticário, sem recursos para sobreviver num mundo de remédios prontos. Foi devorado no banquete antropofágico das multinacionais. E os médicos-sacerdotes? Conseguiam sobreviver, em parte porque as pessoas ainda acreditavam nos chás, cataplasmas, emplastros, simpatias e rezas de comadres e curandeiras. Foi em parte isto que impediu que se amontoassem nos consultórios do único médico do vilarejo. Além disto, o tempo durava o dobro. Por outro lado, a ausência dos milagres técnicos fazia com que as soluções fossem mais rápidas e simples. Bem dizia a sabedoria popular: 'o que não tem remédio, remediado está'. Também a morte era uma solução".

O cenário antes descrito, reflexão de ALVES (1, p.11-12)\*, dá um panorama real do desaparecimento de algumas das profissões características de um tempo que mudou: o tempo da narração. O espaço onde os sujeitos tinham uma interação participativa. Associação trabalho-comunicação.

Os turnos de trabalho alternados na indústria tiram do operário a chance de sedimentar lembranças e o seu tempo passa a ser mecânico, alterando substancialmente seu ritmo de vida. Os espaços da memória social do trabalho em consequência passam a ser fragmentados. As relações entre conhecimento e trabalho estão vinculadas às relações de produção. As relações entre capital e trabalho levam à desagregação da memória e à perda das condições de "lembrar".

O conceito de enraizamento e seu oposto foram magistralmente tratados por Simone Weil (1909-1943), cujo pensamento filosófico gira em torno da condição operária que ela viveu intensamente, na fábrica, no campo, na sua luta durante a Guerra Civil Espanhola e na Resistência ao Nazismo, renunciando à vida acadêmica. No seu entender, "O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de

\* Notas e citações no final do capítulo  
Fonte: (2) denunciante. Segundo FREITAS (1970-73), a indústria cultural não é, até, amplamente sobre um caso da pro-

definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente." (2, p.347). Para ela, o desenraizamento vem das relações sociais por conta do dinheiro - que (...) "destrói as raízes por onde vai penetrando, substituindo todos os motivos pelo desejo de ganhar" - e da instrução/cultura consideravelmente orientada para a técnica e influenciada por ela, muito tingida de pragmatismo, extremamente fragmentada pela especialização (...)" (3, p.347). E acrescenta adiante: "Seria vão voltar as costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado" (4, p.353-354).

Nesse sentido, convém lembrar o que os teóricos da Escola de Frankfurt (5) denunciaram. Segundo FREITAG (6, p.72-73), (...) "a indústria cultural não é, pois, simplesmente mais um ramo da pro-

dução na diversificada produção capitalista, ela foi concebida e reorganizada para preencher funções sociais específicas, antes preenchidas pela cultura burguesa, alienada de sua base material. A nova produção cultural tem a função de ocupar o espaço do lazer que resta ao operário e ao trabalhador assalariado depois de um longo dia de trabalho, a fim de recompor suas forças para voltar a trabalhar no dia seguinte, sem lhe dar trégua para pensar sobre a realidade miserável em que vive. A indústria cultural, além disso cria a ilusão de que a felicidade não precisa ser adiada para o futuro, por já estar concretizada no presente - basta lembrar o caso da telenovela brasileira."

É nesse sentido também que BOSI (7, p.362) nos fala. "O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças."

Ainda nesse contexto das sociedades industriais, ALVES (8, p. 25) afirma: "O primeiro ato de domínio exige que o dominado esqueça o seu nome, perca a memória do seu passado, não mais se lembre de sua dignidade e aceite os nomes que o senhor impõe. A perda da memória é um evento escravizador. É por isso mesmo que a mais antiga tradição filosófica do mundo ocidental afirma que o nosso

destino depende de nossa capacidade e vontade de recuperar memórias perdidas. Na linha que vai de Platão a Freud, o evento libertador exige que sejamos capazes de dar nomes ao nosso passado. A lembrança é uma experiência transfiguradora e revolucionária. Tanto assim que Marcuse chega a se referir à função subversiva da memória. Por mais curioso e paradoxal, parece que o mais distante é aquilo que está mais próximo do nosso futuro."

Assim, os monopólios absorveram as pequenas empresas e o saber e o fazer que se transmitiam de pai para filho desapareceram. A comunicação da experiência foi aniquilada pelo mundo da técnica. E com essa dissociação trabalho-comunicação perdemos todos. "O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão asas aos fatos principiados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como nos contos da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana." (9, p.49).

O saber e o fazer estão agora na esfera da informação como mercadoria, voltada para o lucro e a concorrência. A informação nesse aspecto é abstrata porque não há interação participativa, estando, portanto, dissociada da ação do sujeito, isolado em seu contexto de ação. "A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão - no campo, no mar e na cidade -, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela

não está interessada em transmitir o 'puro em si' da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso." (10, p.205).

Assim se dá o mesmo processo hoje nos sistemas de informação disponíveis, onde o usuário tende a ficar isolado, sem ver as suas necessidades de informação atendidas. O modelo de comunicação vigente, caracteristicamente mecanicista, via de regra desconhece a identidade daquele a quem os sistemas se destinam em última análise. O excesso de informação, por outro lado, que é um fenômeno mundial, contradiatoriamente torna o homem cada vez menos informado. Como reverter esse quadro? Seria possível minimizar a "distância" entre as pessoas? Por onde começar?

Uma visita a GRAMSCI via COUTINHO (11) poderá nos levar a definições de papéis, primeiro passo para a compreensão do polo político que se coloca diante de nós.

O conceito de sociedade civil em Gramsci é o ponto de partida para o estudo do papel da informação nos seus aspectos cognitivos e de difusão/comunicação. Para ele é no âmbito da superestrutura que se encontram dois grandes planos: o da sociedade civil, que tem a função do consenso (organismos estatais e privados de educação e cultura, a imprensa e a edição, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, a organização es-

colar, a Igreja, os partidos políticos, as associações corporativistas) e o da sociedade política ou Estado (aparelho jurídico, militar, policial das burocracias governamentais) que tem a função e o exercício da coerção, da manutenção pela força da ordem estabelecida.

Na esfera da sociedade civil as classes sociais buscam exercer sua hegemonia, ou seja, (...) "procuram aliados para as suas posições através da direção e do consenso. Por meio da sociedade política, ao contrário, exerce-se sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação mediante a coerção" (12, p.79). Os portadores materiais da sociedade civil são os aparelhos privados de hegemonia, com estrutura e legalidade próprias, organismos sociais relativamente autônomos do Estado no sentido estrito, tais como organismos de massa - sindicatos, partidos. Os portadores materiais da sociedade política estão na burocracia militar e executiva.

Gramsci apud COUTINHO prevê o desaparecimento progressivo da sociedade política a ser absorvida pela sociedade civil e seus organismos próprios. "As funções sociais da dominação e da coerção cedem progressivamente espaço à hegemonia e ao consenso". (13, p.81). A sociedade civil é, portanto, o palco das transformações sociais, onde está caracterizada a função de hegemonia, condição básica para a conquista do poder.

ORTIZ, em seu estudo sobre a consciência fragmentada, faz uma leitura de Gramsci que complementa as idéias acima, explicando a distância existente entre os intelectuais e a massa como um dos

fatores de desarticulação da sociedade civil. Aborda para tanto a questão do conhecimento que, para Gramsci (...) "é uma concepção de mundo que age ética e politicamente na transformação da história" (14, p.51). O conhecimento produzido pelas classes subalternas é fragmentado (o senso comum, o folclore, a linguagem popular) porque fragmentado é o pensamento político das classes subalternas, o que impossibilita toda e qualquer ação política orientada de forma orgânica e coerente. "Entre a ação das classes subalternas e a teoria permanece um *hiatus* e esta é a causa principal, para Gramsci apud ORTIZ, da hegemonia das classes dominantes sobre as massas populares" (15, p.51-52).

A classe dirigente difunde sua ideologia através da (...) "organização material destinada a manter, defender e desenvolver a 'frente teórica'". Gramsci, segundo PORTELLI inclui na estrutura ideológica não apenas as organizações voltadas para difundir a ideologia mas também todos os meios de comunicação social e seus instrumentos passíveis de influenciar a opinião pública (...) "e menciona particularmente as bibliotecas, os círculos, clubes, etc.)" (16, p.27-28).

A formação econômico-social brasileira, cujos pressupostos foram formados no exterior, acarretou uma penetração da cultura européia que estava sendo transformada em nível de universalidade. A ausência de uma cultura autóctone abriu espaço para esta absorção e a cultura européia foi o nosso paradigma. A cultura universal não se impunha pela força mas era assimilada à medida em que

se ligava ao modo de produção brasileiro. O Brasil, segundo Carlos Nelson Coutinho, já é herdeiro potencial daquele patrimônio universal de que falam Marx e Engels. Essa assimilação mecânica ou crítica, passiva ou transformadora é a importação de uma ideologia universal que expressava interesses brasileiros de classe.

O processo de modernização econômico-social brasileiro não resultou de revoluções autênticas, envolvendo a participação popular; foi portanto conservador, encaminhado pelas classes dominantes, deixando de fora as camadas sociais "de baixo". A transição para o capitalismo não foi apenas reproduutora do modelo universal mas também e ainda conservadora. Houve, assim, o que Gramsci qualificou de fortalecimento da sociedade política em detrimento da sociedade civil. A debilidade da sociedade civil deu margem a que os intelectuais ficassem minimizados em seu papel de "expressar a consciência social das classes em choque e de organizar a hegemonia ideológica" (...) (17, p.134-135), servindo de instrumento de cooptação das classes dominantes. Aqueles que não se deixaram cooptar foram reduzidos à marginalidade criativa.

O capitalismo mercantil de Estado emprestou grande estímulo à expansão e consolidação de "uma poderosa indústria cultural em bases não só capitalistas (o que já vinha ocorrendo antes de 64), mas cada vez mais monopolistas e mesmo monopolistas de Estado" (18, p.151). Os meios de comunicação de massa foram atingidos nesse processo, principalmente a televisão, a imprensa e o cinema. Já em relação à indústria editorial e à produção teatral, conseguiu-

se assegurar relativa autonomia em relação aos efeitos da monopolização.

"A Universidade - enquanto importante fator de produção e reprodução cultural - foi submetida não só a processos repressivos diretos, mas também a uma crescente 'racionalização' em sentido capitalista, a formas de divisão do trabalho intelectual que, adequadamente aos mecanismos de reprodução do capital, dificultam enormemente, em seu interior, a formação e a sistematização de uma cultura crítica globalizante" (19, p.151-152).

Segundo Gramsci apud COUTINHO, se os organismos culturais da sociedade fossem mais pluralistas, haveria uma forma de evitar o corte entre os intelectuais e a realidade nacional-popular, numa "articulação orgânica". Para que haja uma democratização da cultura é necessário que seja criado um quadro social, econômico e político capaz de gerar uma cultura não-elitista - (...) "uma democracia pluralista de massas, que garanta o clima propício à liberdade de criação e de crítica, onde a hegemonia de uma corrente ou de outra se processe segundo critérios da própria dialética cultural" (20, p.160).

Entende-se como certo que países como o Brasil, assolados pela miséria, jamais sairão do fosso social em que se encontram, enquanto não atacarem de frente a questão da educação, num esforço para se criar, ainda que tardiamente, as condições subjetivas de ações transformadoras. Atrás das cortinas de fumaça dos discursos ideológicos, que escondem ou já não conseguem esconder realidades

tão desumanas, está um país de analfabetos, de famintos, que vive e sofre hoje os reflexos de décadas de descaso da sociedade política para com a educação primária/secundária/universitária. Daí a premência de se estabelecer, mesmo que a nível micro, regras gerais flexíveis para um Sistema de Recuperação da Memória Institucional do IBGE - órgão de planejamento de Governo que deverá legar ao Terceiro Milênio a memória da trajetória da população brasileira - registrando-se um retrato nítido e visível, sem retoques ou simulacros, do percurso desta Nação. A necessidade de se estabelecer pressupostos epistemológicos, definindo-se critérios e papéis no planejamento e na operacionalização de um sistema de informação de memória é, na realidade, o motor desta pesquisa.

Nesse sentido, a Ciência da Informação, para alguns ainda uma disciplina, para outros uma ciência interdisciplinar e emergente, desenvolve linhas de pesquisa que permitem abordagens multifacetadas da informação, nos mais variados contextos.

A construção de modelo de Sistema de Recuperação da Memória Institucional, a partir dos resultados desta investigação pode ser o ponto de partida para a sistematização das atividades de recuperação e disseminação das informações produzidas pelo IBGE nos seus 56 anos de existência, de acordo não apenas com os objetivos institucionais antes descritos (p.3), como também com as metas da "Ação Programada em Ciência e Tecnologia, nº 29".

Este documento, incluso no III PBDCT - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (instrumento de política cien-

tífica do Governo que contém planos e programas de ação para a Ciência e Tecnologia) tem como um de seus objetivos (...) "contribuir para a definição de uma futura política nacional de ICT, na qual, entre outros pontos, se compatibilizem os interesses dos usuários e produtores individuais e institucionais de ICT com as prioridades e possibilidades da sociedade como um todo, visando a colaborar para que se alcance um desenvolvimento harmônico e justo, tanto no plano científico e tecnológico, quanto social, humanístico e cultural" (21, p.14), procurando-se enfatizar o acesso à informação.

Os sistemas de informação via de regra preocupam-se apenas com os canais formais de comunicação, desconhecendo os caminhos para a geração e busca de informação e que variam de acordo com múltiplos fatores. Os chamados Sistemas de Recuperação da Informação, no seu sentido mais amplo, ou seja, não apenas aqueles desenvolvidos para pesquisadores, deveriam ser planejados no sentido de cumprir sua função - recuperar informação para a comunidade, a partir do reconhecimento de que (...) "a igualdade de oportunidades de acesso à informação científica para todos os usuários deve ser aceita como o único princípio ético correto e dar apoio aos especialistas nos campos da ciência, da economia nacional, da cultura e da educação, ou seja, a todas as áreas da atividade humana. Mas, certamente, não se exclui um enfoque diferenciado na prestação de serviços informativos às distintas categorias de usuários, segundo suas características específicas, necessidades, hábitos, solicitações, etc." (22, p.6).

Assim, construir o tripé informação/memória/educação constitui o desafio maior desta investigação, num trabalho de convencimento institucional interno e externo para que se possa, mesmo que embrionariamente e a longo prazo, tentar reverter o quadro de desinformação, de exclusão cultural que separa os ricos dos pobres da informação.

Democratizar a informação implica necessariamente em resolver toda a problemática abordada neste capítulo, sem o que continuaremos no discurso que não se materializa em ações ligadas às massas e essas tendem cada vez mais a sair do silêncio para reivindicar um papel mais condizente com a sua natureza - o da cidadania.

*Citações e Nota*

- 1 ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo : Cortez, 1986. 87p. p.11-12
- 2 WEIL, Simone. *A Condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969. 399p. p.347
- 3 Ibid, p.347.
- 4 Ibid, p.353-354.
- 5 A ESCOLA de Frankfurt, formada por um grupo de filósofos e pesquisadores alemães na década de 30, teve como principais representantes: Theodor Adorno, Walter Benjamin, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas. Ao elaborar um teoria crítica do conhecimento, inaugurou o conceito de *Indústria Cultural*, sintetizando crítica à cultura de massas como controladora do comportamento social.
- 6 FREITAG, Barbara. *A Teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1988. 184p. p.72-73
- 7 BOSI, Eclea. *Memória e sociedade; lembranças de velhos*. São Paulo : T.A. Queiroz, 1983. 402p. p.362
- 8 ALVES, op. cit., p.25.
- 9 BOSI, op. cit., p.49.
- 10 BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1986. 253p. p.205
- 11 COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1984. 203p.
- 12 ibid, p.79.
- 13 GRAMSCI, Antonio, apud COUTINHO, Carlos Nelson. Ibid, p.81.
- 14 ORTIZ, Renato. *A Consciência fragmentada; ensaios de cultura popular e religião*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. 148p. p.51
- 15 GRAMSCI, Antonio, apud ORTIZ, Renato. Ibid, p.51-52.
- 16 FORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977. 142p. p.27-28

17 COUTINHO, op. cit., p.134-135.

18 COUTINHO, op. cit., p.151.

19 Ibid, p.151-152.

20 GRAMSCI, apud COUTINHO. Op. cit. p.160

21 PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 3 (Brasil). Informação em Ciência e Tecnologia. Brasília : CNPq, 1980. 69p. p.14 (Ação programada em ciência e tecnologia, 29).

22 MIKHAILOV, A.I. La información en un mundo en desarrollo : circunstancias del futuro usuáario. Documentación, n.62, p.3-7, 1985. p.6 (en p.6)

## 36. CAMINHOS DA PESQUISA

Porém, cumprindo os objetivos estabelecidos no Capítulo I, para que definir os caminhos desta pesquisa teórico-crítica, pode-

"Você poderia me dizer, por favor, que caminho  
devo seguir para sair daqui?", disse Alice.  
"Isto depende muito de onde você quer chegar",  
respondeu o gato.

Lewis Carroll

CARROL, Lewis apud MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo : HUCITEC; [Brasília, DF] : INL, 1987. 300p. p.218 (Estudos Históricos).

Para o segmento I, funcionários e ex-funcionários e "marginais" (que é este termo que designa um bloco de pessoas históricas que vivem nas edificações do 5º e 6º), o período de abrangência foi assim determinado no sentido de cobrir os 35 anos de existência da IMSC. Permanecendo em desaceleração "funcões na época de 60-70 milhares de "alunos" no ano de 60 e 50 milhares previsíveis". O segredo é que as relações familiares são vivenciadas e "cotidianas" institucionalizadas nos anos 70 e 80, já que havia tentativa de manter a memória e a memória é o futuro institucional.

Neste disco, procurou-se incluir neste segmento funcionários e ex-funcionários da Tese. Representativas das diferentes áreas de atuação da IMSC, definidas no seu Estatuto, ou seja, Geografia, Economia, Geociências (Geografia, Cartografia, Oceanografia e Recursos

#### 4 OS CAMINHOS DA PESQUISA

Para o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Capítulo 2, procurou-se definir os caminhos desta pesquisa exploratória, cole-  
tando-se dados junto a 3 (três) distintos segmentos: 1)funcioná-  
rios e ex-funcionários do IBGE; 2)instituições que desenvolvem  
projetos semelhantes e 3)literatura especializada.

Na definição do universo da pesquisa alguns princípios preva-  
leceram: a) representatividade; b) acessibilidade, e c) receptivi-  
dade.

Para o segmento 1 (funcionários e ex-funcionários) a repre-  
sentatividade está ligada aos diversos períodos históricos que co-  
brem as décadas de 60 e 80. O período de abrangência foi assim de-  
terminado no sentido de cobrir os 56 anos de existência do IBGE.  
Personagens que desempenharam funções na década de 60 têm condi-  
ções de "olhar" os anos 40 e 50 com alguma proximidade. O mesmo se  
dá em relação àqueles que vivenciaram o cotidiano institucional  
nos anos 70 e 80, já que serão capazes de vislumbrar o passado, o  
presente e o futuro institucional.

Além disso, procurou-se incluir neste segmento funcionários e  
ex-funcionários que fossem representativos das diferentes áreas de  
atuação do IBGE, definidas em seu Estatuto, ou seja, Estatística,  
Economia, Geociências (Geografia, Cartografia, Geodésia e Recursos

Naturais e Meio Ambiente), numa tentativa de captar diferentes momentos históricos, sob a ótica de diferentes especialidades e ainda de diferentes níveis de formação escolar.

O passo seguinte se liga à acessibilidade dos potenciais informantes. É sabido que o IBGE é uma instituição de âmbito nacional e não se dispunha de recursos para deslocamentos aos estados e eventualmente aos municípios, o que possivelmente inviabilizaria este projeto. As unidades regionais seriam representadas na pesquisa por funcionários e ex-funcionários que trabalham ou tenham trabalhado nas referidas unidades, através de mecanismo(s) que pudesse(m) identificá-los. A partir daí, ou seja, definidas a representatividade e a acessibilidade, contou-se com a receptividade dos informantes em colaborar com a pesquisa, seja através de entrevista gravada ou de resposta a questionário.

No que se refere aos informantes de instituições que desenvolvem projetos/atividades semelhantes (segmento 2), estas foram incluídas na pesquisa por força de contatos mantidos em encontros técnicos e culturais ou por referências aos trabalhos que desenvolvem via produtos divulgados (catálogos, folhetos, periódicos, livros, etc.). Pretendeu-se com este segmento captar a experiência acumulada por instituições que desenvolvem também projetos e atividades ligados ao resgate de sua memória, no sentido de verificar os erros e acertos dessa trajetória (metodológicas, técnicas, etc.). Não se pretendeu abranger todas as instituições e sim incluir aquelas que atendiam aos três princípios antes mencionados,

ou seja, de representatividade, de acessibilidade e de receptividade. O inventário em 1986 ao início deste projeto em 1993 deu origem a uma lista por exclusão (exclusão de mortos) ou por inclusão.

Representatividade neste segmento deve ser entendida como experiência acumulada ao longo do tempo, pretendendo-se conhecer metodologias e técnicas de pesquisa por elas desenvolvidas, bem como questões de natureza teórica eventualmente superadas e o que mais se apresentasse oportuno.

#### 4.1 Identificando os interlocutores

A definição/construção do universo de informantes para o segmento 1 (funcionários e ex-funcionários) baseou-se em cadastro existente no Setor de Memória Institucional, originário de levantamento feito em 1986, por ocasião do Cinquentenário do IBGE, quando foi criado o *Projeto Memória do IBGE*. O referido cadastro tinha como eixo a inclusão de informantes potenciais, representativos das áreas de atuação institucional e era integrado por funcionários e ex-funcionários da casa que desempenharam suas funções em diferentes épocas. Estes foram indicados pelos membros da Comissão do Projeto Memória (conforme nota 5, p.8), bem como pelos guardiões da Memória Institucional identificados em todas as áreas. Tais personagens são assim denominados por serem funcionários e ex-funcionários que se destacaram dos demais, por terem desenvolvido ao longo de sua trajetória conhecimento específico de história institucional.

Este cadastro sofreu inúmeras modificações ao longo de 5 anos (do Cinquentenário em 1986 ao início desta pesquisa em 1991) de atividades, seja por exclusão (em caso de morte) ou por inclusão (nos casos de indicações baseadas no desempenho institucional) de pessoas representativas da história do IBGE.

Uma vez atualizado o cadastro, com vistas à definição do universo desta pesquisa, tinha-se um total de 131 informantes potenciais para o segmento 1 (funcionários e ex-funcionários) e 14 para o segmento 2 (instituições com projetos semelhantes).

Definido assim o universo de informantes para os segmentos 1 e 2, constatou-se a necessidade de se extrair uma amostra, levando-se em conta os três princípios referidos no ítem 4, ou seja, representatividade, acessibilidade e receptividade. Construiu-se uma amostra constituída de 41 informantes. Destes, 28 foram entrevistados (sendo que 6 conheciam o roteiro antes da entrevista), 4 responderam as questões por escrito, 9 receberam as questões mas não responderam. Vale ressaltar que todos os membros integrantes da Comissão antes referida foram incluídos na amostra, tendo em vista a necessidade de se captar suas visões de memória decorridos 5 anos do início do Projeto.

É um tipo de amostra classificada como *amostra não-probabilística*, que não apresenta fundamentação matemática ou estatística, "dependendo unicamente de critérios do pesquisador" (i, p.93)\*. A vantagem deste tipo de amostra é a economia de custos. A desvantagem apontada pela literatura - a perda de representatividade - não chega a afetar esta pesquisa, uma vez que não se pretende generalizar dados. Vale lembrar que se trata de um estudo exploratório e concomitantemente um estudo de caso.

BLALOCK (2, p.572) afirma que a amostra não-probabilística é apropriada a estudos cuja principal meta seja a de se obter "insights" que poderiam levar a hipóteses, especificamente em estudos exploratórios. GIL (3, p.97) reafirma a idéia, quando explica a amostragem por acessibilidade: (...) "O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão."

Dado o primeiro passo, faltava ainda incluir as unidades regionais do IBGE, constituídas à ocasião (março de 1991) de 24 Escritórios Estaduais e 10 Departamentos Regionais, bem como 6 Divisões de Geociências, que seriam incluídas na amostra de forma até então não definida, tendo em vista as dificuldades de acesso físico a todos ou mesmo a alguns estados da Federação.

\* Notas e citações no final do capítulo

Assim é que, em 26 de março de 1991, ocorreu no Rio de Janeiro, na sede do Centro de Documentação e Disseminação de Informações (CDDI), Reunião dos Chefes de Departamentos Regionais e Escritórios Estaduais, promovida pela Coordenadoria do Censo Demográfico (COC), com vistas ao planejamento do Censo Demográfico de 1991, estando presentes os representantes dessas unidades regionais (Escritórios e Departamentos, excluídas as Divisões de Geociências que não estavam presentes no encontro). Empreendeu-se contato com a Coordenação do Censo Demográfico e estabeleceu-se a abordagem dos potenciais informantes, entregando-se a cada um dos presentes o roteiro 1 de entrevista, capeado por uma carta, onde se solicitava a sua colaboração (Anexo II). O quadro 1 a seguir mostra a relação das Unidades Regionais incluídas na pesquisa, cujos chefes receberam o roteiro 1 no referido encontro.

QUADRO 1

---

**RELAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS PRESENTES À  
REUNIÃO DE MARÇO DE 1991**

---

CARGO	ÓRGÃO	DIVISÃO
Chefe do Escritório	DERE/SUL-2	ESET/PR
Chefe do Escritório	DERE/SUL-2	ESET/SC
Chefe do Escritório	DERE/SE-1	ESET/SP
Chefe do Escritório	DERE/SE-1	ESET/MS
Chefe do Escritório	DERE/SE-2	ESET/RJ
Chefe do Escritório	DERE/SE-2	ESET/ES
Chefe do Escritório	DERE/NE-1	ESET/BA
Chefe do Escritório	DERE/NE-1	ESET/SE
Chefe do Escritório	DERE/NE-2	ESET/PE
Chefe do Escritório	DERE/NE-2	ESET/AL
Chefe do Escritório	DERE/NE-2	ESET/PB
Chefe do Escritório	DERE/NE-2	ESET/RN
Chefe do Escritório	DERE/NE-3	ESET/PI
Chefe do Escritório	DERE/NE-3	ESET/MA
Chefe do Escritório	DERE/NO	ESET/PA
Chefe do Escritório	DERE/NO	ESET/AM
Chefe do Escritório	DERE/NO	ESET/AP
Chefe do Escritório	DERE/NO	ESET/RR
Chefe do Escritório	DERE/CO	ESET/GO
Chefe do Escritório	DERE/CO	ESET/DF
Chefe do Escritório	DERE/CO	ESET/MT
Chefe do Escritório	DERE/CO	ESET/RO
Chefe do Escritório	DERE/CO	ESET/AC
Chefe do Departamento	DERE/SUL-1	
Chefe do Departamento	DERE/SUL-2	
Chefe do Departamento	DERE/SE-1	
Chefe do Departamento	DERE/SE-2	
Chefe do Departamento	DERE/SE-3	
Chefe do Departamento	DERE/NE-1	
Chefe do Departamento	DERE/NE-2	
Chefe do Departamento	DERE/NE-3	
Chefe do Departamento	DERE/NO	
Chefe do Departamento	DERE/CO	

---

Total: 24 Escritórios e 10 Departamentos

Ressalte-se que não houve tempo suficiente para a transformação do roteiro de entrevista em questionário ou de explicar detalhadamente aos referidos representantes o que era a pesquisa e quais os objetivos do projeto, uma vez que o referido Encontro não teve divulgação interna, restando apenas um intervalo entre duas palestras para abordar os informantes.

Houve ainda outro fator considerado decisivo para dificultar o entendimento necessário à obtenção de resultados satisfatórios. No primeiro dia do evento, foi proferida palestra ao mesmo grupo, pelo Superintendente do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, sobre projeto então em fase de planejamento, denominado *Memória do Trabalho de Campo das Atividades Técnicas do IBGE*, também afeto ao Setor de Memória Institucional do CDDI. Projeto esse que precisaria, como foi enfatizado, do concurso das mesmas unidades regionais para o seu pleno desenvolvimento. Àquela época ficou estabelecido que aguardariam instruções vindas do Setor de Memória Institucional para o que coubesse.

Assim, grande parte dos presentes ao Encontro confundiu os dois projetos que lhe foram apresentados com o intervalo de um dia, com objetivos semelhantes e afetos ao mesmo Setor de Memória Institucional. Após quase um mês de espera e sem obter-se sequer uma resposta, foi possível constatar a falha da abordagem, razão pela qual enviou-se carta esclarecedora, onde se enfatizava a necessidade de resposta aos questionários que haviam recebido em 26.03.91, no Rio de Janeiro (Anexo III).

A partir desse episódio, dos 34 questionários redistribuídos, 24 foram respondidos, sendo que destes 24, 8 foram de Alagoas, 2 de Pernambuco, 5 de Santa Catarina, 2 do Distrito Federal, 1 do Paraná, 1 do Piauí, 1 da Bahia, 1 de Sergipe, 1 do Rio Grande do Norte, 1 de Rondônia e 1 do Amapá. Os demais Estados não responderam ao questionário (SP, MS, RJ, ES, PB, CE, MA, PA, AM, RR, GO, MT, AC, RS). Dos cinco questionários oriundos de SC, um deles foi respondido por representantes de uma instituição cultural, por iniciativa de funcionário do IBGE de SC, que, na tentativa de dar contribuição ampla, desconhecia que o roteiro/questionário a ser respondido por instituições com projetos semelhantes é específico. Assim mesmo, considerou-se a contribuição daquela instituição por ser de valor para este estudo, como será observado no capítulo 5.

O fato de alguns estados terem enviado mais de uma resposta está ligado à forma apressada com que foram abordados os representantes das Unidades Regionais, presentes à Reunião de março/91. A parte final do roteiro 1, conforme pode ser observado no Anexo II, p.159 pede que o informante indique pessoas (funcionários e ex-funcionários de diversos níveis) para falarem sobre a Memória do IBGE. Como isto não lhes foi explicado, quase todos entenderam que deveriam estender a pesquisa para colegas ou ex-colegas. Uma vez mais confundiu-se esta pesquisa com o *Projeto Memória do Trabalho de Campo das Atividades Técnicas do IBGE* e este sim, precisa ser estendido a todos quantos tenham exercido tais atividades a qualquer tempo. Na realidade, a confusão estabelecida trouxe ganhos consideráveis para esta pesquisa, neutralizando em parte a

não resposta dos estados que ficaram de fora. O fato de 14 estados não terem respondido foi neutralizado por aqueles que enviaram mais de 1 resposta.

Vale registrar que o contexto de então, tanto nacional como institucional, muito contribuiu para o baixo nível de resposta das unidades regionais, ou seja, a situação do país não era das mais tranqüilas para a sociedade *latu sensu* e, em especial para o funcionalismo público. Inúmeras instituições públicas, dentre elas o IBGE, haviam sofrido grandes perdas de funcionários que haviam sido colocados em disponibilidade da noite para o dia. Como é sabido, não houve uma prévia avaliação baseada em critérios objetivos, o que ocasionou consideráveis perdas para o funcionalismo público, tirando de seus quadros valores muitas vezes insubstituíveis.

O Regime Jurídico Único, recém implantado, trazia grandes incertezas quanto ao futuro das instituições que nele foram inclusas (sentimento que permanece até hoje), uma vez que os direitos e deveres estabelecidos na Constituição em vigor (1988) não haviam sido garantidos na prática, não havendo até hoje os mecanismos que garantam o respeito total à Carta Magna. Como consequência, aqueles que poderiam aposentar-se com tempo integral ou mesmo com a proporcionalidade estimulada, apressaram sua saída levando consigo vasta experiência desenvolvida na(s) instituição(ões), inclusive no IBGE.

Tudo isso acrescido da não realização do Censo Demográfico em 1990, como preceituam as diretrizes nacionais e internacionais, concorreu para despertar nos funcionários senão desinteresse pela memória institucional, o descrédito nos seus destinos e o desestímulo de colaborar num projeto cujo título traz a palavra "institucional".

No entanto, apesar do contexto delicado de então, aqueles que se dispuseram a colaborar, muitos dos quais convededores dos trabalhos desenvolvidos pelo Setor de Memória Institucional, deram a sua inestimável contribuição, sem a qual este estudo não teria sido possível.

Assim, foram realizadas 23 entrevistas no Rio de Janeiro, com funcionários e ex-funcionários, além de 3 questionários respondidos por aqueles que preferiram/pediram para refletir antes de responder, além dos 24 questionários respondidos por informantes das unidades regionais. Para este segmento foi utilizado o roteiro 1 (Anexo II, p.159).

O segundo segmento de informantes, constituído de instituições que desenvolvem projetos semelhantes de interesse para esta pesquisa, foi definido também com base na conveniência. Algumas dessas instituições já mantinham contato com o IBGE/Setor de Memória Institucional, seja através de visitas técnicas, exposições, troca de informações ou publicações, etc., estando situadas no Rio de Janeiro. Outras, porém, foram contactadas por carta e não res-

ponderam às solicitações, possivelmente por dificuldades institucionais imponderáveis. Para essas instituições foi utilizado o roteiro 2 (Anexo IV). Dez instituições foram incluídas na pesquisa, das quais 1 respondeu por escrito, 4 receberam o questionário/roteiro mas não responderam (2 do Rio de Janeiro e 2 de São Paulo) e 5 foram entrevistadas. (Quadro 2)

#### QUADRO 2

##### DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES DA AMOSTRA, SEGUNDO OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA UTILIZADOS E O ÍNDICE DE RESPOSTA OBTIDO

COMPONENTES DA AMOSTRA	TIPOS DE INSTRUMENTOS DE COLETA				
	ENTREVISTA		QUESTIONÁRIO		
	ROTEIRO 1	ROTEIRO 2	ROTEIRO 1	ROTEIRO 2	TOTAL
Total	32	5	28	1	65
Funcionários	16	-	3	-	19
Ex-Funcionários	7	-	1	-	8
Instituições	-	5	-	1	6
Unidades Regionais *	-	-	24	-	24
Sem resposta	9	-	-	-	9

\* Nota: ver quadro 3 a seguir

QUADRO 3  
UNIDADES REGIONAIS RESPONDENTES E NÃO RESPONDENTES

Questionários Respondidos	Questionários não Respondidos
AL .....	SP
SC .....	MS
PE .....	RJ
DF .....	ES
PR .....	PB
PI .....	SE
RN .....	MA
SE .....	PA
RO .....	AM
AP .....	RR
BA .....	GO
	MT
	AC
	RS
<b>TOTAL .....</b>	<b>14</b>
<b>TOTAL .....</b>	<b>24</b>

#### 4.2 A utilização da literatura

Como já explicitado anteriormente, utilizou-se a literatura para a construção do referencial teórico da pesquisa em 3 momentos que serão distinguidos aqui apenas a título de explicação, uma vez que, na prática, foram quase concomitantes:

- 1) Na definição do âmbito e dos limites do estudo, quando se buscava o cenário onde se dão as questões ligadas à memória, constante do capítulo 3 - Tempo de lembrar, tempo de esquecer;

2) Durante toda a pesquisa, buscando instrumentos metodológicos para o desenvolvimento teórico e prático desta dissertação;

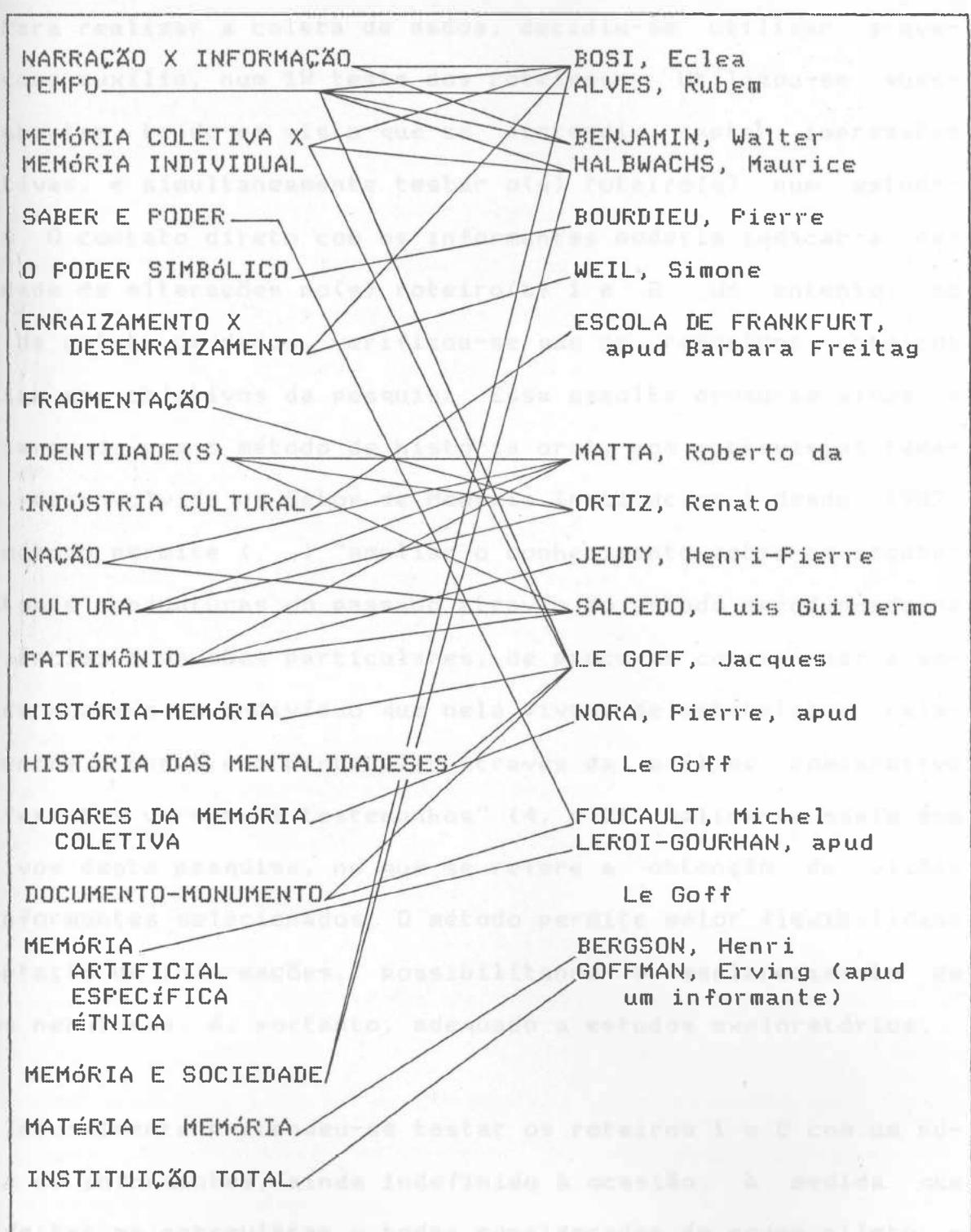
3) Para construir o capítulo 5 e seu ítem 5.1 Memória Institucional - *Com a palavra os autores*, onde se encontram conceitos que formam o quadro teórico (complementar ao capítulo 3) resultante da pesquisa.

Importa frisar e enfatizar que, ao retirar-se da literatura conceitos e idéias expressos por autores de diversas áreas do conhecimento, procurou-se reunir em contexto específico - o desta pesquisa exploratória - o que se considerou pertinente e relevante ao tema ora tratado, do ponto de vista da autora, o que desde logo poderá significar aos especialistas de cada uma dessas áreas uma heresia. No entanto, pretendendo-se deixar claro que o tema deste estudo é essencialmente multidisciplinar, não sendo possível portanto verticalizar os diversos pontos de vista que poderiam constituir temas de outras tantas pesquisas.

O Quadro 4 a seguir mostra de forma simplificada e esquematizada a utilização das idéias e dos conceitos dos diversos autores, no contexto desta pesquisa.

QUADRO 4

**RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS/AUTORES  
NO CONTEXTO DA PESQUISA**



#### 4.3 O trabalho de campo e o tratamento dos dados

Para realizar a coleta de dados, decidiu-se utilizar gravações como auxílio, num 1º teste dos roteiros. Utilizou-se questões abertas, tendo em vista que se pretendia captar impressões subjetivas, e simultaneamente testar o(s) roteiro(s) num estudo-piloto. O contato direto com os informantes poderia indicar a necessidade de alterações no(s) roteiro(s) 1 e 2. No entanto, ao longo da coleta de dados, verificou-se que os referidos roteiros atendiam aos objetivos da pesquisa. Essa escolha deveu-se ainda à familiaridade com o método de história oral, com entrevistas temáticas, desenvolvido no Setor de Memória Institucional desde 1987. Este método permite (...) "ampliar o conhecimento sobre os acontecimentos e conjunturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes versões e testemunhos" (4, p.3). Aplica-se assim aos objetivos desta pesquisa, no que se refere a obtenção de visões dos informantes selecionados. O método permite maior flexibilidade na captação de informações, possibilitando o esclarecimento de pontos nebulosos. É, portanto, adequado a estudos exploratórios.

Inicialmente pretendeu-se testar os roteiros 1 e 2 com um número  $n$  de informantes, ainda indefinido à ocasião. À medida que eram feitas as entrevistas - todas consideradas do grupo piloto - verificou-se que de uma maneira geral as questões formuladas no(s)

roteiro(s) atendiam aos aspectos da pesquisa. Por esta razão, considerou-se o conjunto de entrevistas e questionários, inicialmente tidos como do grupo piloto, 65, como a amostra definitiva deste estudo.

O pré-teste do roteiro 1 (para funcionários e ex-funcionários) foi feito com os filhos desta pesquisadora (à época com 8 e 9 anos de idade), indicando, como pode ser observado no Anexo V, que o referido roteiro atenderia aos objetivos a serem então atingidos, uma vez que a memória de uma instituição como o IBGE foi percebida/vista pelos olhos de duas crianças.

Assim é que procurou-se conduzir os respondentes do roteiro 1, paulatinamente, aos caminhos que levassem a uma definição de Memória Institucional para atingir o objetivo desta investigação. Para tanto, iniciou-se o roteiro de entrevistas, também utilizado como questionário, com ítems introdutórios, sendo o nº 1 *dados pessoais* (identificador dos respondentes) e o nº 2 constando de resumo do projeto de pesquisa.

A questão nº 3 *O que é memória* constituiu a inserção dos informantes no contexto temático. A inclusão desta pergunta, tanto no roteiro 1 quanto no 2 se deveu ainda à necessidade de captar diferentes visões do tema, *lato sensu*, que pudessem ampliar o referencial teórico em construção.

*O que deve e o que não deve ser preservado no IBGE*

constituíram as questões nºs 4 e 5 do roteiro 1 (para funcionários e ex-funcionários) e as questões nºs 8 e 9 no roteiro 2 (nas outras instituições) e tiveram o objetivo de introduzir os informantes nas questões ligadas à *relevância* (5) como critério de seleção dos acervos institucionais e de atores para a história oral.

Após as questões sobre *memória* e o que deve ou não ser preservado, buscou-se definições de *memória institucional*, (questão nº 6), trazendo-se a questão para o âmbito específico do IBGE. Embora alguns informantes tenham definido memória como memória institucional, como se verá no ítem 5.2.1., esta estratégia pretendeu originalmente estabelecer a(s) diferença(s), se houvesse, do ponto de vista de cada um.

Para obrigar os respondentes a conferirem mentalmente as respostas anteriores, introduziu-se em seguida a questão *identidade do IBGE*, (nº 7) que, de acordo com o ponto de vista da autora deste estudo, é forte parâmetro para as questões anteriores e para a questão seguinte: *critérios de seleção para o resgate da memória do IBGE* (nº 8).

A questão nº 9 do roteiro 1 pretendeu verificar até que ponto os informantes conheciam o trabalho de outras instituições no resgate de suas memórias, no sentido de indicarem alternativas para a construção do universo desta pesquisa. O mesmo se deu em relação à questão 10 do roteiro 1, que procurou captar indicações de pessoas em todos os níveis para falarem sobre a memória do IBGE.

A questão nº 11, sobre sugestões ou modificações visando ao enriquecimento deste estudo não atingiu ao objetivo implícito na pergunta. De uma maneira geral, os respondentes limitaram-se a incentivar o estudo, o que muito contribuiu sim para a superação das incertezas/dificuldades encontradas na fase da coleta de dados. No entanto, as sugestões e críticas à instituição surgiram no decorrer da entrevista e ao longo dos questionários. Serão tratadas ao longo do Capítulo 5, por constituirem o necessário retorno/ feedback à administração do IBGE.

Em relação ao roteiro 2 (para outras instituições), procurou-se direcionar perguntas que permitissem obter definições específicas, partindo-se do pressuposto que tivessem percorrido caminhos ainda não trilhados no IBGE e ainda que estariam respondendo como especialistas no assunto. Daí as questões sobre memória (*Iatu e strictu sensu*), memória institucional, memória técnica. Além das questões sobre o que preservar ou não, sobre critérios de seleção inclusive para os atores em projetos de história oral (caso existissem), incluiu-se perguntas sobre dificuldades metodológicas e impasses técnicos e metodológicos superados, no sentido de se encurtar caminhos já experimentados por outras instituições.

Assim, para fins de tratamento dos dados obtidos através das entrevistas e dos questionários - segmentos 1 e 2 - optou-se por reuní-los segundo temas afins, conforme se vê no esquema a seguir:

**Segmento 1 - funcionários e ex-funcionários do IBGE**

(A) DEFINIÇÕES	(B) Construindo ferramentas metodológicas
memória identidade do IBGE memória institucional	o que preservar o que não preservar critérios de seleção de acervos

**Segmento 2 - Instituições que desenvolvem projetos e atividades de resgate de memória**

(A) DEFINIÇÕES	(B) Construindo ferramentas metodológicas
memória <i>lato sensu</i>	o que preservar o que não preservar critérios de seleção de acervos
memória institucional	critérios de seleção dos atores para projetos de história oral
memória técnica	dificuldades metodológicas apontadas impasses técnicos e metodológicos superados

Durante todo o processo de análise e tratamento da massa de dados coletada nas entrevistas/questionários, foi necessário buscar subsídios constantes da literatura de metodologia da pesquisa, com vistas à definição dos caminhos possíveis de serem percorridos na apresentação dos resultados.

Sabia-se de antemão que seria imprescindível partir para a análise de conteúdo dada a riqueza de dados que se tinha em mãos, mas estabelecer a forma de fazê-lo foi o ponto mais difícil a ser enfrentado, tanto pelo caráter de novidade, quanto pela capacidade de síntese não desenvolvida. Fazer pesquisa, ao contrário do que se pensa no início do mestrado, não é apenas coletar dados.

Ao iniciar-se a coleta de dados, utilizando-se perguntas abertas, imaginou-se que "quanto mais informação melhor". Sabia-se que todas as informações para esta pesquisa seriam de interesse para o Setor de Memória Institucional que desenvolve o Projeto de História Oral, razão pela qual procurou-se aproveitar a oportunidade da entrevista para obter-se sempre que possível o máximo de informações sem, no entanto, cansar os informantes. No momento da análise desses dados verificou-se que a rede lançada - possivelmente mal dimensionada - trouxe de volta uma gigantesca massa de dados que dariam margem a outras pesquisas. Para não se incorrer no erro comum de confundir conceitos e idéias fora do contexto da pesquisa, optou-se por limitar a utilização dos dados colhidos às fronteiras da investigação, definidas nos objetivos traçados (p.9-10). Os dados extraídos das entrevistas já transcritas sofreram um processo de limpeza de texto sem no entanto, terem seu sentido alterado. Isto porque a linguagem oral tende à repetição, a vícios da língua, etc., o que poderia cansar o leitor.

A literatura especializada, que constitui o terceiro segmento para a coleta de dados, foi selecionada a partir de alguns parâmetros: a) o ponto de partida da investigação foi o conceito de memória e seus apóstolos, tais como nacional, coletiva, individual, subterrânea, técnica, plural, oral, oficial, histórica, cultural, social e, principalmente institucional. No entanto, verificou-se no decorrer dos levantamentos que "memória institucional" é um conceito ainda não definido explicitamente, o que implicou numa redefinição tática para se chegar a este objetivo, em última aná-

lise o porto para onde a pesquisa se desloca; b) percebeu-se ainda que o tema "memória" traz embutidos outros conceitos que lhe são tangenciais/intersecionais. Assim, para se chegar a "memória institucional" foi necessário estruturar-se um esquema conceitual que será indicado no ítem 5; c) verificou-se também que há outras questões, além das já mencionadas, que constituem o polo político a influenciar/afetar o tratamento que se dá ao tripé informação/memória/educação, determinantes dos papéis relativos aos profissionais que atuam em sistemas de informação, desde o planejamento até a avaliação (capítulo 3).

Em seguida serão tratados em separado cada um dos segmentos que, no total, constituem o universo desta pesquisa.

## Citações e Nota

- 1 GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* São Paulo : Atlads, 1987. 206p. p.93
- 2 BLALOCK, Hubert M. *Social Statistics.* rev. 2nd ed. New York : McGraw-Hill, 1979. 625p. p.572.
- 3 GIL, op. cit., p.97.
- 4 ALBERTI, Verena. *História Oral; a experiência do CPDOC.* Rio de Janeiro : CPDOC, 1989. 197p. p.3.
- 5 RELEVÂNCIA é um conceito subjetivo e relacional, sendo extremamente difícil através dele obter-se consenso entre respondentes. Apesar de já se saber disso no início desta pesquisa, optou-se por introduzir a idéia, uma vez que o objetivo a ser alcançado com as entrevistas e os questionários é o de obter-se visões de memória. E visões são leituras subjetivas que devem ser levadas em conta.

## MEMÓRIA INSTITUCIONAL

com a palavra os autores:

"Ora, sabemos que nosso conhecimento nasce da dúvida e se alimenta da incerteza. Precisamos aprender a viver na incerteza. Se nos abrigarmos sob o manto protetor do conhecimento objetivo, do conhecimento verdadeiro, como se fossem a expressão de uma verdade absoluta, cairíamos na tentação de viver uma vida intelectual parasitária e não colheríamos os melhores frutos da relatividade da vida."

JAPIASSU, Hilton. *Questões Epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981. 173p.

Não é raro, não acreditando na neutralidade da ciência, considerar que os resultados científicos são resultado de interesses, de interesses de classe, de interesses de classe-autorais, com os dependentes da condição das pessoas que estão em instituições específicas.

Tendo em vista, como já foi dito, que a literatura consultada trata explicitamente da filosofia institucional, adotaremos alguns conceitos para a melhor compreensão dos elementos que explicitam explicitamente formas e efeitos da medida institucional, em que não resta possível revelar um retrato de corpo inteiro das questões supracitadas no tema ora tratado. O que não quer dizer, necessariamente, que se pretendendo negar a existência ou falar o contrário possa certa ou definitivamente

## 5 MEMÓRIA INSTITUCIONAL

### 5.1 Com a palavra os Autores

Conforme já mencionado anteriormente este capítulo mostra os resultados desta pesquisa, razão pela qual se denomina *Memória Institucional*. Vale registrar que os dados obtidos no decorrer do estudo refletem o contexto de um momento institucional e por que não dizer nacional. Sabe-se, ou melhor, acredita-se que as pesquisas sofrem influências do grupo social onde se inserem tanto os pesquisadores quanto os integrantes do universo das pesquisas. Pois que são seres humanos dotados tanto de razão quanto de emoção. Assim, não acreditando na neutralidade da ciência e conscientes das limitações deste estudo exploratório, passamos em seguida a conversar com os autores, com os respondentes da comunidade ibegeana e com as instituições selecionadas.

Tendo em vista, como já foi dito, que a literatura consultada não trata explicitamente de Memória Institucional, selecionou-se alguns conceitos para a melhor compreensão dos elementos que implicita ou explicitamente formam o edifício da memória institucional, sem os quais não seria possível revelar um retrato de corpo inteiro das questões subjacentes ao tema ora tratado. O que não quer dizer, ressalte-se, que se pretenda esgotar o assunto ou fechar o cenário como certo ou definitivo.

Entende-se, no entanto, que omitir tais conceitos certamente conduziria a falhas de visão no tratamento das atividades relacionadas à Memória Institucional, no caso a do IBGE.



O conceito de *Memória Institucional*, representado pelo círculo central, relaciona-se com os demais conceitos representados pelos círculos menores que se tangenciam, indicando as relações entre si, conforme será discutido a seguir.

A literatura especializada (1)\* oferece alguns trabalhos desenvolvidos por pesquisadores das áreas de Sociologia, História, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Educação e Ciência da Informação, que ora se reúne nesta revisão, extraídos de seus contextos originais. O tema da memória passa necessariamente por essas áreas do conhecimento já citadas, além de outras que não serão aqui mencionadas por questões metodológicas.

O conceito de nação está vinculado ao princípio da identidade, (...) "cuja representação concreta se expressa na capacidade que têm os homens de identificar-se, a si e a seu povo, com o patrimônio comum que, em última análise, outra coisa não é senão a comum participação e fruição das conquistas culturais de um povo" (2, p.25-26).

A questão da identidade é algo muito complexo. Segundo MATTA (3, p.16), importa saber quem somos, como somos e por que somos. "Sobretudo quando nos damos conta de que o homem se distingue dos animais por ter a capacidade de se identificar, justificar e singularizar: de saber quem ele é."

E o que seria uma cultura nacional? ORTIZ (4, p.8) entende que (...) "falar em cultura brasileira é falar de relações de poder". Para ele (...) "toda a identidade é uma construção simbólica, o que elimina portanto as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido. Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos" (5, p.8).

BOURDIEU (6, p.7-8) afirma que o poder é um tipo de círculo (...) "cujo centro está em toda parte e em parte alguma - é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem".

Na sua *Microfísica do Poder*, FOUCAULT, citado por JAFIASSU & MARCONDES (7, p.196-197) desenvolve a idéia de que o "poder se exerce na sociedade não apenas através do Estado e das autoridades formalmente constituídas, mas de maneiras as mais diversas, em uma multiplicidade de sentidos, em níveis distintos e variados, muitas vezes sem nos darmos conta disso". Segundo ele, o poder não está localizado em nenhum ponto específico da estrutura social. Não é uma propriedade que se possui ou não. Na verdade, existem relações de poder que se disseminam por toda a estrutura social. Foucault entende que existe uma relação específica de poder, com tecnologia

própria, que incide sobre os indivíduos enclausurados e não se limita às prisões, encontrando-se ainda na fábrica, na escola, na caserna, no hospital. É o poder disciplinar. No entender de MACHADO (8, p.199), (...) "todo saber tem sua gênese em relações de poder", o que se explica a partir da idéia de que o saber é dotado estatutariamente de poder.

SALCEDO (9, p.32) considera a noção de patrimônio uma noção política. Patrimônio seria (...) "uma relação constante entre a maneira que o povo tem de resolver sua existência e os instrumentos que foi capaz de criar para isso. Patrimônio é a capacidade de transformar o mundo que se guarda na consciência através da herança cultural." (...) "É a capacidade histórica que herdamos para vencer as dificuldades que enfrentamos e continuamos a enfrentar, e que nosso povo supera criativamente a partir de sua luta, a partir de sua experiência, a partir dessa coisa que nós enclausuramos no mundo do diferente e que se chama cultura" (10, p.32).

A questão dos patrimônios é abordada por JEUDY do ponto de vista filosófico. No seu entender, "por trás das preocupações habituais da salvaguarda dos patrimônios manifesta-se o desejo de valorizar as memórias coletivas das sociedades. Não se trata de uma nostálgica volta ao passado nem uma recusa em viver o tempo presente. Para além dos prazeres obsessivos da salvaguarda dos objetos, surge um movimento de consagração de todos os signos culturais" (11, p.1). Para ele é tempo de aprender as funções sociais dos últimos representantes de determinadas épocas. É quando "as

memórias subjetivas, individuais convergem; forjam um estranho edifício da memória coletiva. Os relatos, os documentos tornam-se mais essenciais do que os lugares ou os objetos" (12, p.16-17).

O declínio do Positivismo e seu rigor metodológico, que nos induz a acreditar na neutralidade da ciência, entre outras heresias, possibilita agora a convivência de enfoques diferenciados na metodologia das Ciências Sociais. A História das Mentalidades, que hoje apresenta uma vasta produção científica procurando recuperar aspectos da vida cotidiana nunca antes estudados, abre um leque de possibilidades, com lentes de várias cores e tamanhos, para o estudo de novos problemas, novos objetos, novas abordagens. A chamada Nova História, que tanta contribuição tem dado às Ciências Sociais, tem como um de seus principais representantes Jacques Le Goff, reconhecido pela revalorização dos estudos medievais e pela relevância da narrativa na construção da história.

Segundo LE GOFF (13, p.11), "o conceito de memória é crucial". Não é mais possível desconhecer-se as relações e as diferenças entre memória e história. O passado e o presente apresentam-se como oposição constante nos estudos das durações históricas, onde o tempo histórico - lembrar ou esquecer - é o elemento de alimentação e realimentação dessa história. Isto (...) "porque há pelo menos duas histórias (...): a da memória colectiva e a dos historiadores. A primeira é essencialmente mítica, deformada, anacrônica, mas constitui o vivido dessa relação nunca acabada entre o presente e o passado. É desejável que a informação

histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos deveria sê-lo) e os *mass media*, corrija esta história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a rectificar os seus erros." (14, p.166). E prossegue adiante: "Tal como o passado não é a história mas o seu objecto, também a memória não é a história, mas um dos seus objectos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica" (15, p.180).

NORA apud LE GOFF (16, p.44) afirma que a História fermenta a partir dos *lugares* da memória colectiva. "Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios ou as arquitecturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações". Para ele são memoriais com uma história própria.

Le GOFF (17, p.181) fala das relações entre memória e história, bem como das relações entre passado e presente que não devem levar à confusão e ao ceticismo. "Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente." E continua: "A cultura (ou mentalidade) histórica não depende apenas das relações memória-história, presente-passado. A história é a ciência do tempo. Está estritamente

ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores" (18, p.181).

Os documentos, onde quer que estejam organizados - nos arquivos, nas bibliotecas ou nos museus, nas idéias, nos gestos e nas palavras - constituem os traços ou os materiais da memória. No entanto, como observado por LE GOFF, há que se buscar na *leitura* de tais documentos a ideologia que carregam, para que não venhamos a cair nas armadilhas da história oficial. Assim se refere ele à questão do papel do pesquisador, no caso o historiador, quando se debruçar sobre os materiais históricos - os documentos, no seu sentido amplo: "A memória colectiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. (...) Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador" (19, p.95). E adiante LE GOFF acrescenta: "A concepção do documento/monumento (20) é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objectivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento - qualquer que ele seja - enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto documento permite à memória colectiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento

de causa" (21, p.102). Ainda LE GOFF: "O documento não é inocuo. É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e os ensinamentos (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo" (22, p.103).

A memória sofre um processo seletivo que lhe é inherente, resultante da capacidade de lembrar, de fazer presente, de trazer à tona conteúdos. Individual ou coletiva, escrita ou oral, natural ou artificial, a memória é tema recorrente na história do Ocidente. Para LE GOFF " O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efectuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam a ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores" (23, p.95).

LEROI-GOURHAN apud Le Goff descreve 3 tipos de memória - memória específica, memória étnica, memória artificial: "Memória é entendida, nesta obra, em sentido muito lato. Não é uma proprieda-

de da inteligência, mas a base seja ela qual for sobre a qual se inscrevem as concatenações de actos. Podemos a este título falar de uma 'memória específica' para definir a fixação dos comportamentos de espécies animais, de uma 'memória étnica' que assegura a reprodução dos comportamentos nas sociedades humanas e, no mesmo sentido, de uma memória 'artificial', electrônica na sua forma mais recente, que assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de actos mecânicos encadeados" (24, p. 12-13). E segue adiante: "A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de facto uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para estar entreposta quer nos outros quer nas bibliotecas. Isto significa que, antes de ser falada ou escrita, existe uma certa linguagem sob a forma de armazenamento de informações na nossa memória" (25, p. 12).

Bergson e seu discípulo Halbwachs são os pensadores que mais se dedicaram ao estudo da memória, embora com abordagens diversas e muitas vezes opostas.

No entender de HALBWACHS o que há por trás da análise e interpretação da memória é uma definição de tempo. HALBWACHS apud DUVIGNAUD (...) "evoca o depoimento, que não tem sentido senão em relação a um grupo do qual faz parte, pois supõe um acontecimento real outrora vivido em comum e, por isso, depende do quadro de referência no qual evoluem presentemente o grupo e o indivíduo que o atestam. Isto quer dizer que o 'eu' e sua duração situam-se no

ponto de encontro de duas séries diferentes e por vezes divergentes: aquela que se atém aos aspectos vivos e materiais da lembrança, aquela que reconstrói aquilo que não é mais se não do passado". (26, p.13-14). E continua: "(...) a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados. Nada escapa à trama sincrônica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem" (27, p.14).

Como entende BOSI, (28, p. 18-19) a memória é socializada pela linguagem. "Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Os dados coletivos que a língua sempre traz em si entram até mesmo no sonho (situação - limite da pureza individual). De resto, as imagens do sonho não são, embora pareçam, criações puramente individuais. São representações, ou símbolos, sugeridos pelas situações vividas em grupo pelo sonhador: cuidados, desejos, tensões...".

HALBWACHS (...) "nos faz compreender profundamente que não é o indivíduo em si nem nenhuma entidade social que se recorda; mas que ninguém pode lembrar-se efetivamente, senão da sociedade, pela presença ou a evocação e, portanto, pela assistência dos outros ou de suas obras (...)" (29, p.23). Para ele "não basta que eu tenha

assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram telespectadores ou atores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituirem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente essa construção artificial se anime e tome aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança (...). Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias" (30, p. 28).

Tal como HALBWACHS, BOSI coloca a ênfase no contexto social, onde lembrar é reconstruir, com imagens e idéias de hoje, as experiências passadas. A memória é um fenômeno social. "Uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação. Quando sentimos necessidade de guardar os traços de um amigo desaparecido, recolhemos seus vestígios a partir do que guardamos dele e dos depoimentos dos que o conheceram. O grupo de colegas mal pode constituir um apoio para sua lembrança, pois se dispersou e cada um se integrou num meio diverso daquele que conheceu. Como salvar sua lembrança senão escrevendo sobre ele, fixando assim seus traços cada vez mais fugidios?" (31, p. 332).

No entanto, (...) "por muito que devo à memória coletiva é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum" (32, p.333). E conclui: "As lembranças grupais se apóiam umas às outras formando um sistema que subsiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência. Imagine-se um arqueólogo querendo reconstituir, a partir de fragmentos pequenos, um vaso antigo. É preciso mais que cuidado e atenção com esses cacos: é preciso compreender o sentido que o vaso tinha para o povo a quem pertenceu. A que função servia na vida daquelas pessoas? Temos que penetrar nas noções que orientavam, fazer um reconhecimento de suas necessidades, ouvir o que já não é audível. Então recomponemos o vaso e conheceremos se foi doméstico, ritual, floral ..." (33, p.336).

Em "Matéria e Memória", publicada em 1896, BERGSON define a sua teoria da memória, desenvolvendo uma perspectiva dualista, onde opõe o espírito à matéria. Para ele a matéria é um conjunto de imagens, e a lembrança o ponto de interseção entre o espírito e a matéria (34, p.4). Na sua visão, (...) "a memória não consiste, em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas, pelo contrário, num progresso do passado ao presente. É no passado que nos colocamos de saída. Partimos de um 'estado virtual', que conduzimos pouco a pouco, através de uma série de planos de consciência

diferentes, até o termo em que ele se materialize numa percepção atual, isto é, até o ponto em que ele se torna um estado presente e atuante, ou seja, enfim, até esse plano extremo de nossa consciência em que se desenha nosso corpo. Nesse estado virtual consiste a lembrança pura (...)", (35, p.196-197), que é uma manifestação espiritual. "Com a memória estamos efetivamente no domínio do espírito." (36, p.197). Como então aproximar a percepção pura e a memória pura? BERGSON responde: "Se a lembrança pura é já o espírito, e se a percepção pura seria ainda algo da matéria, precisávamos, colocando-nos no ponto de junção entre a percepção pura e a lembrança pura, jogar alguma luz sobre a ação recíproca do espírito e da matéria. Na verdade, a percepção 'pura', ou seja, instantânea, é apenas um ideal, um limite. Toda percepção ocupa uma certa espessura de duração, prolonga o passado no presente, e participa por isso da memória. Ao tomarmos então a percepção em sua forma concreta, como uma síntese da lembrança pura e da percepção pura, isto é, do espírito e da matéria, encerrávamos em seus limites mais estreitos o problema da união da alma com o corpo" (37, p.200).

LE GOFF se reporta às convulsões da memória social, no século XX, que no seu entender teriam sido preparadas pela obra de BERGSON que "considera central a noção de imagem, na encruzilhada da memória e da percepção (...) descobre, sob uma memória superficial, anônima, assimilável ao hábito, uma memória profunda, pessoal, pura, que não é analisável em termos de coisas mas de progresso. Esta teoria que realça os laços da memória com o espírito, se-

não com a alma, tem uma grande influência na literatura. Marca o círculo narrativo de Marcel Proust, *A la recherche du temps perdu* (1913-27). Nasceu uma nova memória romanesca, a recolocar na cadeia *mito-história-romance*" (38, p.43).

Numa leitura filosófica da obra literária de Proust, DELEUZE analisa os diferentes tipos de signos e suas ressonâncias. Para ele há alguma semelhança entre a concepção de BERGSON e de PROUST, não a nível da duração mas da memória, que divide em voluntária e involuntária. Para BERGSON e PROUST apud DELEUZE (...) "não retornamos de um presente atual ao passado, não recompomos o passado com os presentes, mas nos situamos imediatamente no próprio passado" (39, p.58). Um passado que é em si virtual.

Assim, entende-se que negligenciar tais conceitos pode significar cairmos no erro comum, tão visível nas instituições culturais que promovem atividades de preservação de patrimônios, de priorizar um simulacro de identidade, onde nos identificamos com o exótico e o singular, com a (...) "imagem que preparamos para expor ao mundo sobre nós" (...) (40, p.27), mas que definitivamente não retrata a realidade nacional. "Patrimônio de um povo, patrimônio nosso, é a terra em que um povo habita e vive, o território que ele transformou com seu trabalho, convertendo em sociais as paisagens e os recursos naturais. Patrimônio é, portanto, a capacidade que se expressa historicamente no poder de dominar e adaptar as condições de existência material às necessidades do ser social. Patrimônio é a acumulação das experiências bem sucedidas ou

erradas que tem um povo com o território que habita, graças às quais pode convertê-lo em país. A crítica da razão colonial nos faz conceber tudo isso como insignificante (...)" (41, p.27).

Novamente MATTA (42, p.12) com a palavra. "Mas o Brasil com B maiúsculo é algo muito mais complexo. É país, cultura, local geográfico, fronteira e território reconhecidos internacionalmente, e também casa, pedaço de chão com o calor de nossos corpos, lar, memória e consciência de um lugar com o qual se tem uma ligação especial, única, totalmente sagrada. É igualmente um tempo singular cujos eventos são exclusivamente seus, e também temporalidade que pode ser acelerada na festa de carnaval; que pode ser detida na morte e na memória e que pode ser trazida de volta na boa recordação da saudade. Tempo e temporalidade de ritmos localizados e, assim, insubstituíveis. Sociedade onde pessoas seguem certos valores e julgam as ações humanas dentro de um padrão somente seu. Não se trata mais de algo inerte, mas de uma entidade viva, cheia de auto-reflexão e consciência: algo que se soma e se alarga para o futuro e para o passado, num movimento próprio que se chama História".

Assim, se o pesquisador pretende libertar-se dos mitos da história oficial, ao debruçar-se sobre seu objeto de estudo - as sociedades e as instituições - deve desenvolver um olhar plural que possa dar conta da diversidade que envolve o homem na sua trajetória existencial. É importante refletir sobre as idéias de pensadores como SALCEDO (43, p.38). quando alerta para o risco de se

(...) "converter num monstro este ser que ao longo de sua história se fez gigante e que nós conhecemos com o nome de 'HOMEM'.

Em entrevista concedida a PRADO (44) para a *Isto É/Senhor*, Carlos Guilherme Mota afirma, em resposta à questão "O que morre com os anos 80?" no Brasil:

"A cultura da guerra fria. Mas também uma certa noção de cultura, de Brasil, de jeitinho, de conciliação. Dissipa-se essa neblina ideológica da Nova República para enxergarmos as questões básicas e graves do País. Fecha-se um ciclo, desarticula-se o modelo político de exclusão cultural, a visão tipo Casa Grande e Senzala e também a época dos homens partidos. Morre o homem cordial, mas se descobrem novas formas de solidariedade cidadã. É a fraternité militante. Morre com os 80, sobretudo, a figura do brasileiro súdito-contribuinte para dar lugar ao cidadão-pleno, construção difícil quando olhamos para nossos 400 anos de escravidão. Nova cidadania que deverá ser exercida em todos os seus direitos, mas também com obrigações muito precisas, como propunha o abade Grégoire na fase jacobina da Revolução Francesa. (...) Agora me parece que o lema é 'não seja marginal, seja cidadão pleno'".

A memória possui traços diferenciados que se materializam tanto na cultura de um povo, de um país, quanto nas idéias daqueles que constituem um grupo, uma cidade, uma nação. É memória uma data significativa, uma festa de aniversário, o folclore, a música, o retrato na gaveta, o álbum de família, o arquivo pessoal, a biblioteca do município, os arquivos públicos e eclesiásticos, o vídeo sobre um evento, as ruínas de antigas cidades, um negativo de vidro, um machado de pedra, uma espécie em extinção...

É comum observar-se, no entanto, preocupação geral com os fatos "memoráveis", com os grandes vultos que se destacaram na condução dos fatos, com os instrumentos criados/utilizados no desen-

rolar dos fatos por seus principais vultos. Entretanto, na dinâmica da História, como definir relevância dos acontecimentos e priorizar este ou aquele personagem? O que é um vulto?

BRECHT (45, p. 167-168), dramaturgo e poeta alemão, com a palavra:

"Quem construiu a Tebas de sete portas?  
 Nos livros estão nomes de reis.  
 Arrastaram eles os blocos de pedra?  
 E a Babilônia várias vezes destruída -  
 Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas  
 Da Lima dourada moravam os construtores?  
 Para onde foram os pedreiros, na noite em que  
     a Muralha da China ficou pronta?  
 A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.  
 Quem os ergueu? Sobre quem  
 Triunfaram os Césares? A decantada Bizâncio  
 Tinha somente palácios para seus habitantes?  
 Mesmo na lendária Atlântida  
 Os que se afogavam gritaram por seus escravos  
 Na noite em que o mar a tragou.  
 O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
 Sozinho?  
 César bateu os gauleses.  
 Não levava sequer um cozinheiro?  
 Felipe da Espanha chorou, quando sua Armada  
 Naufragou. Ninguém mais chorou?  
 Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.  
 Quem venceu além dele?  
 Cada página uma vitória.  
 Quem cozinhava o banquete?  
 A cada dez anos um grande homem.  
 Quem pagava a conta?  
 Tantas histórias.  
 Tantas questões."

Estas são as "Perguntas de um trabalhador que lê", as quais não se pode responder, entre outras inúmeras razões devido às omissões da história oficial. Pode-se, no entanto, refletir sobre elas e considerá-las sempre que se iniciar buscas nos escaninhos da memória. Aquela memória que hoje se constrói com vistas ao amanhã.

### Citações e Nota

- 1 A LITERATURA sobre memória é extremamente rica e muitos são os pontos de vista dos autores. Não serão abordadas aqui as visões psiquiátricas, biológicas, ou neurofisiológicas, uma vez que fogem aos objetivos desta pesquisa.
- 2 SALCEDO, Luis Guillermo Lumbreras. [Museus Nacionais]. Rio de Janeiro, 1988. p.25-38. (Trabalho apresentado ao Seminário "Museus Nacionais : perfil e perspectivas", sob o patrocínio da Fundação Nacional Promemória, realizado no Palácio Gustavo Capanema, não publicado).
- 3 MATTA, Roberto da. *O Que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro : Salamandra, 1984. 117p. p.16.
- 4 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo : Brasiliense, 1985. 148p. p.8.
- 5 Ibid, p.8.
- 6 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa : Difel, 1989. 313p. p.7-8.
- 7 FOUCAULT, M. apud JAPIASSU, Hilton ; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro : Zahar, 1990. 265p. p.196-197.
- 8 MACHADO, Renato. *Ciência e Saber ; a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro : Graal, 1981. 218p. p.199.
- 9 SALCEDO, op. cit., p.32.
- 10 Ibid, p.32.
- 11 JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1990. 146p. p.16-17.
- 12 Ibid, p.16-17.
- 13 LE GOFF, Jacques, (Coord.). *Memória e história*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. 457p. p.11 (Encyclopédia Einaudi, 1).
- 14 Ibid, p.166.
- 15 Ibid, p.180.
- 16 NORA apud Le Goff, Jacques, ibid, p.44.
- 17 LE GOFF, op. cit., p.181.

18 Ibid, p.181.

19 Ibid, p.95.

20 DOCUMENTO/monumento é conceito cunhado por Michel Foucault na sua obra *Arqueologia do saber* (Gallimard, Paris, 1969). Segundo ele, (...) "a história, na sua forma tradicional, dedicava-se a memorizar os monumentos do passado, a transformá-los em documentos e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto".

21 LE GOFF, op. cit., p.102.

22 Ibid, p.103.

23 Ibid, p.95.

24 LEROI-GOURHAN, apud LE GOFF, Jacques, ibid, p.12-13.

25 Ibid, p.12.

26 HALBWACHS, Maurice, apud DUVIGNAUD, Jean. *A Memória coletiva*. São Paulo : Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. 189p. p.13-14.

27 Ibid, p.14.

28 BOSI, op. cit., p.18-19.

29 HALBWACHS, Maurice, apud, DUVIGNAUD, Jean, op. cit., p.23.

30 Ibid, p.28.

31 BOSI, op. cit., p.332.

32 Ibid, p.333.

33 Ibid, p.336.

34 BERGSON, Henri. *Materia e memória ; ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo : Martins Fontes, 1990. 204p. p.4.

35 Ibid, p.196-197.

36 Ibid, p.197.

A Voz do informante

37 Ibid., p.200.

38 LE GOFF, op. cit., p.43.

39 BERGSON, Henri; PROUST, Marcel, apud DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1987. 183p. p.58.

40 SALCEDO, op. cit., p.27.

41 Ibid, p.27.

42 MATTA, op. cit., p.12.

43 SALCEDO, op. cit., p.38.

44 PRADO, Antonio Carlos. Morreu o brasileiro cordial. (Entrevista concedida por Carlos Guilherme Mota). *Isto é/Senhor*. n.1.058, 27 dez. 1989.

45 BRECHT, Bertolt. *Brecht; poemas 1893-1956*. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 1990. 328p. p.167-168.

## 5.2 A visão dos informantes

### 5.2.1 Memória

As definições de memória elaboradas pelos segmentos 1 e 2 serão reunidas a seguir, por considerar-se que não há diferenças marcantes entre as do segmento 1 e as dos especialistas (segmento 2). As respostas dos informantes oriundos de outras instituições aparecerão em destaque apenas para se caracterizar as diferenças, caso existam.

Para fins de relato dos resultados procurou-se tematizar as respostas, sem rigidez classificatória, já que não se pretendeu comprovar ou negar hipóteses. Se esse fosse o caso a pesquisa seria outra, com objetivos outros e metodologia apropriada, caso em que se faria um plano tabular adequado. Os temas, portanto, conforme se vê, não são mutuamente exclusivos. Nesse sentido, cumpre esclarecer que determinadas respostas foram incluídas em um tema, mas poderiam fazer parte de outros por tocarem em mais de um assunto. Assim, optou-se por incluí-las nos temas aos quais melhor se adequam.

Tendo em vista a riqueza de dados obtidos durante as entrevistas, optou-se por transcrever trechos das respostas mais significativas (entendendo-se por significativas as respostas que contemplam aspectos da memória encontrados na literatura e/ou considerados relevantes para a pesquisa no todo, bem como definições

do senso comum que muitas vezes até contrariam os especialistas, mas que refletem visões de cada um) de modo a ampliar o leque de visões individuais que formam um conjunto a ser analisado. Conjunto esse bastante heterogêneo, conforme se verá no decorrer deste item.

A memória como propriedade de conservar informações foi descrita por muitos informantes, como se vê a seguir:

"é o memento, é o lembrar-se de alguma coisa ou de sensações fugidas ou mais intensas de um passado distante ou próximo. A memória tem o sentido de guardar coisas vividas e vistas por um sujeito que tenha a capacidade de reter isso. Ao que parece tanto as máquinas como os animais vivos têm essa capacidade do registro e da permanência fixada de um momento, de uma situação vivida ou configurada, seja num código escrito ou num programa de computador ou no sistema humano de retenção dessas coisas."

"Aquilo que se guarda através do tempo, desde a infância até a velhice. Quando se encontra os amigos antigos e conversa-se sobre o que já se passou, isso é memória."

"é uma atividade interna do ser humano, onde armazena e cataloga todas as suas vivências e expectativas, ao mesmo tempo em que prevê hipoteticamente o seu futuro em termos gerais. É a memória que impulsiona o ser humano, sem a qual o homem está perdido, sem referencial. A partir da base estabelecida pela memória o ser humano é capaz de construir todas as coisas e projetar-se cosmicamente."

"é a capacidade do indivíduo se localizar como agente, de armazenar fatos e situações vividas por ele no decorrer de sua vida."

"Conjunto de condições que permitem manter preservados conhecimentos ou lembranças sobre fatos, pessoas e instituições."

"Mecanismo social ou individual de retenção da informação, do conhecimento e da experiência."

"é o armazenamento dos registros dos momentos vivenciados

por pessoas e/ou instituições, capazes de se personalizar física e juridicamente no tempo junto à sociedade."

"É aquilo que se guarda referente ao passado, que serve de encadeamento para o conhecimento da evolução da pessoa ou entidade."

"É a maneira de gravar os acontecimentos."

"É um dispositivo que guarda lembranças da instituição, podendo revivê-la novamente quando preservada."

"São coisas vivas que não se apagam."

"É a capacidade de reter no cérebro informações e imagens recebidas ou aconcedidas no decorrer da existência do indivíduo; bem como dá-se o nome de memória a todo acervo literário e de bens móveis e imóveis que permita permanecer viva a imagem ou história de pessoas ou instituições."

"É o ato pelo qual se perpétua o registro de alguma coisa."

A introdução do fator *Tempo* surgiu em algumas respostas que se passa a transcrever pois acrescentam outros conceitos que servem de fios condutores aos caminhos da pesquisa.

"É a movimentação do ser dentro do tempo, ou seja, no tempo individual mas também no tempo coletivo. E quando o ser prossegue, se movimenta, faz o passado, o presente e o futuro. Em síntese, seria isso a nível mais individual. A nível coletivo entra o fator da linguagem que influí na memória de um grupo ou de um extrato social. Um filme feito pelos índios reflete a memória coletiva do grupo."

"É todo o registro dos fatos, das coisas da vida que marcaram as pessoas, inclusive o que está no inconsciente. O presente se transforma em passado a cada minuto. A vida é um rio que corre sem parar, que nunca é a mesma. A água só se vê uma vez. O leito e as margens dão idéia do que foi ou é o rio. Isso é a memória."

"É o registro da evolução de um fato através do tempo. Estou descrevendo memória de retenção intelectual do registro de uma experiência. A memória destaca os fatos mais relevantes de determinada oportunidade histórica."

"É o processo por meio do qual os indivíduos ou grupos sociais procuram resgatar registros de sua vivência passada, inserindo-os num elo de continuidade que permita relacioná-los à dinâmica do presente e à expectativa do futuro."

"É um termo genérico para a recorrência consciente, total ou parcial, de uma função ou de uma experiência apreendida ou vivida no passado. Valores e lembranças comuns nascem de bases de consenso resultando na modelagem da memória; há uma inevitável componente ideológica. O começo da memória supõe conhecer vestígios e aprender a interpretá-los. Por outro lado, algum esquecimento temporal é essencial para que se possa estabelecer os detalhes essenciais a serem lembrados."

"É a conquista das informações relativas a um processo de vida. É a guarda, o resguardo e a conservação das informações e dos elementos que norteiam uma vida. É a participação num processo de trabalho, de organização, enfim, tudo aquilo que diz respeito a um passado, próximo ou remoto, do qual alguém fala porque participou."

A memória é explicitada como um processo seletivo:

"É o que fica retido, é o olhar para trás onde se retém o que em algum momento foi importante para o indivíduo. É principalmente uma seleção e a seleção é o grande porque de tudo."

"É uma espécie de trabalho seletivo e que se organiza ao longo da vida, compreendendo coisas boas ou não. Acredito que haja uma memória natural e aquela que foi fabricada, onde se considera importantes fatos que ao longo da vida ganham maior ou menor importância. Há muitas vezes a memória inventada mesmo, ou seja, coisas que se acredita terem acontecido conosco e que um dia se descobre que não aconteceram conosco. No processo de seleção determinados episódios são valorizados e às vezes supervalorizados, onde a memória inventa e cria novos episódios. Não se trata de mentiras, mas de uma apropriação de memórias."

No entanto, para uma instituição - memória, de âmbito nacional, que tem como missão institucional preservar a memória da produção literária do país, não há filtro seletivo:

"Todos os elementos físicos gerados pelo Homem na sua existência e que não tenham utilização atual. No caso das bibliotecas nacionais é diferente. A partir do momento em que esses elementos entram na casa a rigor já constituem componentes da memória."

A memória é acervo, é documentação. Algumas definições de memória institucional, quando se perguntou sobre memória:

"É acervo sistemático ou científico de informações que representam pessoa ou entidade através de suas características, preservadas em dados e registros de fatos passados e introdução de novas ocorrências, facilmente recuperáveis. A finalidade da memória deverá ser a representatividade, através de uma linha de tempo, da pessoa ou entidade memorável com o máximo de autenticidade e verdade. Para cumprir essa finalidade, a memória é recurso de comunicação complexo, uma vez que exerce as próprias técnicas e, freqüentemente, muitas das técnicas de outros meios, tais como biblioteca, arquivo, museu, pinacoteca, filmoteca, reportagem, fotorreportagem e outros. Reunindo essas técnicas, a memória consegue alcançar de forma mais completa os termos do nosso dicionário que definem 'comunicação': participação; informação; aviso; transmissão; ligações; passagem, convivência."

"Conjunto de informações que nos permitem conhecer a trajetória de um povo ou instituição."

"É o registro sistemático dos fatos hodiernos, visando a preservação de seqüência histórica. Sem registro escrito a memória não passa de simples tradição oral, insustentável e deformável."

"É tudo aquilo que se guarda, como escritos, gravações, filmes, etc., que se possa lançar mão, tanto que se precise para se fazer pesquisas, recordar ou até usar como fundamentos para desenvolver conhecimentos sobre o passado, o presente e o futuro."

"Independentemente da faculdade de o indivíduo reter os conhecimentos adquiridos, memória é o registro de informações que identificam, caracterizam um indivíduo, uma organização."

"É a documentação de uma cultura, de uma instituição, de qualquer fato relevante. É a história de vida, de momentos passados que têm grande influência no presente de uma comunidade, de uma sociedade."

"É tudo aquilo que se soma a partir de uma experiência do passado. Quando se lembra alguma coisa, busca-se a coisa lembrada num acervo que se registra instintivamente. Durante a vida acumula-se situações, fatos. A memória é a recuperação de um banco (de dados) que se vai construindo ao longo da vida."

"É a guarda e conservação de tudo o que faz parte da história da instituição."

"É o que a instituição produziu e a forma como atuou em qualquer época, inclusive o trabalho de todos os que participaram dessa produção."

"Memória é uma questão muito complexa, principalmente em termos de uma instituição de pesquisa como o IBGE, órgão de governo e que tem função bem clara no Estado brasileiro, sofrendo injunções políticas acentuadas e com grande diversidade de áreas de atuação, tornando difícil estabelecer claramente o que seja memória. Há também o aporte tecnológico, em termos de equipamentos, instrumentos, etc., que refletem momentos da evolução da casa. As injunções políticas também submetem o trabalho técnico a direcionamentos muitas vezes divergentes em relação à rota anterior de trabalho. A memória deve buscar preservar esses instantes, identificá-los, explicá-los. Vejo a memória institucional mais como uma abordagem que explique completamente a evolução da instituição."

"Tenho a minha memória mas tenho que ligá-la à memória do IBGE. Esta seria a memória institucional, tudo o que vi e vivi na minha trajetória dentro da instituição. Como pesquisadora de determinada área, os trabalhos que foram desenvolvidos, como o foram ao longo do tempo, quais os avanços teóricos e práticos, quais as mudanças em termos de estrutura, como isso afetou os funcionários, qual o papel da direção, quais as respostas dos funcionários, quais as funções do IBGE junto à sociedade, o que o IBGE oferecia, o que passou a oferecer e o que pretende oferecer."

"É tudo o que aconteceu dentro da instituição. Significa trazer à tona as boas e as más passagens da instituição, os bons e os maus momentos por que passamos. É importante manter vivo tudo o que ocorreu dentro do IBGE. Já que as pessoas não são eternas, o que fica escrito fica para o futuro para que as pessoas possam mais tarde tomar conhecimento."

"É preservar todas as informações sobre o IBGE e suas atividades, resgatando assim este vasto patrimônio confundível com a própria história recente."

"É a preservação da vida [institucional] desde a sua instalação/fundaçāo."

"Segundo os dicionários, memória tem vários significados, desde a guarda dos conhecimentos que a pessoa adquire através de estudos até a guarda dos elementos necessários para a preservação do país, do Estado, do município, das instituições nacionais ou mesmo de instituições particulares. Concluindo, memória é todo o conhecimento de um povo ou instituições conservado através da guarda de seus documentos históricos."

"Documentos, registros, publicações, depoimentos gravados, discos."

A memória é *lembrança ou recordação*:

"É lembrança e recordação, mais ou menos sistematizada e organizada em função de parâmetros. É uma bagagem histórica que se traz tanto individual quanto social."

"É recordar, reviver. É trazer o passado para o presente."

"Não esquecimento dos fatos."

"É a faculdade de reter idéias ou impressões adquiridas anteriormente, geralmente através de experiências. É guardar para a posteridade uma recordação ou lembrança. Memória pode ser também trabalho literário, científico, artístico, etc., tendo por finalidade deixar registrado as impressões experimentadas em determinadas momentos, que podem ser utilizadas oportunamente."

"É lembrança, recordação, guarda de fatos, pessoas, experiências..."

"Lembrança, registro de acontecimentos importantes, marcas do que se foi".

"Toda recordação de acontecimentos passados, através de consultas a documentos, etc."

"Para uma instituição que trabalha com o registro da memória histórica do país, a questão da memória é tratada enquanto memória histórica, ou seja, poder guardar material documental e fazer reflexões de pesquisa que registrem uma memória histórica do país, que registrem uma série de experiências, de tradições e no caso desta instituição que estejam vinculados à história política, constituindo-se em referencial fundamental para a gente se pensar enquanto país, enquanto cultura e, principalmente, pensar em possibilidades de alternativas em função de questões do presente. Há uma perspectiva de memória histórica que alia à questão do passado essas preocupações do presente enfrentadas hoje na arena política brasileira. Não é uma questão de instrumentalizar o passado, mas de entender que o presente é alguma coisa que não existe a despeito desse passado. Sem esses referenciais que são vida ainda no presente, eles existem efetivamente e são parte do presente, não há como prosseguir".

E a memória se confunde com a História:

"é a história."

"é a própria história do país, da instituição, do seu povo e da sociedade. Não dá para entender uma sociedade sem memória."

"Memória histórica é tudo que faz parte da nossa história, do nosso passado. É tudo o que uma pessoa já viveu até o presente momento."

"é a preservação, através de meios adequados de guarda, da história dos povos, das instituições e dos homens singulares, com o objetivo de homenagear o passado, compreender o presente e orientar o futuro."

"é uma narrativa histórica."

Destaca-se do conjunto de respostas aquela que toca nos aspectos centrais que envolvem o tema, do ponto de vista de um especialista:

"O ser humano é essencialmente contingente. Não é somente um ser temporal mas é um ser que se dá no tempo, na temporalidade. Do ponto de vista antropológico o ser humano dispersa-se no tempo e no espaço. Essa é uma característica que é acentuada em determinados tipos de sociedade, como a sociedade moderna que aumenta a fragmentação e a particularização de esferas especializadas de vida, ciência, arte, direito, etc., mas que tem a ver também com a coisa antropológica e anterior que seria esse modo de ser temporal do homem e que o moderno acentua. Desenvolve-se uma concepção do social e da ação humana modelada por conceitos instrumentais da racionalidade - o que vai criando um distanciamento dos tempos de vida e dos tempos do trabalho, da produtividade ou administração do Estado - aumentando essa separação do homem em relação a sua própria experiência, a separação das comunidades com os seus próprios processos formativos. A memória existe como resposta a esse ser temporal e entrópico, onde cada sociedade encontra uma resposta a uma formulação diferente. Outro ponto a considerar na memória é que é preciso diferenciar é que existem diferentes maneiras de ser da memória - conhece-se uma série de definições sobre ela - e que são bastante importantes. Por um lado, é a memória incorporada, que são os hábitos, as categorias de pensamento, que é a memória não pensada, não reconhecida, a memória invisível, que está incorporada na pessoa como parte da cultura. Por outro lado, seria a memória substantiva, essa que se pode recuperar, que existe de alguma maneira como possibilidade de ligar entidades, pessoas, ideias no tempo e no espaço com algum processo de reconstituição. Essa memória mais albergue, que acolhe substancialmente parte da experiência humana da pessoa e da comunidade. São essas as duas categorias de memória. Há também duas maneiras de considerar a memória: o agir como memória ou ação memória e o outro seria o discurso, a tematização da memória. Pode-se encontrar nas pessoas determinados discursos sobre o lembrar, sobre o esquecer, mas tem também o "agir como", ou seja, certas coisas que se conserva, fotografias que implicam na memória seletiva viva e a outra seria a memória discursiva, falada, tematizada. São os dois planos da memória. A memória enquanto memória - e isso iria na linha de Eclea Bosi - é fundamentalmente social e cultural porque começa-se a ter memória antes de se ter a própria memória, porque há o passado da família, o passado do grupo. O que as pessoas primeiramente sabem de si mesmas não é o que lembram e sim o que as pessoas lembram dela, de suas famílias, de

*susas cidades, de seus espaços. É um processo profundamente social, seletivo, onde a ênfase vem do contexto, do grupo, da cultura e sobre o qual as pessoas fazem suas próprias tramas de memória, onde instalam os próprios processos de seleção e de ênfase e que inclusive mudam os tempos de vida. Porque há momentos em que a memória tem um espaço menor e outros em que tem espaço maior. De alguma maneira ela é a sombra que nos acompanha, sem ter o movimento.*"

Há uma instituição que não trabalha com definição de memória porque a visão de sua instituição está vinculada ao arquivo, ao documento técnico em si. Para ela "Documento técnico é aquele que reflete um estudo, em qualquer área do conhecimento e se diferencia de um relatório, embora possa estar embutido num relatório técnico."

A inclusão da definição de memória nos roteiros de entrevista atingiu plenamente o objetivo de introduzir os respondentes no universo desta pesquisa. As respostas, conforme pode ser observado, são variadas - como era de se esperar - no sentido de reflectirem a subjetividade dos respondentes. O fato de algumas respostas serem mais ou menos técnicas não significa que os interlocutores sejam necessariamente mais ou menos especialistas no tema memória, razão pela qual não se procurou relacionar níveis de escolaridade com as respostas de cada um. Se isto fosse feito, os resultados indicariam que não há correlação entre uns e outros.

As instituições de ensino superior da época tinham um grande peso na estruturação da ordem capitalista do poder central no Brasil. Entre 1930, houve um divisor de águas. A Tese d, dentro desse período, um das instituições criadas dentro da estratégia de instituição sua sintética e que levava de base avanços da ciência da sociedade para a política elaborada de Estado-brasileiro. Essa instituição que constituiu o seu surgimento e na sua constituição na qual se inseriu

Além disso, não está nos objetivos da pesquisa verificar esta correlação e sim captar impressões em todos os níveis.

### 5.2.2 A identidade do IBGE

A questão da identidade do IBGE, como já foi explicado anteriormente, está ligada à anterior (Memória) e à seguinte (Memória Institucional), por ser considerada parâmetro para ambas e, ainda, para o estabelecimento de critérios de seleção. Conforme se verá a seguir, as respostas variam de acordo com inúmeros fatores que não serão aqui abordados, tendo em vista que fogem aos objetivos do estudo. No entanto, é possível perceber, embutidas nos depoimentos, as críticas e reclamações dos informantes - todos da comunidade ibgeana - ao mesmo tempo em que apresentam as suas visões dessa identidade. A introdução dos *indicadores conjunturais*(1) nas atribuições do IBGE aparece como divisor de águas nas mudanças de sua identidade, segundo inúmeros informantes. Dada a importância dessas respostas para a pesquisa, que refletem impressões da comunidade ibgeana, todas serão transcritas a seguir:

"é uma das instituições chaves criadas pelo Estado brasileiro e que fizeram história, resultado da confluência de vários acontecimentos que hoje se chamam na historiografia brasileira de "Revolução de 30". Tanto assim que todas as palavras de ordem emanadas do poder central no Brasil remetem a 1930, quase um divisor de águas. O IBGE é, dentro desse período, uma das instituições criadas segundo um modelo de instituição que sintetizou o que havia de mais avançado do pensamento da nação em relação à política global do Estado brasileiro. Essa instituição que constitui no seu surgimento e na sua consolidação um modelo precisa

ser estudada hoje para que se possa definir critérios de avaliação desse passado recente da história brasileira, bem como gerar expectativas futuras. Pode-se ter uma visão do Brasil atual e do seu desenvolvimento possível e viável dentro do quadro do sistema internacional com alguma possibilidade de continuidade da sua identidade histórica. A experiência do IBGE é uma das experiências chaves dessa compreensão do Brasil de hoje para as suas determinações futuras. É uma instituição que estaria na vanguarda das transformações e da produção de um Estado moderno no Brasil, não só política mas economicamente para a criação de um perfil novo desta nação. Criar, fazer acontecer a criação de uma nação com características próprias, uma civilização capaz de contribuir para o patrimônio comum da humanidade. Esta seria a mensagem central dos esforços que levaram à criação do órgão."

"O IBGE hoje está um pouco sem identidade, um pouco perdido em termos do que é e do que faz. Veja o caso do Censo. Não houve muito empenho em fazer o Censo ano passado e mesmo esse ano. Repara que os jornais reagiram apenas circunstancialmente quando do corte da verba do Censo 90. Hoje ninguém fala mais, ninguém sente necessidade de que haja o Censo, o que mostra estar a identidade do IBGE seriamente abalada. A meu ver, pode-se atribuir isso a um esvaziamento de poder do IBGE, que vem ocorrendo nos últimos 10 anos."

"A identidade do IBGE está relacionada ao serviço que presta à sociedade, ajudando-a a se compreender e se ver melhor. Independente dos fatos corriqueiros, o IBGE dá uma medida do que é hoje o Brasil ao longo dessa trajetória. O papel do IBGE é mais do que simplesmente retratar, é o de influir nas políticas públicas. A sociedade se vê refletida nos dados que o IBGE constrói, mas enquanto instituição e cumprindo um papel social também influi na definição das políticas públicas, trazendo retorno à sociedade."

"É uma instituição voltada para a informação. A identidade do IBGE é a informação nos campos da Geografia, da Estatística, das coisas administrativas e políticas como fonte e, numa abertura mais recente, o próprio uso do IBGE como fonte de informações para o conhecimento e reconhecimento do espaço e da realidade econômica e social brasileira."

"O IBGE sempre se caracterizou no passado como uma instituição que começou a formular estatísticas brasileiras e a empreender estudos geográficos. Unificou e metodizou a co-

leta de dados estatísticos para se ter uma base de conhecimento de dados para o estudo do Brasil. Os estudos geográficos começaram orientados pelos geógrafos estrangeiros franceses, alemães, que vieram dar cursos e preparar gente no Brasil. A Geografia deve ser considerada no seu amplo sentido. Estes estudos evoluíram e se aperfeiçoaram e entraram mais tarde os dados econômicos que prevalecerem de um tempo para cá. Pode-se atribuir isso à hegemonia de economistas na direção geral do país. As nossas escolas de economia começaram como escolas livres que foram se formando e hoje já estão dentro da Universidade. A suficiência dos economistas repercutiu no IBGE, levando-o a dar ênfase quase total à questão econômica levantando índices que ficam sujeitos aos interesses governamentais. Tudo isso obrigou o IBGE a desviar-se do seu caminho traçado no início da instituição. Não se trata de saudosismo, mas de preservação da identidade para a qual a instituição foi criada. Devemos olhar para os assuntos econômicos também. É preciso que o corpo técnico do IBGE continue estudando Geografia, aperfeiçoando as estatísticas. O Recenseamento é um compromisso do IBGE para com a nação e um compromisso internacional também, uma vez que de dez em dez anos os países do mundo fazem o Recenseamento no sentido de possibilitar comparabilidade dos dados mundiais. O IBGE deveria impor o seu papel e não aceitar circunstâncias episódicas de governo que o desviam do seu papel. O IBGE está com isso se descaracterizando da sua finalidade e a sua identidade é, essencialmente, a de um organismo para estatística e para estudos geográficos e de meio ambiente. Vai haver a segunda conferência sobre estudos do meio ambiente - a primeira foi em Estocolmo - aqui no Rio de Janeiro. Se o IBGE tivesse dado mais ênfase aos seus estudos do meio ambiente, à formação e ao desenvolvimento de sua base de dados de recursos naturais, hoje estaria conduzindo esse processo e não está. É o Itamarati que está cuidando disso diplomaticamente."

"A identidade do IBGE é o Censo e talvez por isso tenha entrado em crise nesses últimos anos. É uma casa que faz Censo e esta é uma missão muito nobre porque é o cumprimento de uma missão constitucional. Censo não é contar pessoas, é contar como são essas pessoas, como vivem, para que se possa melhorar as condições de vida dessas mesmas pessoas. A identidade do IBGE era dada pelo Censo, uma vez que todas as missões da casa convergiam para isso: estudos geográficos, estudos estatísticos, etc. Nos últimos anos o IBGE entrou numa crise de identidade graças à interferência do Governo Federal de tal forma que hoje se cobram índices, muda-se os índices, começa-se a interferir na vida da população com a divulgação dos índices de inflação pelo IBGE: subia a inflação, caía o Presidente do IBGE. Com is-

so esqueceu-se um pouco da missão desta casa, aquilo que dá o cimento da casa, uma casa que faz censo, além de uma série de outras missões. Fazer o Censo é a sua missão institucional nobre porque altamente democrática, que tem a ver com o futuro do país, já que o Censo é retrospectivo (mostra o que aconteceu nos últimos 10 anos) e prospectivo porque possibilita que se planeje o que se espera que aconteça nos próximos 10 anos, a partir dos dados que se tem hoje."

"Censo. Pesquisa. No entanto, o IBGE foi aumentando e acrescentando coisas demais, mudando a sua identidade."

"É um órgão produtor de estatística e de estudos geográficos e geodésicos. Essa identidade vem mudando muito depois dos índices."

"É a que consta do seu Estatuto: 'O IBGE tem por finalidade básica a produção, a análise, a pesquisa e a disseminação de informações de natureza estatística (demográfica, social e econômica), geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental, com vistas ao conhecimento da realidade física, humana, social e econômica do País.'

"Quando se começa a estudar a História do Brasil, nas avaliações da vida do País, entende-se que o IBGE é uma das coisas boas criadas pela Ditadura de Vargas. O papel do IBGE é o de armazenar a memória de todo o espaço físico brasileiro, dos elementos e das pessoas que compõem esse espaço. Esclarece sobre dados passados, mostra situações, estabelece imagens em mapas, indica nossas necessidades, nossas premências mais imediatas, colaborando com o processo do homem dentro da terra, essa terra ampla, diferente da maioria, única, ímpar que é o Brasil. Mas o IBGE está mudando a sua identidade. Acabaram com as monografias municipais que nos davam um retrato da nossa terra. Depois também acabaram com o Boletim Geográfico e assim se esvaziou o IBGE."

"O IBGE tem a cara do Brasil, uma vez que é responsável pelas estatísticas, pela cartografia, pela geografia, pelo meio ambiente. Essa identidade vem evoluindo, na medida em que a realidade mudou. O IBGE acompanhou esta evolução e se adaptou a essa nova realidade."

"O IBGE é uma instituição muito rica. Aqui se encontra todo tipo de informação nas diversas áreas, em diferentes atividades, onde todas as ciências encontram aqui um peda-

cinho. É uma instituição muito rica também pelos seus quadros de funcionários."

"O IBGE é um órgão específico pertencente ao aparelho de Estado, que tem funções básicas na prestação de informações para o planejamento geral, sob todos os aspectos da sociedade. Não é apenas Censo ou os índices oficiais. O IBGE produz um retrato do Brasil. É o maior banco de dados do Brasil. Não há como um governo sério tomar atitudes de planejamento voltadas para o atendimento à população, aos trabalhadores, às empresas, sem as informações subsidiadas/produzidas pelo IBGE. São informações estatísticas, geográficas, sociais e econômicas. Infelizmente a realidade é outra. O órgão não tem autonomia, sendo sempre dirigido circunstancialmente em cima de projetos políticos de governos que são passageiros enquanto o órgão é permanente, bem como os seus trabalhos. Não tem autonomia técnica e fica ao sabor de intervenções políticas. Isto sempre foi assim, em maior ou menor escala. O IBGE deveria ter autonomia porque a sua credibilidade perante a sociedade será maior ou menor na medida da autonomia técnica do órgão e da não ingerência do governo. Nota-se bem isso em relação aos índices que afetam diretamente a sociedade, a sua realidade, o seu bolso, o seu salário, os contratos empresariais. Mas o índice é apenas uma parte do IBGE e é preciso valorizar os trabalhos de qualidade em termos estatísticos, geográficos, econômicos, sociais, demográficos. Grande parte dos melhores técnicos destas áreas estão no IBGE."

"O IBGE é um órgão prestador de informações a nível governamental e nesse sentido não contempla o segmento municipal, o nível distrital. Apenas se percebe isso percorrendo as agências porque na administração central não se percebe isso. Um exemplo disso são as publicações dos censos. É preciso fazer um trabalho de divulgação das matrizes municipais. Hoje existem pessoas no CDDI trabalhando para a divulgação de tabelas cruzadas a nível municipal mas o IBGE está ainda muito atrasado nisso. Embora se tivesse trabalhado nas matrizes municipais em 60, 70 e 80, nunca se divulgou sistematicamente essas matrizes."

"É um órgão que dá um retrato de todos os habitantes, mostrando como vivem. Projeta um conhecimento do país com base nesse retrato. Fala do que foi, do que é, do que pode vir a ser."

"São várias as identidades. Há a da sede e a das unidades regionais. Há muitos problemas de integração entre as áreas, apesar das facilidades do fax, do telex, etc. Os pon-

tos de vista das áreas são diferenciados. A identidade está sendo feita através da documentação e disseminação da informação, das análises de resultados das pesquisas. Falta ainda centralizar no CDDI a divulgação das pesquisas, numa melhor coordenação entre as áreas produtoras e o CDDI. Se houvesse maior número de seminários internos, haveria melhor comunicação e a identidade do IBGE surgiria fatalmente."

"É um pai acolhedor, mas que mudou a sua cara ao longo do tempo. Assim mesmo ainda há gente muito boa no IBGE, com vontade de trabalhar. O governo precisa muito do IBGE, dos dados fornecidos pelas pesquisas empreendidas pelos colegas que andam por esse Brasil afora para dar informações tão necessárias à população."

"Diz respeito a sua missão institucional vinculada à sistematização de informações referentes ao território nacional. Foi criado com essa finalidade e não a perdeu até hoje. Nos anos 40 o IBGE tinha uma importância enorme porque o território era praticamente desconhecido. Havia ainda a questão do desenvolvimento capitalista no Brasil que exigia maior abrangência de áreas colocadas à margem do desenvolvimento do capital, localizadas no interior, sendo preciso incorporar essas novas áreas a esse processo produtivo global. Daí veio a Marcha para o Oeste, políticas de povoamento, das quais o IBGE participou direta ou indiretamente, ou a nível do discurso ou com trabalhos publicados na instituição sobre povoamento, transportes, ocupação das fronteiras, divisão territorial, pontos centrais para o Segundo Governo Vargas. A partir de 60 o território já estava bastante mapeado. A identidade e a missão institucional do IBGE continuam a mesma, mas mais diretamente ligadas ao planejamento. Em 60, com o advento do computador os trabalhos geográficos foram muito facilitados e eram norteados pela linha teórica na qual os trabalhos de gabinete tinham mais peso do que os trabalhos de campo. Partia-se de pressupostos já definidos em modelos teóricos delineados previamente. Já não havia a necessidade de trabalhos de campo como na década de 40. Atualmente, com a questão ecológica está ganhando muito peso, basicamente a partir da criação da SUPREN [Superintendência de Recursos Naturais e Meio Ambiente], o que seria no caso a Geografia Física se desligando da Geografia Humana e constituindo um departamento próprio, com estudos ambientais. No fundo, todos os trabalhos desenvolvidos na instituição estão ligados a levantamentos e sistematizações de informações referentes ao território nacional. O que está faltando hoje no IBGE é uma discussão sobre os rumos da Geografia no IBGE, quais as suas linhas de pesquisa fundamentais."

"O IBGE tem uma marca permanente na sua trajetória que é a de descrever à exaustão o território nacional, as diferentes formas de organização social como um caminho para explicar as tensões geradas sobre o território por essas formas de ocupação. Esse é o grande encontro da Geografia com a Estatística que muitos não entendem. O corte temporal é um instante retratado como um conjunto de estatísticas que emergem de um levantamento dessa natureza e a distribuição espacial dessas ocorrências. Essa associação espaço-temporal no E e no G se explica na identificação dessa teia complexa de relacionamento sociedade/natureza que tem o território. O IBGE é essa busca de explicações através das linguagens estatísticas, das tabulações, da linguagem geográfica discursiva, da linguagem cartográfica que é gráfica. São as três grandes formas de expressão que o IBGE encontra para descrever, explicar e analisar o território. A identidade do IBGE é essa participação permanente, efetiva, eficiente, eficaz quase sempre, na contribuição para uma descrição de cada momento das ocorrências sobre o território, com um objetivo bem claro que é o planejamento em todos os níveis, da administração federal à administração municipal, passando inclusive pela administração privada. Seu grande papel, sua grande identidade é manter a sociedade permanentemente informada de todos os seus traços e essa identidade foi dada pelo projeto original de Teixeira de Freitas de 32, onde constam inclusive as três linguagens que utilizamos para veicular essa identificação. O IBGE vem cumprindo com eficiência esses objetivos. O que se questiona basicamente é a velocidade com que torna públicas essas informações e a oportunidade dessas informações - se são meramente históricas, se ainda são capazes de interferir num processo de redirecionamento das ações planejadas. O grande traço do IBGE é o Recenseamento Geral a cada 10 anos, momento em que se repensa a instituição, se questiona o questionário anterior, se relembra as críticas ocorridas ao longo da década, sobre informação deficiente, sobre a abrangência adequada da informação, sobre sua qualidade. Se questiona a base territorial a que se referem as informações estatísticas. São momentos decisivos para o IBGE continuar sua trajetória e precisam ser feitos com maior abertura interna e externa. Muitas vezes o que se vê é o G e o E distantes nesse repensar, quando a Estatística revê os questionários sem a proximidade da Geografia. É preciso haver maior integração. Há um divisor realmente entre CNG [Conselho Nacional de Geografia] e CNE [Conselho Nacional de Estatística] que está na cabeça das pessoas, mas na realidade isto morreu, não existe mais desde a Fundação. Hoje a DGC [Diretoria de Geociências] e a DPE [Diretoria de Pesquisas] buscam maior interação e isso é ótimo."

"é ser realmente um organismo capaz de produzir informação

estatística, geográfica, cartográfica com vistas a dar informação necessária à programação da vida nacional, tanto na atividade civil como governamental. O desdobramento das atividades do IBGE às especializações que fazem parte da dinâmica do conhecimento fez com que as especialidades fossem mais importantes que os objetivos fundamentais. Isso contribuiu para o desdobramento e o fraccionamento que leva à perda de consistência. O IBGE se tornou uma máquina imensa e de difícil manejo. Um dirigente do IBGE hoje tem que ser um homem quase divino para dar conta das técnicas estatísticas, geográficas, informáticas, etc. Sem isso o IBGE vai implodir."

"É um órgão de produção e disseminação de informações estatísticas, geodésicas e cartográficas que servem para melhor conhecermos o país, a realidade sócio-econômica, política, demográfica, geodésica e cartográfica brasileira, mas a identidade do IBGE está na busca de cumprir esse papel de uma forma eficiente, a contento."

"A sociedade pensa o IBGE como um órgão que fornece informação, que mostra o que é o Brasil. Identifica-se o IBGE pelos índices que afetam a todos. Isto traz uma distorção do papel do IBGE. A perda de status da Geografia no IBGE se deve a essa mudança na missão institucional, quando o IBGE absorveu outras missões e sua estrutura foi se modificando, seu papel foi se alterando, mas a Geografia como ciência não perdeu importância."

"Sobretudo a entidade que caracteriza a fotografia do Brasil, uma fotografia polivalente, de imagens variadas que não são estatísticas, do quadro retrospectivo e até do quadro projetável do Brasil."

"O IBGE teve no passado uma importância enorme e fez o Brasil conhecer o que é o Brasil. Todos os trabalhos realizados numa época em que as condições eram desfavoráveis permitiram todo esse conhecimento do Brasil publicado na *Geografia do Brasil*. O governo não consegue separar o que significa macro e o que significa micro, pensando que o Brasil já está conhecido porque tudo está publicado. Não é isso. Temos uma idéia muito superficial do Brasil ainda hoje, porque na realidade o que está embaixo disso para ser estudado não acaba. É o que se vê na Europa, em qualquer instituição onde, uma vez conhecido o macro, passa-se para o meso e se desce ao micro. Lá estão esmiuçando o que aqui não conseguimos fazer. Talvez não tenhamos conseguido convencer o governo dessa necessidade

de prosseguir. Há também a questão dos economistas que têm uma visão macroeconômica desconhecendo o detalhadamento, o que nos faz desconhecer a realidade brasileira porque esta é a equipe econômica do governo. Acham que o Brasil já está conhecido, enquanto temos área hoje virtualmente desconhecida como a Amazônia e não conseguimos mostrar ao governo que as pesquisas devem continuar. A identidade do IBGE vem mudando porque o IBGE não tem autonomia suficiente para decidir sobre o seu papel."

"É a sua presença nos municípios, nos estados, na região e no país através da sua missão: censos, pesquisas diversas, etc., mostrando a realidade em números."

"Apesar de ser realizado periodicamente, é através dos Censos que mais conhecemos o IBGE, estando aí a sua identidade."

"Pesquisas de um modo geral e censos em particular."

"É a sua imagem projetada através de seu trabalho ao longo do tempo."

"Repousa indiscutivelmente na coleta criteriosa dos fenômenos estatísticos, geográficos e econômicos, em sua sistematização correta, mantendo-se a verdade primária de sua metodologia única, imune a mudanças de interesse incondizentes com a realidade palpável, pois que consentânea com a filosofia que norteou suas atividades em tempos outros de antanho, quando merecia das comunidades acadêmicas o respeito devido. Em suma, O IBGE perdeu parte de sua identidade."

"O melhor e maior órgão informacional do país."

"A pesquisa, o trabalho que desenvolve nas áreas de estatística e geografia, a sua importância para o país."

"Se faz sentir não apenas nos grandes meios culturais, mas sim na maioria dos municípios brasileiros, quando podemos saber de toda a história, da primeira rua, da primeira escola, primeiro médico, etc. quanto prestígio identificando-se a nossa instituição que tudo anotou com carinho e veracidade."

"Pesquisas, coleta de dados, mapeamento se identificam com

a nossa instituição, tais dados apurados quando colocados à disposição da sociedade levam junto a marca do IBGE."

"O IBGE é um órgão brasileiro de pesquisas que atualmente reúne condições de obter dados e fornecer informações estatísticas principalmente, seguidas de geográficas e cartográficas, em número superior ao que podem conseguir outros órgãos do país. Contudo, ao se considerar o âmbito de atuações deve-se também considerar que o quantitativo não pode preterir o qualitativo. Na "identidade", o retrato precisa ser fiel e os dados/informações precisam ser atuais. A instituição precisa se preocupar com quem lhe pede a apresentação do seu "R.G.".

"Acima de tudo ter a imagem de fidedignidade dos dados produzidos, junto à sociedade brasileira. Ser, de fato, o coordenador do SEN - Sistema Estatístico Nacional."

"O IBGE é o principal órgão brasileiro de levantamento de informações para a elaboração de estudos e planejamento de empreendimentos da iniciativa governamental ou privada."

"Embora seja um órgão mantido pelo governo e que presta serviços ao mesmo, o IBGE está todo voltado para a sociedade em geral, embora isto precise ser divulgado e infundido na mente do povo. Quando a sociedade, através do grande universo de informantes, se aperceber que o IBGE extrai dados da mesma para posteriormente devolvê-los, já analisados e com a capacidade de mostrar a realidade "nua e crua" do que éramos, o que somos, o que temos e para onde vamos, a verdadeira identidade do IBGE será conhecida, a qualidade das informações será de melhor nível e a credibilidade da instituição será resgatada."

"O IBGE, ao efetuar pesquisas em diversos campos, coloca o resultado das mesmas à disposição dos órgãos governamentais, entidades de classe, empresários e à sociedade em geral, para que possam se planejar. Dessa forma o IBGE deixa de ser um órgão meramente coletor de informações e passa também a ser, acreditamos que na mesma proporção de importância, um órgão de informações. Assim sendo o IBGE não pode ser elitizado, fechado em si mesmo. O produto do seu trabalho deve ser transparente e que permita a sociedade conhecer a sua própria realidade. A sociedade lhe fornece a matéria-prima, no entanto não se beneficia do seu produto. Os dados do IBGE servem apenas a uma clientela elitizada, a uma minoria intelectualizada. A população de uma maneira geral não sabe traduzir gráficos, inter-

prestar tabelas, decodificar informações do IBGE. Há que se divulgar amplamente o resultado das pesquisas de modo acessível à compreensão da população. Essa troca entre o IBGE e a sociedade deve ser verdadeira. Assim sendo, entendemos a identidade do IBGE como um órgão que atende as necessidades da sociedade e que (...) cumpre sua função social na medida em que é capaz de suprir a sociedade com mais e melhores informações sobre si mesma. (...) Ter um bom nível de informação sobre a sociedade é essencial para a vivência da democracia por parte de seus cidadãos. (Senra, 1988).

"Os estatutos, que é seu registro civil e o de seus integrantes."

"É o que o IBGE faz no dia-a-dia, a coleta de dados, a apuração e a divulgação em todo território nacional."

"A instituição que levanta, estuda e define a conjuntura nacional."

"É um dos pontos básicos da Nação, é criado com a finalidade de fazer o retrato da Nação, é a afirmação do trabalho para o qual foi criado."

"O relevante serviço que presta à comunidade."

"A identidade do IBGE é a mesma: fornecer dados estatísticos ao governo, às instituições e ao povo em particular."

"É representada pelas grandes tarefas executadas pelos seus servidores e que têm muito valor no potencial universal, pois, através do IBGE sabemos quem somos, quantos somos, o que temos e, finalmente todos os dados revelados para o mundo inteiro."

"Órgão que presta informação para que o governo se oriente no campo sócio-econômico-cultural."

Do conjunto de respostas à questão da identidade do IBGE é possível perceber nas entrelinhas ou mesmo de maneira explícita

considerável preocupação com os desvios de rumo institucional. Para muitos respondentes essas mudanças ao longo do tempo representam risco de vida, mormente num contexto tumultuado como o que o País vive desde março de 1990, quando se verifica uma série de medidas que vêm comprometendo o destino das instituições públicas. Nesse sentido, quando algumas respostas tendem a enfatizar a importância do IBGE, pode-se entrever esse estado de espírito de que se falou.

### 5.2.3 Memória Institucional

Este conceito foi introduzido na coleta de dados, como já explicado, por ser a chave para se chegar ao objetivo geral da pesquisa. Está vinculado aos conceitos anteriormente tratados, que são *Memória e Identidade do IBGE*, bem como ao bloco B (constituído de questões ligadas à construção de ferramentas metodológicas, p.47) que será visto mais adiante.

Pela natureza das respostas, que mostram a diversidade de pontos de vista, optou-se por mostrar todas as que de fato definem o conceito, primeiramente sob a ótica da comunidade ibgeana e, em seguida, por especialistas de outras instituições. Esta distinção é feita apenas para indicar as diferenças estabelecidas entre si, caso existam. Vejamos:

a) O ponto de vista funcionários e ex-funcionários:

"Os critérios para serem válidos na sua instituição. Dizendo-se: "Nos mesmos critérios de memória só que aplicados a uma

instituição. E o que é uma instituição? Pode ser definida como um aparelho, um dispositivo projetado pelos homens num determinado momento e que tem uma função de orientar, organizar, criar, produzir efeitos de produção de acontecimentos políticos, administrativos. Uma obra coletiva, produzida num dado momento, com estatuto orgânico, com homens associados a ele. As instituições como as pessoas, nascem, crescem e morrem. Aparecem e desaparecem. Seu estatuto se define por uma iniciativa que pode ter maior ou menor grandiosidade histórica e isso a História vai revelar. No caso do IBGE pode-se dizer com certo grau de evidência que é uma instituição que fez história. Há uma estrutura que é formada pelos fatos da superfície e essa estrutura mais profunda quando vem à tona nos estudos da memória, da sua retomada, cria condições de esclarecimento maior do estado atual da instituição, de projeção para o futuro, de definições de ordem política, etc. porque esclarece o passado e assim pode ter efeitos sobre o presente e o futuro. As relações estruturais têm a ver com o poder sim, o mesmo poder de criação dessa ordem. A vida é o resultado da interação de forças que produzem os seres vivos e as culturas humanas, estabelecendo as chamadas ordens de poder - poder econômico, poder político, poder ideológico, científico ou cultural. Essas ordens de poder são as do relacionamento que podem ser diferentes pois diferentes são os poderes. Há poderes despóticos, tirânicos ou consensuais e a configuração do poder restaurado e trabalhado pela memória estabelece uma ordem de razões para justificar esses argumentos, do que têm de consciente e de inconsciente."

"Seria preciso levantar toda a atuação da instituição no seu período de existência, principalmente levando em conta os funcionários que fizeram a história da instituição e os fatores externos que indicam o peso que teve ao longo do tempo, qual a visão a sociedade tem da instituição, ou seja, toda a sua movimentação no tempo e no espaço."

"Levando-se em consideração que uma instituição é um organismo vivo, seria tudo que pudesse somar desse registro contínuo dos fatos relevantes."

"É um conjunto de fatos, de objetos, de coisas que refletem e possam ser refletidos em pontos demarcados como relevantes na trajetória do IBGE. Memória institucional tanto no sentido técnico quanto administrativo."

"Os caminhos percorridos pela instituição. Olhando-se o passado tem-se uma visão do presente e do futuro. A moder-

nidade, hoje tão discutida, deve consistir em preservar o que deu certo dentro da instituição e sobre esses alicerces se dá um passo à frente para a modernização. Modernizar não é demolir e construir sobre as cinzas porque assim se perde tempo, estímulos e o dinheiro público. É a guarda da experiência que se tem dentro de cada setor. O IBGE é uma instituição enorme, que cuida de assuntos os mais variados e dentro de cada unidade há uma experiência estratificada. Como exemplo de memória institucional cito o trabalho que é feito nas Universidades, onde se procura os fundamentos das coisas para partir para a frente. Parte-se do existente para o inexistente, para a pesquisa, para a formulação de novas coisas. Assim é a ciência que procura o que já foi feito. É o mesmo caso das instituições que têm memória."

"É um pouco o inconsciente coletivo, é o somatório de pequenas lembranças de pequenos fatos, de coisas institucionais e coisas individuais, na medida que as instituições são as pessoas que fazem. É uma mistura de dados puramente institucionais, como a cronologia da instituição, os fatos que foram importantes para a história da instituição, as pessoas que atuaram e interferiram nesses fatos, pessoas que desviaram os rumos institucionais, pessoas que se negaram a desviar os rumos institucionais. É uma mistura de tudo isso - fatos, gente, papel, desvios."

"É o desenvolvimento da estrutura do órgão, da organização dos trabalhos, do crescimento dos funcionários, a sua vida ativa no órgão."

"As deliberações técnicas administrativas e legais do órgão."

"É tudo que já foi dito antes na ótica da instituição." [O respondente se refere a sua definição de memória constante da p.76].

"É a extração da memória do indivíduo, na medida em que colaborou no processo de desenvolvimento da sociedade. Memória é o retrato de um povo e não o simulacro da idéia de memória, copiando-se o que os países avançados fizeram."

"É tudo o que conta a história da instituição, desde folhetos, cartazes, as pessoas, os fatos, os documentos im-

pressos e magnéticos. É a história da instituição desde a data de sua criação até o momento do tempo universal onde o IBGE vai continuar existindo."

"Todas as instituições visam a atender a sociedade e portanto devem preservar sua Memória. Todos devem contribuir com a Memória Institucional e submeter o que é relevante ou não ao Setor de Memória Institucional. A criação desse Setor é um grande avanço para a memória da instituição."

"Em geral as instituições no país sofrem ingerência política do governo através de partidos majoritários, perdendo sua autonomia técnica, não apenas em termos de memória, mas de trabalho, de produção. Isso é a memória da empresa, tão importante quanto qualquer outro tipo de memória."

"Um retrato do conjunto das atividades da empresa é algo que contemplasse a participação das pessoas na elaboração dos produtos, dos projetos, o que hoje é omitido pela instituição. O produto é da empresa mas o crédito é de quem fez."

"Nós somos a água. O leito e a margem são o IBGE na sociedade. O leito e o que se conseguir de memória física. O IBGE não vive sem as pessoas, assim como o rio não existe sem a água."

"Todos os trabalhos realizados, com sucesso ou insucesso. É preservar tudo o que foi feito, incluindo os obstáculos e os problemas para se chegar às formas certas de se trabalhar. Sabemos como não fazer censo mas ainda precisamos descobrir a maneira ideal de se fazer censo."

"O IBGE é uma instituição muito respeitada internacionalmente. Conhecemos o censo daqui mas não sabemos o que é que os recenseadores passam para colher dados para o censo, atravessando rios, com inúmeras dificuldades."

"É a capacidade que a instituição tem de preservar e de sistematizar dados sobre o seu passado, sobre as suas atividades e essa memória está nos acervos e na vivência pessoal de cada funcionário que registra diferentes períodos históricos do Brasil."

"Deveria ser um relato de suas origens e dos fatos importantes que modificaram o roteiro desta instituição até o presente momento."

"Passa por um conjunto de vertentes diferentes. A documen-

tação oficial da instituição e a documentação não oficial com o objetivo de resgatar momentos, cortes, processos de tomada de decisão, questões políticas, questões administrativas envolvidas no cotidiano. Muitas vezes é necessário recorrer-se a uma terceira vertente para resgatar decisões tomadas, através da história oral."

"É o desenvolvimento das diversas fases pelas quais o IBGE passou e o seu papel perante a sociedade. As mudanças ocorridas nesse processo, etc."

"A memória do IBGE compreende três áreas: a) história da instituição; b) produção de estatísticas primárias e derivadas, estudos demográficos, econômicos e sociais; c) metodologia da estatística e ciências afins.

a) História da instituição

O conhecimento da trajetória da instituição - dos órgãos que antecederam ao IBGE contemporâneo - é fundamental para a sua modernização e consequente adaptação às exigências dos planos de desenvolvimento econômico e social do País. Incluem-se nessas áreas os instrumentos do trabalho estatístico e os métodos de levantamento de dados:

- . órgãos que realizaram os primeiros Censos (1872, 1890, 1900, 1920);
- . Criação do Sistema Estatístico Nacional;
- . O IBGE como órgão central do Sistema e como órgão normativo;
- . O IBGE e os organismos internacionais de estatística;
- . Formação de profissionais (ENCE);
- . Métodos de levantamento de dados (universal e amostragem);
- . Instrumentos de coleta das pesquisas;
- . Evolução das formas de apuração dos resultados;
- . Divulgação dos resultados (publicações e banco de dados).

b) Produção de estatísticas, estudos e estatística metodológica

A descrição da estrutura ou da variação dos fenômenos demográficos, econômicos e sociais se completa com as séries históricas ou cronológicas; portanto, a memória deve preservar as séries estatísticas; deve preservar, também, estudos e obras de estatística metodológica (e ciências afins):

- . estatísticas primárias:
  - recenseamentos;

- pesquisas contínuas (PNAD, Pesquisa Industrial, preços, etc.);
- . estatísticas derivadas:
  - indicadores demográficos;
  - indicadores econômicos e sociais.
- . as estatísticas 'potenciais do Banco de Dados'
- . Anuários, do Brasil e de outros Países.

Merecem especial atenção obras pioneiras, raras ou esgotadas:

- 1) Monografias Municipais;
- 2) Enciclopédia Brasileira dos Municípios;
- 3) Normas de Apresentação Tabular;
- 4) Séries Estatísticas;
- 5) Anuário Estatístico do Brasil;
- 6) Métodos Estatísticos Aplicados à Administração (Giorgio Mortara);
- 7) Curso de Estatística (Kafouri);
- 8) Dicionário de Temas Estatísticos;
- 9) Plano Atlântida.

#### c) *Vultos da Estatística Brasileira*

Além da homenagem aos vultos que contribuíram para a Estatística Brasileira, a memória deve preservar suas lições de vida e trabalho.

Merecem destaque figuras como as que se seguem:

- a) Embaixador Macedo Soares (1º Presidente do IBGE)
- b) Teixeira de Freitas (1º Secretário Geral)
- c) Giorgio Mortara, que criou a 1º órgão técnico do IBGE)
- d) Lourival Câmara, que fundou a ENCE
- e) Presidente Isaac Kerstenetzky - que expandiu as atividades do IBGE, principalmente na área dos estudos econômicas e sociais".

"É a memória relativa aos fatos que dizem respeito a uma instituição, à organização do trabalho de um órgão que cuide de sua missão institucional. Diz respeito aos fatos que se desenvolveram no âmbito da competência que a lei estabeleceu para as atividades do IBGE, desde a sua criação até os dias atuais, com as condições e com a evolução que essas condições alcançaram."

"A Memória Institucional está dividida em duas partes: de um lado há o histórico em si desta casa e, por outro está essa história dentro do contexto nacional, porque fazemos parte de um todo e o contexto vai explicar muito do que acontece na instituição. O IBGE deveria ter liberdade de

produção e não tem, ficando atrelado às decisões governamentais. Temos condições técnicas de fazer o que achamos que deve ser feito, mas o governo é que determina porque é ele que paga."

"Conjunto de bens materiais e imateriais que possibilitam manter e/ou reconstituir, no todo ou em parte, a existência de uma instituição: objetos, documentos, bibliografias, depoimentos escritos ou orais, etc."

"É a constituição da instituição, sua implantação e sua vivência nos longos anos de atividade."

"É o que serviu para a constituição da instituição, tais como documentos, atas, fotos, depoimentos, discursos, etc., demonstrando o seu potencial, ao longo do tempo."

"É o conjunto de fatos relevantes na história da instituição."

"É a memória da instituição."

"É o conjunto de atos, fatos e realizações que a instituição conseguiu desenvolver no seu caminhar."

"É sua própria origem, é seu conjunto intrínseco e endógeno, isto é, todo o acervo catalogado de sua origem e trajetória, contrapondo-se à memória exógena, embora esta também deva somar-se àquela para melhor avaliação da realidade que se quer verdadeira."

"Todo o acervo que o IBGE tem guardado e conservado em seus arquivos: livros, folhetos, mapas, cartas, atlas, filmes, etc."

"Todos os atos, fatos e documentos que formam o acervo institucional."

"O histórico da instituição, desde sua fundação até agora, sua utilidade para a comunidade. Elementos indispensáveis para futuros trabalhos, pois indica o que ocorreu no passado e o que ocorre no presente."

"O acervo sistemático de informações que representam his-

toricamente uma instituição ou organização social através de suas características. É um documentário da existência de uma organização que tem função social específica (doméstica, religiosa, econômica, política, etc.)."  
"É o arquivo histórico da instituição. É o registro de como, quando e porque o órgão foi criado. É a compilação de informações sobre as pessoas que fizeram a história da instituição. No caso específico do IBGE também é o acervo histórico de sua produção estatística e geográfica."

"É a narração histórica que preserve a lembrança de idéias, fatos ou ocorrências acontecidas na vida da instituição desde o seu início, mencionadas por testemunhas presenciais."

"Todo elenco de informações, quer seja verbal, literário, bens móveis, imóveis, utensílios diversos, que seja capaz de reconstituir a história de uma instituição, passando para a posteridade a imagem real, proporcionando seja a mesma divulgada, conhecida e respeitada por seus membros e pela opinião pública."

"A dificuldade de resguardar [resgatar?] as ações dignas de serem lembradas. Seria o resgate da importância da instituição, em termos históricos e atuais."

"Designa o funcionamento, a organização da própria instituição a respeito de sua trajetória ou de fatos que a ela se ligam."

"É o que se tem à disposição, que mostre a história do órgão."

"É tudo aquilo que define a verdadeira filosofia da instituição."

"São as fases administrativas porque passou o IBGE."

"É tudo aquilo que é divulgado em relação à própria instituição."

"É o complexo de conhecimentos guardados pela instituição (governo ou particular), desde sua base fundamental até sua estrutura completa, e os dias atuais."

"Está representada nas tabelas de dados apresentadas nos fatos estatísticos."

"Vivência e continuidade dentro da instituição."

b) O ponto de vista das instituições:

*"Memória institucional é todo material produzido pela instituição, seja de caráter eminentemente administrativo interno, seja material produzido para fins de divulgação, bem como os funcionários que produziriam esse acervo."*

"É toda a história da instituição desde o seu início."

*"Falar de memória institucional é falar de memória enquanto instituída, o que implicaria em uma memória formal. Seria a memória que a instituição designar como memória, que seriam seus arquivos, seus patrimônios documentários, suas marcas escolhidas do passado e conservadas. Aquilo que foi tematizado como "este é o meu passado institucional", feito em camadas porque não há apenas um passado memorável. O passado comporta diferentes maneiras de selecionar e recordar. Há a memória incorporada na instituição que é ela própria, na medida em que a instituição é instituída com um corpo de experiências passadas. Esse é o lembrado de sua história, é a marca forte da memória incorporada, pois o instituído é também memória. Toda instituição tem um lado formal e um lado informal, que se poderia até chamar de não institucional ou transinstitucional. Por exemplo, quando se estuda numa escola isto fica muito claro. A sala de aula é um lugar demarcado como um espaço, com tarefas, com funções, com papéis. Mas, basta tocar o sino para indicar que chegou o recreio, transformando-se no espaço da amizade, da crítica à instituição, um espaço para outro tipo de troca. Em todas as instituições existem sempre duas leituras: a leitura formal e a informal; a leitura funcional e a leitura vivencial, da experiência das pessoas que vivem. Não há a instituição por aqui e a vida das pessoas ali fora. Sempre existe a troca e a possibilidade de transformação que se dá devagar, logicamente, dentro de determinados constrangimentos que implicam no papel e na função desta instituição no quadro geral das instituições sociais, dependendo de vetores políticos, econômicos, culturais, locais e nacionais, etc. Existem diferentes vetores contextualizando essa definição de função institucional."*

*"Ainda em processo de definição [nesta instituição que responde], mas tendo como base o texto ..." [que se reporta a temas relevantes ao assunto, ou seja, a questão da memória no âmbito da produção cultural das modernas sociedades ocidentais].*

"É preciso ter todos os documentos que permitam recuperar a história, os atos administrativos de uma instituição. Documentos esses em qualquer suporte em que se apresentarem, desde vídeo, fita sonora, filme, fotografia, etc. É verificar a história no contexto regional e nacional."

*"Todo acervo que comprove a história da trajetória da instituição."*

Como já mencionado anteriormente, a questão sobre Memória Institucional constitui, na realidade, a chave para se chegar ao objetivo geral da pesquisa. No entanto, com o decorrer da pesquisa, observou-se que o referido conceito se estende para além das respostas aqui reunidas. Nos capítulos 4 (p.42) e 5 (p.53) encontram-se quadros conceituais construídos via literatura e que se sintetizam – mesmo que de forma preliminar – o arcabouço para definição(ões) de Memória Institucional. As respostas aqui reunidas dão a especificidade que faltava ao tema.

#### 5.2.3.1 Memória técnica

Esta questão foi introduzida no roteiro 2 (informações de outras instituições) com o objetivo de se verificar a verticalização do tema *Memória Institucional* apenas do ponto de vista de outras instituições, partindo-se do pressuposto que seria prematuro indagar a comunidade ibgeana. A seguir transcreve-se trechos dos referidos depoimentos:

*"Para esta instituição que é uma instituição-memória, depositária especialmente da memória nacional, não faz sentido definir memória técnica pois ela é apenas um dos lados da moeda."*

"É aquilo que a instituição gerou em termos de técnica inovadora no campo das ciências biomédicas e de saúde pública no Brasil."

"É o histórico de constituição dos empreendimentos no setor institucional [de sua missão], principalmente as usinas hidrelétricas e termelétricas, por meio da recuperação da produção documental e dos relatos àqueles pertinentes."

"Esta instituição primeiramente se preocupou com a memória histórica do país e apenas recentemente está trabalhando com sua própria história, daí a preocupação em guardar uma série de procedimentos que possam demonstrar como ela veio realizando seu próprio trabalho. Tem tido a preocupação de atualizar a sua produção intelectual, o registro de suas normas técnicas e inclusive publicá-las."

"A memória técnica das instituições pode ser localizada nos arquivos, nas bibliotecas e nos centros de documentação. Falar em memória técnica implica em ter arquivos organizados e um sistema de recuperação de documentos técnicos eficiente, entendendo-se por documento técnico todo aquele que reflete um estudo de qualquer área do conhecimento, que pode ou não estar contido num relatório. Por exemplo, uma planta seria um documento técnico para a PETROBRÁS, sendo de prospecção de petróleo. São também estudos encomendados sobre determinado tema, geralmente ligado à atividade fim de um órgão. Um documento que cuide de propriedade industrial, estudo de patentes, é um documento técnico. Não se pode dissociar a questão da memória técnica do arquivo e até mesmo da biblioteca, na medida em que lá se encontram muitos desses documentos."

"Pode-se pressupor a memória técnica da instituição ou a técnica da memória. No IBGE imagino que incluiria a memória dos diferentes critérios e procedimentos estatísticos para a coleta e análise de dados, seria a técnica no quadro institucional. Teria ainda as técnicas da memória, a maneira como se vai arquivar, se vai usar banco de dados cadastrais, com relatórios dessa experiência técnica. Esses dois conceitos em algum momento se entrecruzam porque dependendo da técnica da memória vai ser memória da técnica. Entendi como memória técnica tendo a ver com a memória das técnicas institucionais, da operação e procedimento que a instituição utiliza para realizar sua função, em seu contexto específico de ação."

#### 5.2.4 O que preservar

Conforme já foi explicado anteriormente, a questão sobre *O que preservar* e a que a sucede (o que não deve ser preservado) constituem a primeira idéia de seleção introduzida aos informantes. Objetivam conduzir os respondentes a pensar na seleção de acervos e de personagens para o processo de resgate da memória institucional. As respostas a esta pergunta e a sua sucessora serão tratadas em separado para que se visualize melhor as diferenças. Serão destacadas também as respostas das instituições para que se perceba diferenças, caso existam.

##### a) O ponto de vista de funcionários e ex-funcionários:

"Pela ordem de importância do seu passado histórico, o conjunto de fatos e de acontecimentos que formaram a história do IBGE, desde antes do seu nascimento, uma vez que estamos pensando no sentido amplo de estrutura, das condições de possibilidade da existência do IBGE. Parte da memória desta instituição deve ser a preservação do passado histórico, ou seja, desde os antecedentes do Império, quando se formaram as grandes idéias sobre a organização da Estatística Geral no Brasil até a história atual do IBGE, com a emergência da Revolução de 30 e a criação do órgão. A outra memória, que sai do campo de estudos da investigação histórica mas corre paralela e tem incidência sobre a análise histórica, é a memória dos personagens que participaram dessa história em determinado momento. É, portanto, uma memória seletiva e limitada, pois se restringe aos que podem relatar o passado, os que sobreviveram e que devem ser alvo de atenção no trabalho de resgate da memória institucional, através de relatos que em grande medida vão trazer elementos para a configuração global da história. Elementos esses que não estão registrados em documentos nem nos atos oficiais ou não oficiais. Ou seja, numa primeira parte, ter-se-ia toda a documentação histórica existente, todos os documentos de arquivo existentes ou não na instituição que possam ser levantados, compendiadoss, catalogados e documentados para os estudos históricos

desta instituição. Numa segunda parte seriam os relatos dos personagens que participaram da história, em todos os níveis e escalões da instituição. A regra de ouro é esta: ouvir todos, tal como nos escritos onde se lê tudo, pois não há escrito principal. Não se pode dar uma hierarquia precisa, pois para o estudo da história da instituição todos os escritos funcionam como elementos de investigação, bem como todos os relatos. Mas, já que o todo é impossível, que seja o máximo possível desse todo."

"Os censos e a sua influência ao nível de estratégia para o desenvolvimento do país, ou seja, até que ponto o censo influi no país em termos de planejamento, tanto federal, estadual ou municipal, já que fazemos o censo, mostramos os resultados e não sabemos o que é feito com isso. É óbvio que hoje a influência do IBGE na sociedade é bem diferente da que teve nas décadas de 40 e 50. Isso se deve, a meu ver, ao surgimento de outras instituições similares no decorrer do tempo, além do surgimento de tecnocratas econômicos no governo a partir dos anos 60 e 70 em diante. Hoje o IBGE está mais preso à coleta de dados, quando antes até indicava rumos para o país."

"Todas as experiências relevantes diretamente relacionadas com a história do IBGE. Relevantes seriam as mudanças de processo. Numa instituição exerce-se atividades meio e fim e tudo o que seja alterado nesse processo é relevante para se compreender o que há por trás. Quando ocorrem mudanças estruturais é importante investigar o contexto do país ao qual a instituição está ligada. Considero relevante tudo o que soma à mente das pessoas e as faz refletir, aquilo que não passa ao largo e que caracteriza um momento. Mudanças que ocorrem no seio da administração pública precisam ser registradas pois o IBGE faz parte desse grande universo onde tem o seu lugar."

"Deve-se preservar a história e o nosso caminho nesta instituição. Como não se pode guardar tudo, está implícita uma seleção. A meu ver, selecionar o que é relevante é tarefa específica de cada área. No entanto, há a questão de não haver isenção porque há um comprometimento das pessoas com aquilo com que desenvolveram. Relevante para quem? É difícil identificar pontos dessa trajetória e então fazer seleção de material, embora considere que o IBGE tem a sua memória preservada. É incrível, mas muitas pessoas guardaram coisas e muitas delas estão registradas e documentadas na Biblioteca. A questão da memória do IBGE é de avaliação, ou seja, se é somente a memória oficial ou se realmente a memória do IBGE existe e está preservada, sendo necessário descobrir como as pessoas organizaram aquilo e o que veio na tradição. Os profissionais da biblioteca precisam ter mais consciência do valor do acervo e controlar melhor esse acervo."

"Uma instituição se faz à base de pessoal. O IBGE precisa ter um corpo de funcionários qualificados e esse pensamento sempre existiu nesta casa, com altos e baixos. Deve haver concurso para a entrada de pessoal na instituição ao invés do critério de notório saber porque isto não existe. Foi esse critério que "inchou" o IBGE ao longo dos últimos anos. O que se deve preservar numa instituição é a sua finalidade, o seu objetivo, a sua maneira de trabalhar. É necessário ter aquilo que se chama *esprits de corps*, como acontece em outras instituições, onde o governo não pode nomear certos diretores que devem ser funcionários de carreira, que vestiram a camisa da instituição e que carregam a instituição nas costas. Entram como escriturários e vão fazendo concurso interno e subindo na carreira. O IBGE teve administrações desastrosas, na base de compadrio. Esses alienígenas prejudicaram profundamente a preservação da memória do IBGE porque chegavam e exigiam que se fizesse aquilo que queriam da forma como queriam. Se até hoje o IBGE não desmoronou e tornou-se uma instituição respeitável, isso se deve aos alicerces firmes sobre os quais foi criado."

"O IBGE é quase uma *instituição total*(2), no sentido antropológico, sociológico da palavra, como as prisões, os manicômios, os colégios internos. É uma casa que se reproduz por endogamia: as pessoas se casam aqui dentro, têm filhos que se tornam ibegeanos, vão a colônias de férias do IBGE, se separam e se casam novamente com outras pessoas do IBGE. É uma instituição voltada para dentro e é quase autosuficiente. Existe realmente uma família ibegeana, há um orgulho de ser ibegeano, um respeito pela casa que deve ser preservado. Há uma cultura ibegeana que deve ser levantada no trabalho da memória. Considero que devemos preservar tudo nesta instituição, pois não é possível predeterminar o que o usuário vai consultar. Na dúvida, preserva-se tudo. Acho que devemos ser ambiciosos sim, embora as etapas de preservação sejam diferentes. O ideal é preservar a instituição."

Deve-se preservar principalmente os atos administrativos, instrumentos de coleta, legislação, etc."

"A tradicional divulgação dos resultados das pesquisas, constituindo-se no produto maior da instituição; publicações, base de dados, etc. A análise dos resultados das pesquisas, constituindo-se no uso da informação, retornando a mensuração do real ao próprio real, explicando-o; revistas, textos avulsos, publicações. O registro dos processos de pesquisa que podem ser vistos em três variantes: 1. as metodologias (sentidos amplo e restrito), em geral objetos de publicações; 2. os documentos (técnicos e administrativos) cronologicamente organizados; 3. os instrumentos gerados e usados, parciais e totais, prelimina-

res e finais. Em tese tudo deve ser preservado, ainda que se possa mudar de ênfase enquanto história. Segundo Bachelard, o conhecimento científico é sempre a reforma de ilusão; trata-se de um contínuo processo de retificação de modo que os espíritos cheguem à verdade. A essência de sua epistemologia é ser histórico. Do presente vai-se à história sancionando-a ou superando-a. Ora, é preciso haver registro da história. O que for sancionado deve ser destacado, o que for superado deve ser relegado a segundo plano. Como não se sabe, a priori, o que é relevante para o presente/futuro, tudo deve ser preservado. Mas tudo é vago..."

"Acho que tudo no IBGE deve ser preservado, inclusive todas as suas áreas de atuação."

"Toda a memória impressa desde o mais simples folheto até a publicação mais sofisticada. Eventualmente um ou outro equipamento que tenha tido importância histórica na composição, impressão, confecção de mapas, etc. Além disso algumas máquinas cujos portes permitissem poderiam ornamentar entradas do IBGE, por serem representativas de uma época."

"A cultura da instituição, a sua missão enquanto órgão de governo e a prestação de informações à sociedade e ao cidadão."

"É importante preservar a memória total/integral do IBGE. A história da estatística do IBGE, além dos aspectos econômicos e sociais, demográficos, etc."

"Os produtos e os materiais para a realização dos produtos. Os equipamentos, as funções que exerceram no que se refere aos insumos para a realização dos produtos em meio eletrônico devem ser preservados. O uso do disco ótico é uma forma mais adequada de preservar informação em meio magnético, mas o IBGE não o utiliza ainda.

"Tudo deve ser preservado porque tudo é relevante. Não se pode passar para outro um acontecimento se não houver uma prova física. A memória se modifica muito rapidamente e precisa de um valor básico referencial que é parte física, como uma fotografia que relembra muita coisa."

"É a família ibegeana e a mística ibegeana que se passam de geração a geração. É uma mística de trabalho, de realizações que passam desde os fundadores do IBGE com enfoques diferenciados. Deve ser preservada a finalidade precipua e as funções da instituição que têm se modificado muito ao longo dos anos. A contestação que se faz tem o sentido de preservar a memória da instituição. Há 30 anos atrás se trabalhava com muitas dificuldades e hoje, por incrível que pareça, nos deparamos com imensas dificuldades no campo da coleta. Antigamente o nosso agente de coleta era o segundo poder do município, perdendo apenas para o prefeito. Tinha alto prestígio e fazia parte da sociedade local. Lamentavelmente hoje o status do agente de coleta está reduzido, muito embora ele responda cada vez mais por um número maior de municípios, onde é um elemento desconhecido."

"Devem ser preservados os documentos históricos. Há documentos com validade de cinco anos, outros que nunca deveriam ser destruídos, tais como documentos de contabilidade, etc."

"Tudo deve ser preservado nesse processo de resgate, desde os trabalhos realizados até o acervo da instituição."

"O acervo documental, a produção oficial da instituição: livros, relatórios, revistas e tudo o que o IBGE tornou público porque explica os passos dados para se atingir o instante atual. Exemplo disso é a Semana de Teixeira de Freitas, onde um conjunto de documentos foram recuperados, com grau de dificuldade menor graças ao acervo da Biblioteca Central. Toda a produção técnica da instituição deve ser preservada porque de uma forma ou de outra foi veiculada em papel. Relatórios, arquivos administrativos são importantes para a preservação da memória, exceto peças como prestação de contas, ou coisas desse tipo, que têm o sentido apenas de curiosidade. Acervos fotográficos, fitas cinematográficas, todos esses registros devem ser preservados. Alguns equipamentos ou instrumentos que marcaram época na instituição precisam ser preservados porque os funcionários mais novos devem conhecê-los. Na falta de espaço para um museu, devemos pelos menos preservar o acervo documental."

"A criação de uma instituição que tentava estabelecer um acompanhamento da vida estatística nacional e do problema geográfico brasileiro. O IBGE impressionou estatísticos do mundo inteiro por ter reunidas numa única instituição essas duas diretrizes. Toda vez que o IBGE sai desse rumo fica mal. O desenvolvimento do IBGE precisa ser global, sempre com essa visão de conjunto. Não pode fazer apenas indicadores sociais."

"A documentação oficial da instituição e a não oficial também, além do processo decisório que gerou tais documentos, difíceis de serem resgatados. Toda a documentação relativa aos processos de pesquisa, desde a sua origem. Como começou? Por que se decidiu desta ou daquela forma? etc. É possível obter-se informações esparsas aqui e ali mas não de forma documentada, como deveria ser."

"Deve ser preservada a possibilidade de se abrir a todos as informações produzidas pelo IBGE, o que nem sempre aconteceu nesta casa. A transparência é relevante e deve ser preservada. A pesquisa ENDEF (Estudo Nacional da Despesa Familiar) trouxe resultados importantes para o país e não puderam ser divulgados de início - época da ditadura - tendo sido alguns dados divulgados muito tempo depois. É preciso colocar a questão: nós produzimos as informações e tratamos essas informações de acordo com questões teóricas que escolhemos e com liberdade de uso dessas informações, de acordo com formas próprias de pensar. Não se deve controlar o uso da informação."

"A descrição da estrutura ou da variação dos fenômenos demográficos, econômicos e sociais se completa com as séries históricas ou cronológicas; portanto, a memória deve preservar as séries estatísticas; deve preservar também estudos e obras de estatística metodológica (e ciências afins). Além de homenagear os vultos da estatística brasileira, a memória deve preservar suas lições de vida e trabalho."

"É importante ter-se presente os motivos que determinaram a criação da instituição para que possamos ver como evoluiu ao longo do tempo desempenhando esse papel inicial. Tantas vezes esse papel é adulterado por falta de elementos que são oriundos de uma memória necessariamente preservada: muda-se, altera-se, transforma-se, destrói-se até todo um trabalho da instituição. É o caso da SUPREN, da situação da Geografia no IBGE, do Boletim Geográfico que acabou e era instrumento valiosíssimo de comunicação do IBGE com a sociedade, etc. Muito significativa para a atuação cultural do IBGE foi a criação da Reserva Ecológica

ca do Roncador, situada em Brasília e registrada no IBDF. Tudo aquilo que pode impressionar, tudo aquilo que pode ter um reflexo, dar um produto disputável, demandável amanhã deve ser preservado, administrado e resguardado."

"Uma instituição deve preservar o seu patrimônio não apenas físico, mas o patrimônio cultural, as pessoas que, dentro do sistema antigo, faziam parte da família ibgeana e atualmente isso não acontece. Antigamente brigava-se pela instituição. Havia grupos que dominavam a Geografia, mas que produziam muito. Hoje a mentalidade é outra e essa mudança de mentalidade influenciou muito a instituição."

"Em princípio tudo. A seleção se fará daí em diante segundo critérios a serem estabelecidos com vistas a evitar perda do que seja essencial e marcante para expressar a memória da instituição. Antes de se determinar critérios que definam circunstâncias e com que finalidades o bem será preservado, uma profunda análise deve ser realizada. Os critérios portanto não devem ser rígidos, correndo a seleção por conta também da sensibilidade e da subjetividade de quantos forem encarregados de tal mister."

"Em princípio tudo deve ser preservado até que se possa estabelecer critérios de descarte."

"É relevante documentar todos os momentos de 'expressão' em que a instituição serviu à sociedade, desde o seu último estágio 'vida municipal' até a sua maior grandeza, no caso, a 'nação', ajudando no processo decisório em benefício dessa mesma sociedade. Tudo deve ser preservado, inclusive os maus momentos vivenciados pela instituição e que permitiram novas redefinições."

"Documentos de realce não só no aspecto do tema, bem como no tocante ao autor do mesmo. Servem estes documentos de comprovação escritural da abrangência da instituição e do envolvimento e nível de seus servidores. São instrumentos pedagógicos de transmissão de informações na formação de novos valores dentro da Casa."

"Todos os fatos históricos importantes, como por exemplo, o primeiro censo de responsabilidade do IBGE, primeiro censo de Brasília, etc."

"A documentação que conte a história de cada pesquisa. Como e porquê foi concebida e como foi desenvolvida."

"A memória das pessoas cuja passagem pela instituição foi marcada indelével; móveis e utensílios e outros instrumentos que caracterizam as diversas fases da existência do órgão; acervos bibliográficos, precipuamente, aqueles que contêm os resultados das pesquisas mais importantes. Porque é através das pessoas, dos seus instrumentos de trabalho e, sobretudo, daquilo que produziram que se forma a 'memória' de uma Entidade, propiciando às futuras gerações os meios para conhecimento da história da estatística no Brasil."

"Considero relevante tudo que possa contribuir para a formação histórica, a partir de cada núcleo integrante dessa ou de outra instituição, por entender que memória é conjunto de unidades sistêmicas. Assim, no IBGE, pelo que conexão de experiência profissional pretérita, nada se pode ou deve deixar à margem, pois que todo o seu acervo coletado, a partir dos levantamentos geo-cartográficos, estatísticos, censitários, sociais, etc., integra um registro importante para a formação do conhecimento humano, ao nível sócio-econômico de base e a partir do qual se propagam projeções balizadoras aos planos governamentais."

"Deveria preservar dois exemplares de cada publicação."

"Tudo deve ser preservado de acordo com sua importância, como por exemplo, a criação da instituição, as transformações ocorridas, o histórico das pesquisas, como iniciaram, a história das pessoas que passaram pelo IBGE."

"Na verdade é relevante preservar tudo. Todas as informações sobre o IBGE e suas atividades, resgatando-se assim este vasto patrimônio confundível com a própria história recente do país."

"A imagem da instituição, sua respeitabilidade e confiabilidade, desempenho e dedicação de seu quadro de pessoal."

"É importante preservar referências sobre a origem do IBGE, a imagem do idealizador e fundador do IBGE, documentos a respeito de reformas administrativas e estruturais da Instituição (organogramas, quadros descritivos, legislação), patrimônio da Instituição (documentos e fotografias); dados biográficos e fotografias de autoridades que dirijam a instituição (Presidentes, Diretores, Chefes Regionais); normas e resoluções que determinem alterações significativas; histórico das agências; projetos, produtos e serviços (amostras: descrição, metodologia, instrumentos de execução e de propaganda de projetos); narrativas e, se

possível, fotografias e fatos pitorescos relacionados com as pesquisas; depoimentos, trabalhos e dados biográficos de ibegeanos que, tendo se destacado profissional, cultural ou artisticamente, mereçam registro como valores da comunidade ibegeana. Em resumo: devem ser preservados os dados que componham e confirmem o perfil da instituição. Os meios utilizados para essa preservação devem ser os disponíveis, preferencialmente os mais modernos."

"É o compromisso com a verdade dos fatos, sejam interessantes ou não, grandiosos ou não. Resgatar a história da instituição é o primeiro passo e, a partir daí preservá-la, tornando o registro desses fatos um processo constante e dinâmico, capaz de identificar a instituição. É importante preservar os fatos que levaram à criação desta instituição, quem foram as pessoas que o ergueram e o sustentaram até hoje e quando tudo aconteceu. É importante seja feito um relato cronológico dos fatos históricos relativos à criação do órgão e à história de sua produção estatístico-geográfica. Do ponto de vista da produção ibegeana, interessante seria preservarmos a história de cada produto. Como surgiu, para que, e que perfil tem seu usuário, por exemplo. Pois os dados levantados pela instituição já fazem parte do acervo bibliográfico, que não deixa de ser, também elemento formador da memória institucional."

"A sua credibilidade e autenticidade, mantendo a fidelidade das informações através do sigilo nas coletas. Mário Augusto Teixeira de Freitas, fundador do IBGE, já dizia que 'País sem estatística é igual a barco sem rumo. Preservemos, pois, o IBGE'."

"Atas, documentos, fotos, jornais, boletins, máquinas e equipamentos técnicos, onde fique registrada sua história, em seqüência, para que a geração ibegeana atual e futura tenham condições de inteirar-se da vida pregressa do órgão e de seus colaboradores, não só a título do folclore mas procurando resgatar ensinamentos e práticas que possam ser inseridas na vida atual da instituição; todo acervo literário (mapas, anuários, sinopses, monografias, tabelas, gráficos, enciclopédias, etc.), pois a sociedade e estudiosos têm se reportado ao passado para poder descobrir causas e encontrar soluções para os problemas atuais e futuros; Reserva Ecológica do Roncador, uma vez que lá têm sido preservadas espécies raras da flora nacional, para estudos e até como museu natural."

"Documentos, mapas, séries estatísticas, objetos e outros dados que contribuam para um maior conhecimento da história e da realidade do IBGE e da sociedade brasileira como um todo. A partir do conhecimento de todo o acervo exis-

tente, pode-se através de critérios seletivos pré-determinados, estabelecer o que é de interesse de preservação e o que não possui valor."

"A boa imagem da instituição, porque através dos números ela retrata a realidade brasileira e para que desta realidade possa o IBGE cumprir fielmente o papel para o qual foi criado. Nada deve ser desprezado, pois dos desacertos fica a lição para o aprimoramento das realizações."

"Todo arquivo da organização, pois é através dele que no futuro se poderá fazer história. Tudo deve ser preservado, sem exceção."

"Considero relevante preservar a documentação da fase inicial, ou seja, as atas e os documentos das assembleias gerais e as principais atas de posse de cada presidente, porque nesses documentos encontramos a estrutura fundamental do IBGE, para conhecimento posterior."

"Tudo quanto diz respeito ao desenvolvimento dos trabalhos estatísticos brasileiros, desde antes da fundação do IBGE até a data atual, porque o IBGE é a repartição responsável pelas memórias econômica e social do Brasil, no sentido de mostrar ao povo brasileiro o desenvolvimento do seu país. Tudo deve ser preservado, embora muita coisa não deva ser continuada, porque mesmo as más elaborações serão guardadas para serem lembradas e não serem mais executadas."

Conforme será observado, algumas respostas a esta questão sobre o que preservar fugiram aos objetivos de se estabelecer as bases de parâmetros de seleção. Serão, no entanto, relacionadas a seguir por se tratarem de críticas que refletem o momento institucional que precisa ser encarado seriamente:

"As condições de trabalho para o engrandecimento da nação."

"Em primeiro lugar o relacionamento com os demais servidores, porque se não houvesse o engracamento entre o administrador e o administrado a repartição não funcionaria."

"A ética profissional."

"A fidelidade, o companheirismo. A pessoa deve ser leal a fim de que tenha melhor êxito nos seus trabalhos."

"O IBGE deve procurar divulgar cada vez mais rapidamente os resultados das pesquisas que faz para que possa exercer o seu papel em plenitude."

O contexto tumultuado, incerto e ameaçador para o funcionalismo público levou muitos dos informantes a responderem ao contexto da pergunta - o que deve ser preservado - e não à pergunta em si. Isto reflete e enfatiza a dupla função da palavra, indicando que a preservação tomou conotação especial, em função do contexto, ou seja, não importa tanto preservar este ou aquele ítem do acervo, das pesquisas, dos objetivos, e sim, aqueles que antecedem tudo isso: condições de trabalho, dignidade, ética, divulgação eficiente para que se tenha a preservação da própria instituição.

b) O que preservar, do ponto de vista das outras instituições

"Pela própria natureza da instituição que responde, tudo deve ser preservado, por tratar-se de uma instituição-memória de âmbito nacional."

"Aquilo que representa contribuição da instituição à ciência e à sociedade. O que se referir a história das ciências biomédicas e da Saúde Pública no Brasil."

"O universo documental (ou suas referências) de caráter permanente do setor de energia elétrica, ou seja, os registros bibliográficos, arquivísticos e museográficos destinados, pelo seu valor informativo ou comprobatório, à guarda definitiva. Tais registros, produzidos e acumulados por agentes pessoais ou institucionais vinculados direta ou indiretamente ao setor, se constituem como marcos do processo evolutivo deste ramo da produção e da infra-es-

trutura nacional, sendo, pois, os elos e a base de sua memória. Cabe ressaltar que, para se alcançar este recorte proposto, faz-se necessário a realização de um trabalho prévio junto aos conjuntos documentais de uso corrente e intermediário, na medida em que, apesar de ser fundamental o estabelecimento de critérios e parâmetros, não se pode jamais definir o universo documental permanente à priori. Não preservar a parcela do universo documental, que possua valor ou uso temporário, tanto do ponto de vista informativo como comprobatório. A ação de eliminação, no entanto, deve ser extremamente bem embasada, dado o seu caráter definitivo. A documentação sem interesse para a instituição deve preferencialmente ser repassada a outros agentes."

"Do ponto de vista de nossa instituição, é importante preservar primeiro a própria produção, entendendo-se ai livros, artigos, normas técnicas. São normas que historiam toda uma evolução e uma reflexão de trabalho ao longo do tempo. Através do registro se vê os passos da reflexão e o próprio caminhar da experiência que vai ensinando uma maneira melhor ou pior de se trabalhar. É importante ainda guardar as referências de nosso corpo de pesquisadores, seus currículos, seus passos nessa instituição. Convênios firmados com outras instituições, projetos desenvolvidos, consultorias a outras instituições. Deve preservar ainda um conjunto de materiais referentes ao seu perfil, enquanto uma instituição que serve ao público, quem consulta, que tipos de materiais, perfil de usuários, quantidade de usuários. É importante principalmente porque nossa instituição produz condições para que outras pessoas ou instituições também produzam."

"A guarda de todos os documentos indispensáveis ao conhecimento das instituições, desde a sua criação, atos normativos, atos legislativos, os documentos técnicos que a meu ver, são objeto de guarda permanente e deverão ser guardados para sempre. Os outros documentos são objeto de uma avaliação, de uma seleção, poderão ser guardados por 20, 15, 5 anos, dependendo dos estudos que sejam feitos a partir da própria legislação, no sentido de se ver o valor legal desses documentos. Para nós, devem ser preservados os documentos de caráter permanente. Em termos de eliminação, a situação é a seguinte: estão sendo feitos estudos da legislação existente sobre o assunto, no sentido de serem eliminados imediatamente porque têm caráter eventual. Ex.: convite que a sua instituição recebe para uma exposição. Acabada a exposição deve eliminá-lo. Pode-se eliminar a grande quantidade de cópias que existem em todos os órgãos, guardando-se a primeira via. Há documentos cujos prazos de retenção devem ser estudados. Ex.: compra de material de consumo, que se guarda por algum tempo. Estamos

*fazendo estudos desses prazos, principalmente no que se refere às atividades meios dos órgãos da administração federal como um todo para então elaborar tabelas de temporalidade dos documentos, já que os documentos das atividades fim devem ser preservados. Vamos incentivar os órgãos a estabelecer códigos de classificação por assunto para as suas atividades fim. Os que fizerem poderão contar com a nossa assistência técnica para discutir os códigos e estabelecer critérios de avaliação.*"

#### 5.2.5 O que não deve ser preservado

Esta questão sobre o que não preservar, bem como a que a antecede – o que deve ser preservado – foram incluídas na pesquisa, como mencionado na p.160, para conduzir os respondentes aos caminhos da seleção. Como pode ser observado, muitos informantes encontraram aqui o espaço para suas críticas. Considerou-se oportuno incluí-las nos resultados da pesquisa, apesar de estarem longe de atingir os objetivos que levaram à sua formulação, ou seja, às bases para a formação de parâmetros de seleção. Esta oportunidade está, no entender desta pesquisadora, na necessidade de o IBGE, instituição que se insere na vida nacional, ouvir o clamor de seu corpo funcional, sem o qual não sobreviverá aos embates políticos estruturais.

"Não se deve preservar a improvisação, essa falta de respeito pelas instituições, porque construir é difícil e para demolir basta uma penada. O correto é preservar o que deu certo e construir sobre os alicerces e não demolir e construir sobre as cinzas."

"Não deve preservar os feudos, as castas e os segredos. É importante que as pessoas passem adiante o seu conhecimento, mostrando os porquês, para que as pessoas tenham aces-

so a tudo e possam crescer institucionalmente. Não é o que se vê hoje."

"Não preservaria as constantes mudanças que acarretam cortes na memória institucional, deixando os membros dessa instituição perdidos em termos de sua identidade. Há uma constante readaptação a novas realidades sem um tempo mínimo de amadurecimento, prejudicando a missão institucional do IBGE. As mudanças são necessárias, mas refiro-me às constantes mudanças, até mesmo por falta de memória, de documentos, de informações que esclareçam o passado institucional. Não se pode construir o novo sem resgatar os antecedentes institucionais."

"Não preservaria os embates políticos porque trazem mágoas, rancores que são a parte triste do nosso trabalho."

"Não devem ser preservados os falsos mitos, os tabus que não podem ser tocados. Há situações que não se justificam hoje, mas que tiveram razão de ser em outras épocas, decisões plenamente justificadas à época para se evitar a desagregação da instituição. Hoje se tornam falsos mitos intocáveis."

"Não preservar a parcela do universo documental, que possua valor ou uso temporário, tanto do ponto de vista informativo como comprobatório. A ação de eliminação, no entanto, deve ser extremamente bem embasada, dado o seu caráter definitivo. A documentação sem interesse para a instituição deve preferencialmente ser repassada a outros agentes."

"Não deve ser preservada a distância entre a direção do IBGE e os recursos humanos da Instituição."

"Não se deve preservar a duplicidade que dificulta as tarefas da documentação."

"É difícil dizer o que não deve ser preservado, pois algum dia nos deparamos com a necessidade de documentos que um dia foram liberados, fato que já aconteceu inúmeras vezes."

"Não se deve preservar fatos rotineiros sem importância histórica, como nomeações e dispensas."

"Não devem ser preservados feitos que evocuem destruição, desumanidades e atrocidades porque representam péssimo paradigma para a humanidade."

"Não deve preservar a influência político-partidária na administração ibgeana; o IBGE não deve conviver atrelado aos interesses que não vislumbrem sua total e irrestrita autonomia tecno-política, para que volte a merecer da sociedade brasileira o respeito de que era credor."

"Não deve ser preservado aquilo que está ultrapassado, as idéias retrógradas, etc. Porque idéias novas e instrumental adequado só facilitam o trabalho."

"Necessário se faz a mudança de certas mentalidades, do individualismo, de interesses que não sejam o da coletividade, de conceitos e práticas arcaicas que não desenvolvem ou modernizam a instituição, sombreando o desempenho do órgão e sua imagem nas esferas interna e externa, com consequências gravíssimas e quase sempre de difícil recuperação para a instituição. Enquanto mentalidades obstrusivas permanecerem nas áreas de decisão, qualquer instituição terá em sua história fatos não engrandecedores que, apesar de tudo, devem ser registrados para a formação da história institucional. Do ponto de vista da produção ibgeana, o ideal seria que não tivesse de ser registrada a existência, a história de pesquisas cujo objetivo é duvidoso e comprovadamente sem usuário. Seria necessário reavaliar o produto."

"Não se deveria preservar o esquema atual da instituição no que se refere à rede de coleta, alterada a cada nova direção do órgão central ao ponto de, atualmente, a maioria das Delegacias passarem ou descerem à categoria de simples escritórios. A continuar assim, não seria de duvidar a extinção das mesmas, em prejuízo da rede. Note-se que no início cada município brasileiro possuía uma Agência Municipal de Estatística, mantida pela municipalidade através de convênio firmado com o IBGE que mantinha a responsabilidade técnica da Agência."

"Não deve ser preservada a documentação referente ao período Folli Coelho porque foi um período crítico pelo qual passou o IBGE."

"Não deve ser preservada a hipocrisia funcional, porque se torna nociva para a própria instituição."

### 5.2.6 Critérios de seleção de acervos

As razões da inclusão desta pergunta já foram explicitadas anteriormente. Vale lembrar que as questões anteriores deveriam desaguar aqui. Serão tratadas em separado as respostas da comunidade ibegeana e as das instituições, por razões metodológicas, ou seja, espera-se das instituições que desenvolvem projetos de resgate de memória que tenham parâmetros estabelecidos. Senão vejamos:

#### a) O ponto de vista de funcionários e ex-funcionários:

"Há dois tipos de elementos e de materiais que são importantes para a fixação da memória da instituição que são os atos administrativos (resoluções, portarias) e tudo aquilo que sucede em todos os escalões, em continuidade aos atos da administração central, que vai para o arquivo e é de certa forma preservado numa primeira instância para ser trabalhado posteriormente no sentido de formar uma série contínua. Um critério seria trabalhar nesse arquivo retirando o que é repetitivo e deixando a documentação referente ao dia a dia do IBGE. A outra parte diz respeito aos projetos efetivos realizados pela instituição nas suas diversas áreas de ação, suas investigações. Muitas são publicadas e outras ficam pelo caminho. Estas últimas muitas vezes guardam elementos de extrema importância para a reconstituição de uma época. Há que se ter critérios de avaliação e para estabelecer os é necessário ouvir os técnicos, o que por si só traz a necessidade de permanente articulação da memória institucional com as diversas áreas do IBGE. Esse é um elemento definidor da prática cotidiana do Setor de Memória para que recolha todo esse material para a organização efetiva da memória."

"Há dois tipos de memória para se cuidar: a memória oficial que tem registro nos jornais, nos livros da casa, a estrutura, e a oralidade das pessoas que difere dos registros. Ambas precisam de critérios de tratamento."

"Tais critérios dependem de uma técnica. A partir da definição teórica que ficar definida em seu estudo será possí-

vel definir critérios de seleção. Os critérios que sugeriria seriam subjetivos: o que é importante para mim poderá não ser para outros. Depende muito do momento, da sensibilidade de cada um. A relevância é muito subjetiva também. É preciso deixar sedimentar para se extrair o que é e o que não é para constituir a memória. A partir da experiência vai-se intuindo aos poucos."

"É preciso marcar os pontos importantes da trajetória institucional e associado a esses pontos organizar a seleção. Os técnicos das áreas devem ser envolvidos para estabelecer o consenso. Sem isso você terá a sua memória e não a memória do IBGE. Deve haver realmente uma comissão de seleção com a responsabilidade profissional pelo descarte, de forma a que possa ser responsabilizada pelos seus atos a partir de uma cobrança."

"O IBGE tem o seu estatuto onde estão traçadas as linhas de trabalho. Não deve se desviar disso dando preferência aos índices disso e daquilo. Deve retomar a investigação dos fenômenos do clima, a questão das florestas, os estudos de vegetação, o mapeamento do território em escalas média e pequena. Como conhecer o território sem mapeá-lo? É preciso selecionar para a memória do IBGE aquilo para que foi criado. O IBGE se esqueceu de suas funções fundamentais: Geodésia, Cartografia, Estatística, Geografia, Meio Ambiente, Recursos Naturais. Deve retomá-las, registrar na memória e preservar os registros. Há poucas pessoas trabalhando no campo enquanto os gabinetes voltados para as questões econômicas estão cheios. É preciso selecionar esses aspectos de trabalho do IBGE que estão muito aquém das necessidades do país."

"Em primeiro lugar deve ser feita a localização da documentação sem centralizá-la para não se ficar afogado em papéis. Localizada a documentação escrita deve-se identificar as pessoas mais velhas e colher seus depoimentos. Num segundo momento estudar as formas de guarda e preservação dessa documentação mediante reuniões com os responsáveis das áreas."

"Estabelecer critérios é muito subjetivo. Concordo com a criação de Comissão de Seleção com representantes das áreas."

"Selecionar documentos é tarefa difícil. Descarta-se documentos e posteriormente se verifica que eram necessários.

"Não me sinto seguro para indicar critérios."

"Seria necessário normatizar a noção - a idéia de modo a contar com pesquisadores em todas as áreas com tal preocupação. No CDDI deveria estar o registrado - a referência do todo e a guarda de apenas uma parte. Seria importante oferecer consultoria às áreas, levando-se um saber técnico específico."

"É difícil estabelecer critérios de seleção. Todos os setores do IBGE são importantes. Seria necessário fazer a seleção em relação ao que se estabelecer como prioritário. É a Geografia? Então se vai levantar a Geografia toda. A Estatística, embora seja importante também, ainda vai se processar. A Geografia é concreta: é o mapa, a fotografia, o morro, etc. A Geografia se visualiza e a Estatística se figura. A Geografia é básica por isso."

"No que se refere à gráfica, os equipamentos na sua evolução, de forma a contar-se a história da gráfica que se confunde com a história do IBGE, levando-se em conta o espaço existente."

"É preciso haver divulgação mais ampla do Setor de Memória, o que faz, qual a importância da memória, quais as suas atribuições para conscientizar melhor os funcionários da instituição no sentido de preservá-la. Esse trabalho antecede o estabelecimento de critérios de seleção. Em função da dificuldade de se ver claramente o que cada um faz, ainda está muito vago na cabeça das pessoas."

"Ainda é cedo para se definir critérios de seleção, uma vez que ainda não se tem apoio nem os meios para preservação da memória já conhecida. A disseminação do passado do IBGE é uma questão delicada porque o IBGE sempre esteve politicamente ligado ao governo. Prefiro não definir critérios técnicos e sim colocar pré-condições para o trabalho da memória: que se tenha autonomia para o grupo de trabalho, certo apoio material para se elaborar longo estudo de identificação de todo o material de relevância histórica dentro do IBGE."

"O IBGE não tem pré-definido o que deve ser preservado para a memória. Quando se procura o registro magnético já está destruído porque se precisa dos arquivos e não se tem definido no planejamento do trabalho. Em outros países isto faz parte da rotina. A IBM usa com freqüência microfilmes que registram qualquer alteração dos programas que fi-

cam registrados e preservados. Aqui as pessoas se preocupam mais com a produção do que com a documentação visando a memória."

"Seleção implica em fechar, em padrões e valores. Este trabalho deve ser aberto porque não se sabe no futuro o que será relevante. A própria vida já seleciona pois há as coisas perecíveis que vão sumir por mais que se tente preservar. Deve-se preservar tudo."

"Devem ser selecionados funcionários aposentados e funcionários atuais, porque todos têm contribuição a dar."

"O material bibliográfico é fundamental. Este trabalho de resgate da memória ouvindo os técnicos dos diferentes períodos, é importante porque são depoimentos pessoais, testemunhos vivos do passado da instituição que deveriam ser impressos em publicações para diversos fins."

"O arquivo histórico (anteriormente denominado 'arquivo morto'), localizado na Reserva do Roncador contém documentação que não sofreu qualquer tipo de identificação e lá está a coleção de ofícios das Secretarias Gerais do CNG e do CNE, além de muitos outros documentos que podem dar forma à memória institucional. O caminho pode ser a exploração daquele arquivo que certamente apontará um conjunto de situações desconhecidas para nós."

"É difícil porque quase toda essa geração de pioneiros já morreu. Seria ler as obras desses homens e tentar reconstituir um pouco do pensamento da época. Além disso entrevistar pessoas que viveram esta experiência e podem estudar esta documentação antiga."

"Em termos amplos, a documentação oficial que permita resgatar mudanças, quebras e rupturas em determinadas posturas institucionais para que se possa comparar dados. A história oficial do IBGE contida nessa documentação relaciona as diferentes áreas do IBGE entre si e externamente com órgãos governamentais e outros órgãos da sociedade civil. A memória oral complementará essas informações e dará a dinâmica da história viva."

"Um dos caminhos é a entrevista de história oral, onde se pode direcionar para a escolha de critérios. Há trabalhos que iniciam linhas de pesquisa e que são memória, são mar-

cos que precisam ser identificados. As mudanças de estrutura do IBGE, as pesquisas, o trabalho de campo em todas as áreas. Para que se tenha um retrato fiel é preciso ouvir diferentes técnicos pois cada qual vai mostrar a sua visão de memória."

"Devem ter como base fundamental uma análise da documentação básica do processo estatístico do Brasil, que antecede o IBGE e tem suas raízes no Império."

"Critérios só podem ser estabelecidos após levantamento de todo o material possível, pois pode-se ter muitas idéias e não conseguir material. Teria que haver um histórico da instituição, desde a criação. Um fio do tempo e em cada uma das etapas definir o que foi marcante, procurando pessoas que viveram nessas épocas e verificar as transformações que aconteceram."

"Primeiros passos técnicos:

- a. montagem de uma comissão multidisciplinar (1 administrador e organizador de arquivos, 1 historiador, 1 advogado, 1 geógrafo) e um membro do setor, quando se trata da documentação administrativa. A documentação técnica ficará a critério dos 4 primeiros membros;
- b. montagem da tabela de temporalidade e tabela prescricional documental, obedecendo as três idades - arquivo corrente, intermediário e permanente;
- c. levantamento e análise da legislação institucional.

Segundo passo: operacionalização

- d. divisão documental em grupo de amostragem para análise e seleção;
- e. confecção de formulários para avaliação;
- f. reuniões semanais para checagem da avaliação;
- g. levantamento de todos os organogramas do IBGE;
- h. formulação do projeto arquivístico com base na utilização dos critérios de fundo.

Isto porque existem os critérios nacionais e internacionais arquivísticos, que não podem ser deixados de lado, para orientar os profissionais que se propõem a desenvolver um projeto dessa natureza tomando consciência que se pretende utilizar no Brasil uma linguagem única de preservação com os mesmos padrões técnicos, como exigem outras ciências. E que a arquivística não é só uma técnica, mas também uma ciência."

"Documentos e depoimentos pessoais para que possam realmente gravar os momentos importantes que mais marcaram a instituição em razão do espaço versus tempo. Só assim será possível fazer uma triagem sem repetição."

"Levantar junto às unidades regionais todas as informações que possam ser úteis ao conhecimento da instituição."

"Segundo temas:

- a) personalidades que se destacaram;
- b) objetos que se tornaram símbolos da instituição;
- c) recuperação de todo acervo produzido."

"Histórico da criação da instituição;  
Histórico/Levantamento das pesquisas realizadas;  
Histórico sobre os censos;  
Arquivo sobre os recursos humanos (passado e presente)".

"As diversas etapas poderiam começar com a comunicação escrita, primeiramente aos mais idosos, funcionários e ex-funcionários que ali relatariam primeiramente o que eles quereriam dizer e depois a entrevista escrita com questões formuladas pelo Setor de Memória Institucional. Na segunda etapa já através de seus Escritórios Estaduais, revendo toda a gama de funcionários e ex-funcionários, a fim do enriquecimento de entrevistas gravadas e filmadas, bem como verificar a possibilidade de resgatar também parte do acervo para a instituição, como fotos, etc., visando o congraçamento do prosseguimento deste trabalho."

"Seguir uma cronologia histórica. Entrevistar funcionários que tenham façanhas e fatos pitorescos a contar, como também pessoas que já trabalharam na coleta de dados, principalmente recenseadores. Contar a maneira como se processava os trabalhos no setor administrativo."

"Considerando serem vários os critérios utilizáveis, preferiria destacar um. Que fossem colhidos depoimentos de

antigos chefes da sede e regionais (ibegeanos e ex-ibegeanos) e/ou outros funcionários detentores de lembranças importantes, convededores ou autores de publicações a respeito do nosso instituto e que possuam documentos de valor histórico para o IBGE. Os chefes foram citados em virtude da visão genérica que eles podem ter, propiciada pela função. Os depoimentos dessas pessoas seriam gravados e enviados para o Setor de Memória Institucional. Preferimos gravação por economia de tempo e esforço para o entrevistado, para o entrevistador e em relação à execução do projeto. O roteiro das entrevistas, sendo único, deveria, porém, permitir alguma explanação. Do que fosse dito, proceder-se-ia a uma triagem, aprofundando-se a pesquisa em torno das informações selecionadas. Percebemos claramente em antigos ibegeanos e ex-ibegeanos o desejo de registrarem suas valiosas experiências, seus conhecimentos e de marcarem sua passagem, sua contribuição. Seria uma forma de atender à dupla expectativa: uma justa aspiração em troca de uma história viva porque estaria sendo contada por figurantes dela, ajudados pela memória afetiva que não permite omissão de fatos. Além disso, acreditando que, de alguma forma, os fatos se repetem, as experiências vividas por uns poder-se-ão constituir importantes referências para outros e incentivo a muitos para que registrem fatos memoráveis."

"Que se proceda uma ampla investigação junto ao acervo da Biblioteca do IBGE no Rio de Janeiro onde estão as publicações editadas pelos antigos CNE e CNG. Lá consta a vida da instituição desde seu início, bastando selecionar."

"Sugiro a criação de comissão técnica à altura do projeto para definir critérios."

"Os requisitos serão determinados por equipe técnica composta de historiadores, geógrafos, cientistas sociais, etc."

"Depoimentos de pessoas altamente identificadas ao longo dos anos com a instituição, com seus arquivos e trabalhos já publicados."

"Não há muito a resgatar, pois já existe nas suas publicações e com seus funcionários. Na prática, há a necessidade de divulgação, como por exemplo, com a realização de seminários nacionais com ex-funcionários e atuais servidores."

As respostas a seguir relacionadas refletem alguma confusão por parte dos respondentes que se desviaram da pergunta feita - critérios de seleção de acervos. As referidas respostas foram dadas ao questionário/roteiro, por escrito, o que impossibilitou a necessária correção de rumo. Os informantes que foram entrevistados tiveram oportunidade de esclarecer aquilo que porventura não entendessem. É bom lembrar que o questionário utilizado não foi elaborado de acordo com as prescrições mais comuns encontradas na literatura, por não se aplicarem à realidade da pesquisa. É, na verdade, o roteiro de entrevistas. Algumas dessas respostas parecem estar ligadas à questão o que deve ser preservado.

"Quem realmente queira, tenha condições de participar com qualidade e, acima de tudo, goste. Pois, em assim não sendo, será ambíguo o projeto de memória."

"Ato de Fundação, participação na campanha de material da II Guerra, primeiro censo geral, etc."

"A restauração das Delegacias Regionais, independentes, aliadas às antigas Agências de Estatística, em cada município brasileiro, pois estas sempre mantiveram estreitos laços com as comunidades locais, retratando diuturnamente todos os fenômenos ocorridos em seus limites territoriais, transcritos em publicações próprias e divulgadas nacionalmente. Sem recompor, ao nível anterior à década de 70, mas alcançando possibilidade de resgate da memória do IBGE. Não se trata de saudosismo, mas de conhecimento das suas realidades antes e depois dos economistas."

"Sugeriria um aperfeiçoamento das pessoas responsáveis por esse Setor de extrema importância que é a biblioteca, pois assim teriam a conscientização do resgate e preservação da memória de sua instituição."

"Bibliografias de personalidades ibgeanas, principalmente os Presidentes. A Evolução da estrutura organizacional da instituição cronologicamente, citando componentes de cada Diretoria, incluindo biografias dos Diretores. Em relação às unidades regionais selecionaria os titulares. Fotos de todos os Presidentes do órgão, os titulares das unidades regionais, bem como fotos de prédios que fizeram a história do IBGE, quer no Rio de Janeiro, quer nos estados e municípios."

"Pela publicação dos anais do IBGE, porque serão registradas as diversas fases da vida do IBGE."

"Divulgar os feitos através de suas publicações e seus serviços."

"Recrutamento de pessoal com habilitação, a fim de que o IBGE alcance o objetivo para o qual foi criado."

"As publicações de suas atividades estatísticas, mesmo buscando elementos em outras repartições estaduais ou municipais, até os dias atuais, porque leva ao povo brasileiro todo um esforço desenvolvido no acompanhamento do progresso, ou mesmo, decadência de um determinado período."

"Critério de relação."

"Para que no futuro haja possibilidade do levantamento da memória do IBGE, é necessário o restabelecimento dos antigos inquéritos, a fim de que não se perca a identidade do presente."

b) O ponto de vista das outras instituições:

"Por se tratar de instituição - memória de âmbito nacional, não seleciona o acervo geral que recebe e sim estabelece critérios de classificação para obras raras, preciosas, etc."

"Embora a instituição não tenha uma política de seleção explícita, utiliza alguns critérios:

- I O que é um documento histórico;*  
*E A documentação que se refere à história da ciência biomédica e da Saúde Pública no Brasil."*

"Em geral, no caso do setor de energia elétrica, são priorizados os documentos relativos à constituição e aos grandes traços de desenvolvimento das principais empresas do setor, aos seus complexos de empreendimentos e ao histórico de seus principais núcleos decisórios. No entanto, por uma questão de rigor técnico, cabe registrar que os critérios serão sempre estabelecidos caso a caso, a partir da adequada implantação de sistemas de arquivos, que garanta a gestão e o processamento da documentação antes desta atingir a sua idade permanente."

A instituição não estabelece critérios de seleção, pois pertence a uma instituição maior que detém a guarda e conservação dos acervos gerados recolhidos. Esta última, embora não tenha sido entrevistada diretamente, já estabeleceu uma política de seleção, tendo inclusive definida uma tabela de temporalidade. Vejamos:

"Temos uma metodologia própria à identificação e mensuração de acervos para que se possa fazer um diagnóstico. Trabalhamos ligados ao pessoal de O & M para a determinação de fluxos e tramitação dos documentos, na tentativa de controlar também o que está sendo feito hoje e não apenas o que já foi feito no passado, para que nos encontremos no meio do caminho. Estamos aplicando questionários específicos e dando treinamento técnico às instituições que nos solicitem."

#### 5.2.6.1 Critérios de seleção dos atores para a história oral.

Este item foi incluído na pesquisa, tendo em vista a necessidade de se captar tais subsídios para o projeto de história oral desenvolvido no IBGE, uma instituição de âmbito nacional, com um universo de potenciais informantes constituído de cerca de 10.000 funcionários.

Esta questão sobre critérios de seleção para a história oral, embora não conste do roteiro 1, foi colocada para um especialista da comunidade ibegeana, razão pela qual passamos a transcrevê-la:

- "1. O primeiro critério seria o de antigüidade. Os mais antigos, com três ou quatro décadas de trabalho ativo na instituição ou que estejam aposentados mas disponíveis para a entrevista.
2. O segundo seria a relação que os personagens tiveram com a história da instituição de forma efetiva e não circunstancial. Isso tem a ver com o conhecimento da casa efetivamente.

Em princípio tudo deve ser preservado. O critério da totalidade, de exaurir, de esgotar o universo de possibilidades é o impossível que a gente busca."

*"O programa de história oral desta instituição iniciou-se enfocando os antecedentes da criação da empresa, selecionando-se os depoentes a partir da sua participação no referido processo. São agentes com trajetórias, perfis e pontos de vista diversos. A seleção dos depoentes depende do tema a ser abordado e das questões consideradas relevantes pelos pesquisadores quanto à temática, algumas de difícil esclarecimento somente a partir de fontes não orais. Procura-se, também, registrar a diversidade de enfoque."*

*"Esta instituição não tem projeto de memória propriamente institucional. Trabalha com memória histórica do Brasil contemporâneo. História oral é a sua maior experiência acumulada. Utilizou no início dos trabalhos institucionais o critério cronológico priorizando os mais velhos. Ao mesmo tempo deu-se importância às pessoas que tivessem ocupado cargos políticos em todos os níveis e também assessores destas pessoas. Além disso alguns estados e/ou regiões foram muitas vezes priorizados em função das questões políticas que estavam sendo abordadas. Procurava-se com isso reunir um acervo de entrevistas cujo núcleo fosse a experiência desse tempo. Desde a criação da instituição foi-se avançando em décadas. Atualmente chega-se à década de 60, tendo os trabalhos abordado questões com informantes que vivenciaram momentos políticos desde 1910. Políticos, militares, burocratas e recentemente intelectuais. O*

*interesse é sempre a história política do país."*

O informante desta instituição que não desenvolve projeto de história oral indicou critérios de seleção de acordo com a sua experiência passada, numa outra instituição, onde trabalhou anteriormente, razão pela qual procurou-se ouvi-lo sobre o assunto:

*"Em primeiro lugar é necessário verificar-se as lacunas existentes na documentação e a partir daí selecionar pessoas que possam de alguma forma supri-las independente do cargo que ocupem ou tenham ocupado na instituição. O critério de idade é bastante indicado embora imponderável. Outro critério de seleção é o de posições antagônicas em relação ao mesmo fato, até por questões de sigilo, de segurança."*

#### 5.2.7 Dificuldades metodológicas apontadas

Esta questão foi introduzida no âmbito da pesquisa apenas para instituições (segmento 2), conforme mencionado anteriormente (p.46), com o objetivo de se verificar como as instituições que vêm desenvolvendo atividades ligadas ao resgate de memória estariam lidando com todo tipo de dificuldades metodológicas. Os resultados indicam, como pode ser observado, que os problemas apontados são prioritariamente estruturais, ligados à escassez de recursos de toda sorte. O número reduzido de resposta se explica porque apenas cinco instituições responderam esta questão. A sexta instituição, que aparece refletida no quadro 2 (p.39) recebeu de um informante do IBGE em Santa Catarina o roteiro 1, onde esta questão não se encontra. Vejamos:

"A nossa maior dificuldade está ligada aos profissionais que trabalham na instituição que não têm clara qual a sua função na equipe que é multidisciplinar. São bibliotecários que se recusam a fazer determinados trabalhos que são da sua área porque estão mal enquadrados na empresa. Os projetos muitas vezes morrem na qualificação das pessoas que gerenciam determinados projetos, deixando de fora os que poderiam contribuir com a sua experiência em outras áreas do conhecimento e que tenham voz dentro do processo. Muitos são considerados intrusos em determinadas áreas. Pessoas que exercem cargos políticos e que não estão comprometidas com os trabalhos da casa, fazendo avaliações equivocadas. Depois de certo tempo vão embora e deixam um verdadeiro estrago na casa. É muito comum por aqui, nas áreas de planejamento, consideradas a élite da instituição, decidirem sobre projetos, formando equipes sem conhecer o pessoal da casa, o que traz inúmeros problemas na operacionalização dos projetos."

"Temos inúmeras dificuldades nesse sentido. Em primeiro lugar a falta de literatura consolidada na área. Trabalha-se com o que existe, cria-se o que é possível com muito estudo. Em relação à equipe de trabalho temos inúmeros problemas ligados à interdisciplinaridade. A maioria das pessoas é de historiadores com experiência nos assuntos ligados à instituição, mas falta a eles noções de indexação, classificação, vocabulário controlado, e isso causa sérios problemas. Falta metodologia desenvolvida no Brasil porque estamos ainda engatinhando."

"Principalmente a falta de compreensão em torno de que é indispensável realizar-se um trabalho mais abrangente e sistemático com relação à documentação em idades corrente e intermediária do setor, tendo em vista garantir-se a definição e consequente preservação de arquivos permanentes, repositórios da memória da eletricidade no Brasil."

"Embora não seja dificuldade metodológica, temos sérios problemas de espaço que acabam afetando os outros. Precisaríamos de prédio adequado em condições de temperatura, segurança e etc. Isto faz com que tenhamos limitações objetivas, e tenhamos que tomar decisões em função disso, o que se recebe e o que se descarta. As questões metodológicas acabam se ligando e somos obrigados a estabelecer política de seleção com base também no espaço. Outro problema é a falta de recursos que não nos permite tratar o acervo de forma adequada, com papel indicado, etc. Outra questão se refere à história oral que é muito cara. Não se pode planejar entrevistas longas porque os recursos finan-

ceiros são escassos, o que nos abriga a objetivar ao máximo o direcionamento da entrevista. Além disso são as dúvidas os mais sérios problemas metodológicos. No entanto, não se pode ficar esperando respostas completas para agir e assim procuramos acertar ao máximo e corrigir os erros. É muito angustiante."

Há uma instituição cujas dificuldades metodológicas estão ligadas à organização dos arquivos da administração pública federal (direta e indireta), já que é uma instituição de âmbito nacional, que não trata de Memória Institucional e sim da gestão de documentos das instituições acima referidas (administração federal, direta e indireta).

#### 5.2.8 Impasses técnicos e metodológicos superados

A questão dos impasses técnicos e metodológicos superados, bem como a anterior sobre dificuldades metodológicas, tiveram o mesmo objetivo de encurtar os caminhos desta pesquisa no IBGE. Os resultados obtidos (apenas três responderam dos cinco que foram entrevistados) indicam que ainda existe longo caminho a percorrer, conforme pode ser observado a seguir:

"Não temos. Estamos trabalhando com o que é possível, estamos recuperando informação mas ainda não estamos avaliando esse trabalho."

"Já foi alcançada a compreensão de que a instituição se propõe a atuar de maneira a apoiar e fornecer know-how específico às áreas de documentação do setor, estando, pois, afastada de qualquer propósito de centralizar o acervo documental do mesmo ou de ditar normas e procedimentos gerais e autoritários, pouco adaptados às realidades regionais e locais. Acredita-se já estar razoavelmente claro que a intenção é fomentar a preservação desta documentação em seus próprios núcleos de produção e acumulação, fornecendo subsídios para tal e lutando em prol da disseminação

a nível nacional, das informações que constituem a memória do setor."

"Na documentação houve a superação de uma série de questões metodológicas, atendendo a contento os pesquisadores que consultam os arquivos. Hoje se abrem os arquivos mais rapidamente ao público. A decisão de abrir os arquivos de história oral pela escuta fará com que o pesquisador receba a informação com maior rapidez."

### 5.3 Para um modelo de Sistema de Recuperação da Memória Institucional

Neste capítulo serão reunidos alguns parâmetros, bem como algumas idéias indicadas pela literatura consultada, com vistas ao futuro estabelecimento de um Sistema de Recuperação da Memória Institucional, objetivo geral desta pesquisa.

Tal Sistema consistiria num conjunto de atividades e componentes voltados para o acesso ao conteúdo dos documentos. E o acesso a informação deve ser a regra de ouro a ser enfatizada, já que entende-se como pressuposto que informação relevante é aquela que está disponível, que está à mão. Os Sistemas de informação, inseridos no modelo mecanicista da ciência, têm sido pautados no controle da informação, o que contribui sobremaneira para afastar cada vez mais o usuário dos sistemas que, em última análise são criados para satisfazer a suas necessidades de informação.

Para tanto princípios básicos precisam ser estabelecidos no sentido de servirem de fios condutores dos processos de comunicação e seus sistemas de informação associados.

Segundo GOFFMAN (3, p.591), "um processo é, ao mesmo tempo um fenômeno dependente, i.e., uma seqüência de ações que levam a algum resultado. Um processo de comunicação é assim uma seqüência de eventos que resultam na transmissão de informação de um objeto para outro. O primeiro é chamado de fonte e o último de destinatário. Um sistema, por outro lado é o mecanismo por meio do qual um processo é realizado. Mais precisamente, um sistema é uma coleção de elementos interagindo para desempenhar uma função específica, para um propósito específico. Sistemas cujas funções são efetuar processos de comunicação são conhecidos como sistemas de informação. Tal sistema tomará a informação da fonte e a operará de alguma forma para transmissão em algum canal para um receptor na destinação."

O Sistema de Recuperação da Memória Institucional teria como objetivo recuperar as informações contidas em seus diversos acervos - bibliográfico, arquivístico e museológico - bem como conter mecanismos que garantam a curto e a médio prazo a preservação da Memória Institucional de ontem, de hoje e de amanhã. Parte da Memória Institucional talvez esteja irremediavelmente perdida. No entanto, se houver vontade política e investimento de recursos técnicos, humanos e financeiros, será possível administrar a Memória Institucional do IBGE para o amanhã, como parte integrante que é da Memória Nacional.

É importante salientar que tal Sistema precisa ser construído

a partir de uma política de seleção amplamente discutida em todas as Unidades do IBGE, inclusive as Regionais, para que seja implementado com chances de sucesso. Nesse sentido e tendo em vista o que se coletou como subsídios no decorrer desse estudo, importa deixar claro que aos Sistemas de Informação em geral cumpre dispôr da informação que lhe diz respeito, de acordo com os objetivos institucionais, e torná-la acessível a seus usuários. *Mutatis mutandis*, um Sistema de Recuperação da Memória Institucional, contendo informações de amplo espectro em termos de duração, deve ser uma base de dados o mais abrangente possível com informações que antecedem a criação do IBGE, acompanhando os seus 56 anos de vida ativa e procurando hoje garantir a Memória Institucional para os pesquisadores de todos os tempos que, tendo acesso as informações contidas no referido Sistema, tenham ferramentas apropriadas para escrever a História a qualquer tempo.

Para fins de constituição do acervo da Memória Institucional, considera-se Memória todo o tipo de registro do conhecimento, independentemente do seu suporte, produzido no IBGE em suas áreas de atuação a partir de 1936 e/ou que seja considerado representativo e relevante para construção de sua história, assim como todo conhecimento gerado sobre a Instituição fora dos seus limites físicos, por agentes externos a Instituição: a imprensa, a universidade, a sociedade, etc. Tal definição vem sendo utilizada desde 1986 e, como pode ser observado, precisa ser refinada a partir de discussões no âmbito de uma comissão de seleção multidisciplinar.

O acervo levantado por ocasião do Cinquentenário do IBGE (1986) vem sendo acrescido de ítems incorporados ao longo do tempo: foi constituído a partir de doações e requisições originárias das diversas áreas do IBGE, e dos funcionários e ex-funcionários da Instituição. Hoje o Setor de Memória Institucional já identificou acervos diferenciados (bibliográfico, arquivístico, museológico, ambiental e computacional), existentes nas diversas unidades do Instituto, nem sempre administrados diretamente pela equipe do Setor (Anexo I).

No entanto para que se possa identificar o patrimônio histórico institucional, em termos mais abrangentes e sistemáticos, cumpre sejam envolvidas todas as unidades do IBGE e seus respectivos funcionários - agentes construtores da Memória Institucional. Tal projeto seria concebido em termos conceituais de forma a mapear em todo o país os traços desta Memória que constituem os materiais indispensáveis à análise e interpretação da História do Instituto.

É necessário estabelecer-se uma política de seleção para assegurar a preservação da unidade histórica da Memória Institucional, definindo-se critérios de seleção do acervo a ser constituído, baseados em experiências acumuladas pelos técnicos que integrarão a Comissão de Seleção a ser constituída, com representantes de todas as áreas de atuação do IBGE. Formada por técnicos experientes de cada área de atuação do IBGE, desde que tenham reconhe-

Segundo HAINES, apud LIMA & FIGUEIREDO (4), "Política de Seleção é um conjunto de diretrizes e normas que visa estabelecer ações, delinear estratégias gerais, determinar instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e no desenvolvimento de coleções em consonância com os objetivos da instituição e os usuários do sistema."

De acordo com esta definição e tendo em vista que o acervo da Memória Institucional está em fase de formação, cumpre estabelecer uma política de seleção com base nas peculiaridades desse tipo de coleção, cuja principal característica deve ser a representação da memória histórica do IBGE. A política a ser formulada pela Comissão de Seleção a ser criada servirá de subsídio para a formação do acervo histórico da Instituição.

#### Fontes de informação para a seleção:

- a) arquivo administrativo do IBGE;
- b) arquivos públicos e privados;
- c) depoimentos de personalidades integrantes da pesquisa de história oral;
- d) publicações internas de caráter histórico e de memória que façam alusão a pessoas, fatos, acontecimentos, legislação, etc.

A Comissão de Seleção será deverá formada por dois representantes de cada área de atuação do IBGE, desde que tenham reconhe-

cida experiência ao longo do tempo, para assegurar a representatividade de todas as áreas cuja memória deverá ser levantada. Além da referida composição sugere-se a inclusão de representante do Arquivo Nacional, Instituição que tem sob sua responsabilidade a gestão de documentos públicos e que poderia fornecer assistência técnica a essa Comissão.

Cada membro da Comissão deverá definir aquilo que considera relevante para a Memória Institucional (com base na definição de memória, que venha a ser previamente definida), fornecendo justificativas que serão apreciadas e aprovadas pelos demais membros da Comissão.

Final da sua 6ª reunião é permanência ou não das finalidades da Memória Institucional no seu desenvolvimento e Controle Interno.

Em princípio, as áreas a serem representadas são as que constam das finalidades básicas do IBGE descritas em seu Estatuto - Estatística, Demografia, Geografia, Geodésia, Cartografia, Recursos Naturais, Meio Ambiente e Economia, além de outras que possam surgir com o desenvolvimento dos trabalhos.

A Comissão de Seleção deverá ter atribuições específicas, entre as quais:

de identificar fontes de informação para o levantamento da

a) Estabelecer a política de seleção da Memória Institucional;

b) Dicas sobre a solicitação ou não de documentação que venham a ser feitas.

- b) Elaborar tabela de temporalidade referente aos itens que deverão ou não ser incorporados ao acervo da Memória Institucional;
- c) Definir a forma pela qual a seleção deverá ser feita, inclusive no que diz respeito à permanência ou não dos acervos nos seus locais de origem quando coletados nas dependências do IBGE. Sugere-se que as unidades sejam orientadas e treinadas para manterem organizados os acervos gerados em sua área ou legalmente sob sua guarda. O Setor de Memória Institucional seria, na verdade o Centro Referencial da Memória Institucional;
- d) Fazer contatos nas unidades do IBGE, incluindo as Regionais, ou em outros locais e instituições (arquivos públicos, privados, etc.) para identificar material relevante;
- e) Coletar sugestões junto à comunidade ibgeana no sentido de identificar fontes de informação para o levantamento da Memória Institucional;
- f) Opinar sobre a aceitação ou não de doações que venham a ser feitas;

- g) Determinar o descarte e/ou retirada de material indevidamente incorporado ao acervo ou em estado de conservação precário cuja restauração não seja viável ou aconselhável;
- h) Estabelecer condições de armazenamento e utilização do acervo, de acordo com normas de conservação consagradas pelos especialistas e/ou preconizadas na literatura, que se apliquem às características próprias de cada componente do acervo da Memória Institucional, e
- i) Proceder à avaliação da coleção periodicamente, no sentido de detectar possíveis incorreções decorrentes de falhas da seleção.

Os membros da Comissão de Seleção deverão ser indicados pelas áreas que representam, podendo ser substituídos em casos de impedimentos pessoais ou ao término de duração do mandato que, em princípio, deverá ser de 1 ano. A Comissão de Seleção deverá ser nomeada por ato administrativo adequado às funções que deverá desempenhar. Os membros da Comissão poderão ser reeleitos por mútuo entendimento.

Para que o acervo da Memória Institucional seja construído de forma efetiva e eficaz, atendendo aos objetivos a que se propõe e

às necessidades dos usuários, é preciso estabelecer também alguns critérios que, aliados à política de seleção, garantam o recebimento apenas de material relevante, evitando-se:

- a) O crescimento desordenado e inconsistente do acervo;
- b) A transformação do acervo em depósito de material inservível, e
- c) Aceitação de material inadequado ao escopo do acervo.

No que se refere à aquisição, a Comissão de Seleção poderá requisitar todo e qualquer material do IBGE, independentemente do seu suporte, para integrar o acervo da Memória Institucional, seja temporariamente para fins de exposição, seja definitivamente para fins de tombamento. Para tanto, serão estabelecidos os entendimentos entre as partes interessadas. O referido Setor receberá em doação apenas o material considerado relevante, de acordo com os critérios a serem estabelecidos pela Política de Seleção. O material inadequadamente incorporado ao acervo deverá ser descartado, segundo critérios permitidos pela Legislação em vigor, ou seja, transferência para reserva técnica em área a ser definida, ou devolução ao órgão de origem ou ao doador.

Tendo em vista que o acervo da Memória Institucional está em fase de formação e, portanto, não está totalmente aberto a consultas, não se tem perfeitamente delineado o perfil do usuário do sistema. O usuário potencial interno é o pesquisador das diversas

áreas de atuação do IBGE, os alunos da Escola Nacional de Ciências Estatísticas-ENCE (níveis de graduação e especialização) que é do IBGE. O usuário externo certamente é o pesquisador das áreas de atuação do IBGE, da história da administração pública, história política e do ensino público do país, além de alunos de graduação, especialização e pós-graduação em geral, entre outros.

Esses parâmetros funcionarão como ponto de apoio a política de seleção e permitirão o descarte de material indevidamente incorporado ao acervo. O estabelecimento de critérios para a formação do acervo da Memória Institucional é tarefa a ser desenvolvida pela Comissão de Seleção que terá a sua disposição os resultados desta pesquisa que ora se conclui.

É importante ressaltar que tais resultados têm caráter preliminar e estão abertos para futuras discussões. Entende-se que estudos exploratórios são, por definição, uma primeira abordagem do tema investigado. O capítulo seguinte trata das conclusões e sugestões desta pesquisa.

## Citações e Notas

- 1 *Indicadores Conjunturais*, também conhecidos como indicadores econômicos, constituem um conjunto de dados estatísticos, passíveis de mudança e oscilações, capazes de dar uma idéia do estado, de uma economia em determinado período ou data. Em 1979 o IBGE implantou o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), cujo objetivo é a produção contínua e sistemática dos índices de Preços ao Consumidor (IPCs) para determinadas Regiões Metropolitanas e Brasília, bem como o INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor), por agregação dos IPCs.
  - 2 Uma instituição total, segundo Erving Goffman\*, "pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada."
- \* GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo : Perspectiva, 1987. 312p. p.11.
- 3 GOFFMAN, W. Information science : discipline or disappearance. *Aslib. Proc.*, 22(12):589-96. Dec. 1970.
  - 4 LIMA, Regina Celia Montenegro de, FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e Aquisição; da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. *Ciência da Informação*, Brasília, v.13, n.2, p.137-50, jul./dez. 1984.

O que o menino fez no adulto?

Veio das sombras. Da memória de todos os tempos.  
 Do menino nascendo, veio. Veio das novenas,  
 das lajes, dos terços e de sinos tangendo em  
 monjolos e moinhos. Do menino crescendo, veio.  
 Veio do orvalho, das árvores, das raízes e de  
 relógios sem ponteiros e máquinas Singer.  
 Do menino caminhando, veio.  
 Veio de estrelas já extintas e tão distantes  
 e de chuvas tão inúteis e de terras sem sementes.  
 Do menino falando, veio.  
 Veio do suor nas enxadas e das lágrimas  
 nas peneiras e da injustiça feita Homem-Deus-Colono.  
 Do menino observando, veio.  
 Veio de perfumes, leques, retratos e de mulheres  
 com camafeu e de cortinas de filé.  
 Do menino sonhando, veio.  
 Veio de balaústres, demandas, heranças, lustres e  
 do sangue feito canga ou coroa de espinhos.  
 Do menino amando, veio.  
 Veio de rastelos cantando canções estrangeiras e  
 de todos os sangues que não correm em mim.  
 Do menino soffrendo, veio.  
 Veio de táboas largas, melindrosas, telha-vã e  
 do menino ouvindo os Vissi D'arte e os Visse  
 D'amore entre latidos de cães, pés na enxurrada  
 e mangas no chão. Do menino humilhado, veio.  
 Veio de livros roubados e de pedras procuradas.  
 Veio dos momentos vividos e sonhados.  
 Veio das sombras, da memória de todos os tempos.  
 Do menino libertado, veio.

Dende o inicio das civilizações as grandes civilizações subver-  
 sões, lutaram pelo domínio da madeira erguendo arcos de triun-  
 fos, palácios de granito, fábricas e vidrieras, estabelecendo os

## 6 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Memória Institucional é um conceito em construção e deve permanecer aberto para que seja capaz de crescer juntamente com a dinâmica do conhecimento.

Apesar de ser um conceito que se forma numa sociedade em constante mudança, Memória Institucional em geral e não apenas a do IBGE toca em outros conceitos que não devem ser esquecidos por aqueles que direta ou indiretamente lidam com o tema, expostos no decorrer desta pesquisa e resumidos nos capítulos 3 e 5. todavia, que podem colaborar inclusive para outras descobertas e contribuições futuras ao pesquisador.

Tendo em vista que a vida do cidadão se desenvolve em sociedade e que todo o grupo social tem suas normas, usos, costumes e tradições, onde o conflito, as visões e as opiniões sofram os embates de todo o tipo importa saber conviver com as diferenças, onde os sujeitos das ações sociais desempenham diferentes papéis. Atentos, portanto, para os riscos que se corre no cotidiano da memória que é seletiva e mítica, os profissionais de informação devem estar alertas para evitar os silêncios e as distorções que tendem a ocorrer nos trabalhos da Memória.

Desde o início das civilizações os grandes líderes soberanos lutam pelo domínio da memória erguendo arcos de triunfos, painéis de grandes feitos e vitórias, estabelecendo os

monumentos que os anônimos constroem. Conhecedores dos mitos dos grandes homens e das armadilhas que se interpõem entre os homens cumpre estar preparados para recuperar as outras versões escondidas nos escaninhos da memória. Os anônimos devem ter seus rostos contornados e suas vozes ouvidas pela História.

Para que isso seja possível é preciso salvaguardar os traços da memória. E todos são mais ou menos responsáveis por esta preservação que é bastante abrangente: dos acervos às idéias. Na luta pela perpetuação da Memória está implícito o compromisso de todos, que podem colaborar inclusive indicando os desacertos e corrigindo falhas de percurso.

Para se avançar nos trabalhos de resgate e preservação da Memória Institucional do IBGE é imprescindível e urgente a formação e nomeação de uma comissão de seleção, que inclua necessariamente um representante do Arquivo Nacional, conforme anteriormente explicado. A política de seleção – produto final dos trabalhos da referida comissão – deverá ter o caráter oficial e ser amplamente discutida nas unidades da instituição, sem o que de nada valerá.

O patrimônio histórico institucional deverá ser identificado e sistematizado de modo a garantir a sua preservação para o amanhã, contando-se com o compromisso das unidades gestoras.

O acervo da Memória Institucional deverá ser divulgado junto à sociedade a medida que esteja devidamente identificado e organizado, dispondo de mecanismos para o necessário atendimento a seus usuários.

É preciso empreender-se um estudo de usuários do acervo da Memória Institucional para que se possa conhecer melhor as suas necessidades de informação.

O CDDI (Centro de Documentação e Disseminação de Informações) precisa promover programa de treinamento para formar mão-de-obra especializada em gestão de documentos, incluindo neste programa as Unidades Regionais.

Uma cronologia do IBGE precisa ser estabelecida a partir da documentação existente. Tal cronologia deve ser exaustiva, sem o caráter comemorativo que a deformaria. A partir da elaboração deste documento, teremos o fio de vida da Instituição, ponto de apoio para a pesquisa em geral.

A experiência das Instituições que desenvolvem projetos de resgate de memória, ouvidas nesta pesquisa, mostra que os problemas com os quais se debatem coincidem entre si: carência de recursos humanos, técnicos e financeiros. A falta de espaço, aliada ao crescimento desorganizado da documentação administrativa e técnica é impecilho para a preservação da sua memória. Como selecionar documentos relevantes sem com-

promover a organicidade dos conjuntos documentais? Como estabelecer critérios de qualidade que preservem as fontes de informação para a História? Cada qual vem trabalhando com os recursos de que dispõe, procurando soluções possíveis para suas questões internas. A não existência de literatura consolidada na área de memória impede maior intercâmbio entre instituições.

Importa salientar que, antes de iniciar-se esta pesquisa, já se tinha alguns parâmetros delineados, relativos ao Sistema de Recuperação da Memória Institucional, baseados na literatura consultada ao longo de cinco anos de experiência no cotidiano da memória do IBGE. Tal processo iniciou-se em 1986, ocasião em que a autora foi alocada ao então Projeto Memória. No ano seguinte fez um Curso de Especialização em Documentação e Informação (CDC), onde desenhou o Projeto de História Oral, bem como uma Política de Seleção de Acervos para a Memória Institucional, ambos trabalhos finais de disciplinas do referido CDC. Sem falar em outros tantos exercícios e discussões sobre Recuperação da Informação, avaliação de sistema de informação e informação no contexto das modernas sociedades ocidentais, o que levou ao enriquecimento de idéias e conceitos, numa dinâmica teoria/prática.

O Curso de Mestrado em Ciência da Informação foi o forum de verticalização desses estudos, culminando agora com a presente dissertação. A vivência no decorrer desses cinco anos

indicou a necessidade de se ouvir a comunidade ibegeana, em todos os níveis de escolaridade, em depoimentos que trazem a subjetividade dos pontos de vista; assim como instituições com projetos semelhantes, até porque a reunião deste tipo de acervo - bibliográfico, arquivístico e museológico - dentro de um Sistema de Recuperação de Memória é, de certa forma *sui generis*, não havendo ainda conhecimento sedimentado na área.

A partir desta pesquisa exploratória, é possível vislumbrar-se/caracterizar-se pontos relevantes como os que foram apontados nos resultados da investigação, mesmo que em termos preliminares.

Esta foi uma experiência das mais gratificantes, apesar das vicissitudes que permeiam todo processo de pesquisa. O contato com a comunidade ibegeana acrescentou inúmeras reflexões e novos questionamentos ao conjunto de informações levantadas. Uma das mais contundentes observações é a de que, mais do que interessados na Memória Institucional, os personagens/depoentes estão preocupados com a sobrevivência da própria Instituição - o IBGE, sentimento exteriorizados em off inclusive por representantes de outras instituições ouvidas na pesquisa.

O contexto da pesquisa - o ambiente institucional e nacional - influiu, sem dúvida alguma, nas respostas, o que apenas vem confirmar a validade e a necessidade cada vez

maior de se envolver pessoas nos processos de pesquisa, em estudos rotulados de qualitativos.

ALBERTO Varela - *Memória, memória e memória da opção. Rio de Janeiro - FGV/CEDOC, 1979*

Importa frisar que memória - individual ou coletiva, familiar ou institucional - se constrói em determinados contextos: em família, em bairros, em comunidades, em instituições, por ser uma experiência desenvolvida coletivamente. Sem interação de objetivos e metas e a necessária aceitação/compreensão de certos pressupostos, alguns dos quais sugeridos nos capítulos 3 e 5, teríamos uma memória distorcida e, possivelmente apenas a *história oficial*.

Sistemas de Informação de qualquer natureza - e o de memória não é exceção - detêm parcela considerável de responsabilidade perante a sociedade com a qual convivem. E informação, já se sabe, é poder. Sair do pedestal é um desafio institucional que deverá prevalecer na medida em que o profissional de informação perceber e conscientizar-se do seu papel perante a sociedade. Deve então refletir sobre o <sup>que</sup> mais importante: abrir mão do poder e aproximar-se das comunidades usuárias, ou permanecer na solidão do poder até o final. Fica a questão.

BRASIL. LEI N.º. 810. de 23 de dezembro de 1990. Restabelece os princípios da Lei n.º. 7.705, de 02 de julho de 1989, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAF e dá outras providências. *Brasília Oficial - 01. República Federativa do Brasil*. Brasília, v. 189, n.º. 247, p. 3861, 24 dez. 1990, secção I.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. *História oral; a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro : FGV/CPDOC, 1989. 197p.
- ALVES, Rubem. *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo : Cortez, 1986. 87p.
- ANTEPROJETO do Estatuto do IBGE. Rio de Janeiro : IBGE, 1991.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 253p.
- BERGSON, Henri. *Materia e memória; ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo : Martins Fontes, 1990. 204p.
- BLALOCK, Hubert. *Social Statistics*. rev. 2nd: ed. New York : McGraw-Hill, 1979. 265p.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade; lembranças de velhos*. São Paulo : T.A. Queiroz, 1983. 402p.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Lisboa : Difel, 1989. 313p.
- BRASIL. Lei n.8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, v.129, n.6, p.455, 9 jan. 1991. secção I.
- BRASIL. Lei n.8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei n.7505, de 02 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, v.129, n.249, p.30261, 24 dez. 1991, secção I.
- COFFMAN, Crisling. *Memória, práticas e convívios*. São Paulo : Perspectiva, 1987. 316p.

BRASIL. Decreto n.º 97.434, de 5 janeiro de 1989. Altera o Estatuto da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, v.127, n.5, p.369, 6 jan. 1989, secção I.

BRECHT, Bertolt. *Brecht; poemas 1913-1956*. 4 ed. São Paulo : Brasiliense, 1990. 328p.

CORREA, Carlos Humberto P. *História oral; teoria e prática*. Florianópolis : UFSC, 1978. 91p.

COSTA, Icleia Thiesen Magalhães. *História oral do IBGE; uma proposta de pesquisa*. Rio de Janeiro, 1987. 8p. (Trabalho final apresentado à disciplina Metodologia da Pesquisa, para o Curso de Especialização em Documentação e Informação (CDC), à UFRJ/ECO, CNPq/IBICT).

\_\_\_\_\_. *Memória Institucional do IBGE; um estudo exploratório-metodológico*. Rio de Janeiro, 1990. 15p. (Proposta de dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação (CDC), CNPq/IBICT, UFRJ/ECO).

\_\_\_\_\_, NASCIMENTO, Maria das Graças Oliveira. Memória do IBGE; relato de uma experiência. In: SEMINÁRIO SOBRE DOCUMENTOS NÃO CONVENCIONAIS, 1, 1988, São José dos Campos (não publicado).

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como valor universal e outros ensaios*. 2. ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1984. 203p.

DELEUZE, Gilles. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro : Forense - Universitária, 1987. 183p.

FREITAG, Barbara. *A Teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo : Brasiliense, 1988. 184p.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo : Atlas, 1987. 206p.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo : Perspectivas, 1987. 312p.

GOFFMAN, W. Information science : discipline or disappearance. *Aslib. Proc.*, v.22, 589. 96 Dec. 1970.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. 189p.

JAPIASSU, Hilton. *Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro : Imago, 1981. 173p.

-----; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro : Zahar, 1990. 265p.

JEUDY, Henri-Pierre. *Memórias do social*. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1990. 146p.

LE GOFF, Jacques, (Coord.). *Memória e História*, Lisboa : Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984. 457p. (Enciclopédia Einaudi, 1).

LIMA, Regina Celia Montenegro de; FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e aquisição; da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. *Ciência da Informação*, Brasília, v.13, n.2., p.137-50, jul./dez. 1984.

LOVISOLI, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.16-28, 1989.

MACHADO, Renato. *Ciência e saber; a trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro : Graal, 1981. 218p.

MATTA, Roberto da. *O Que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro : Salamandra, 1984. 117p.

MIKHAILOV, A.I. La información en un mundo en desarrollo ; circunstancias del futuro usuario. *Documentación*, n.68, p.3-7, 1985.

PRADO, Antonio Carlos. Morreu o brasileiro cordial. Entrevista concedida por Carlos Guilherme Mota. *Isto é/Senhor*, São Paulo, n.1058, 27 dez. 1989.

NOTAS à memória institucional. Rio de Janeiro : IBGE, 1990.  
5p.

NOVAIS, Adauto (Org.). *O olhar*. São Paulo : Companhia das Letras, 1988. 459p.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo : Brasiliense, 1985. 148p.

----- A Consciência fragmentada; ensaios de cultura popular e religião. Rio de Janeiro : Paz e terra, 1979. 192p.

PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 3 (Brasil). Informação em ciência e tecnologia. Brasília. CNPq, 1980. 69p. (Ação programada em ciência e tecnologia, 29).

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977. 142p.

PROJETO Memória do IBGE, anteprojeto de pesquisa. Rio de Janeiro : IBGE, 1985.

SALCEDO, Luis Guillermo Lumbreras. [Museus Nacionais]. Rio de Janeiro, 1988. p.25-38 (Trabalho apresentado ao Seminário "Museus Nacionais : perfil e prespectivas", sob o patrocínio da Fundação Nacional Promemória, realizado no Palácio Gustavo Capanema) (não publicado).

VIANNA, Aurélio ; LISSOWSKY, Maurício ; SÁ, Paulo Sergio Moraes de. A vontade de guardar ; lógica da acumulação em arquivos privados. Arq. & Adm., Rio de Janeiro, n.10/14, v.2, p.62-76, jul./dez. 1986.

WEIL, Simone. *A Condicão operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro : Faz e Terra, 1969. 399p.

## IDENTIFICAÇÃO DOS COMPONENTES DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO IBGE

(continua)

ACERVO (Tipo e Conteúdo)	AQUISIÇÃO	DESCRIPÇÃO E REPRESENTA- ÇÃO	ARMAZENAMEN- TO/SEGURANÇA	DISSEMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
BIBLIOGRÁFICO					
Livros e Folhetos	Totalidade da Produção	BIBLIODATA/ CALCO	Estantes	Catálogo	Acervo Geral
Periódicos	Totalidade da Produção	KARDEX	Estantes	Catálogo	Acervo Geral
Relatórios Técnicos	Totalidade da Produção	BIBLIODATA/ CALCO/SABER	Arquivos	Acesso on-line	Acervo Geral
Documentação Cartográfica	Totalidade da Produção	SABER	Mapotecas	Catálogo/acesso on-line	Acervo Geral
Documentação Territorial	Totalidade da Documentação Reunida	Indexação	Arquivos/Estantes	Catálogo	Setor de Documentação Territorial
Obras Preciosas	Sujeita aos critérios de seleção em fase de redefinição	Referências Bibliográficas/Resumo	Armários Fechados	Catálogo já existente em fase de redefinição; exposições temporárias, reedições, etc.	Acervo de Obras Preciosas, no Setor de Referência e Circulação
ARQUIVÍSTICO					
Filmes	Sujeita à Seleção	Catalogação em andamento	Sob condições Climática e de Segurança	Telecinadas em Vídeo	Os filmes na Microfilmagem e as fitas na Memória Institucional
Diafilmes	Sujeita à Seleção	Catalogação em andamento	Suporte Próprio	Catálogo (a ser feito)	Memória Institucional
Discos	Sujeita à Seleção	Catalogação em andamento	Armário Fechado	Catálogo (a ser feito)	Memória Institucional
Fotografias de eventos, personagens	Sujeita à Seleção	Classificação Cronológica indexação (em andamento)	Arquivos	Catálogo (desde que sejam gerados negativos para preservação dos originais)	Memória Institucional
Arquivo Fotográfico ilustrativo dos trabalhos geográficos de campo (20 000 contatos)	Totalidade da Produção	Indexação (projeto em andamento)	Em fichas cartonadas contendo os respectivos contatos, arquivados em 40 fichários geminados	Catálogo (os negativos encontram-se acondicionados e sob a guarda da microfilmagem) a ser feito	Memória Institucional
Fitas de Vídeo	Sujeita à Seleção	Catalogação (em andamento)	Armário Fechado	Catálogo (a ser feito)	Memória Institucional
Fitas Cassete (entrevistas de história oral)	Totalidade da Produção	Resumos	Arquivo de Segurança e Arquivo de uso Corrente (cada entrevista é copiada)	Catálogo (a ser feito)	Memória Institucional, de acordo com as restrições estabelecidas pelos entrevistados

(continua)

ACERVO (Tipo e Conteúdo)	AQUISIÇÃO	DESCRIPÇÃO E REPRESENTAÇÃO	ARMAZENAMEN- TO/SEGURANÇA	DISSEMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
<b>ARQUIVÍSTICO</b> (cont.)					
Arquivo Histórico-Administrativo do IBGE (dos 1 <sup>os</sup> atos constitutivos até 1970; de 1970 a 1985 em fase de absorção)	Totalidade do que foi recebido	Classificação Cronológica	Armários fechados com portas de vidro	Folheto explicativo, com restrições de uso de acordo com a legislação em vigor (a ser feito)	Memória Institucional. A documentação de 1970 a 1985, já microfilmada, encontra-se no Setor de Microfilmagem, aguardando aquisição de arquivos ou armários para armazenamento adequado no Setor de Memória Institucional
Arquivo de formulários e instruções de coleta dos levantamentos estatísticos	Totalidade do que foi recolhido ao longo do tempo	Classificação Cronológica (em processamento)	Aguardando aquisição de arquivos	Catálogo (em andamento)	Memória Institucional
Arquivo do ENDEF	Totalidade do que foi recebido	Classificação por regiões (VIII), Estados e Municípios	Arquivos	Folheto explicativo, com restrições de uso de acordo com a legislação em vigor (a ser feito)	Memória Institucional
Arquivo de Rede de Coleta (ex-NUCAR)	Totalidade do que foi recebido	Sem Tratamento Especial	Aguardando aquisição de arquivos para iniciar tratamento técnico	Folheto explicativo (a ser feito)	Memória Institucional
Arquivo histórico dos processos administrativos	Sujeita à Seleção	Ordenação Numérica	Caixas de papelão num galpão	Fichas dos processos localizadas na Subgerência de Comunicação (RJ)	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Arquivo particular de Teixeira de Freitas	...	...	...	...	Arquivo Nacional
<b>MUSEOLÓGICO</b>					
Obras de Arte (estatuetas, telas, gravuras, etc.)	Sujeita à Seleção	Sem Tratamento Especial	Nas dependências do IBGE em geral, por serem identificadas e posteriormente tratadas	A depender das características do processo de tombamento a ser feito	A ser definida, podendo ficar expostas em exposições permanentes e/ou temporárias, em ambiente de época devidamente reconstituído com móveis e objetos
Instrumentos de Trabalho (bússolas, níveis, lunetas) e móveis de época	Sujeita à Seleção	Sem Tratamento Especial	Nas dependências do IBGE em geral, por serem identificadas e posteriormente tratadas	A depender das características do processo de tombamento a ser feito	A ser definida, podendo ficar expostas em exposições permanentes e/ou temporárias, em ambiente de época devidamente reconstituído com móveis e objetos existentes no IBGE
Selos, medalhas e troféus comemorativos de eventos	Sujeita à Seleção	Sem Tratamento Especial	Nas dependências do IBGE em geral, por serem identificadas e posteriormente tratadas	A depender das características do processo de tombamento a ser feito	A ser definida, podendo ficar expostas em exposições permanentes e/ou temporárias, em ambiente de época devidamente reconstituído com móveis e objetos existentes no IBGE

(conclusão)

ACERVO (Tipo e Conteúdo)	AQUISIÇÃO	DESCRIPÇÃO E REPRESENTAÇÃO	ARMAZENAMENTO /SEGURANÇA	DISSEMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO
MUSEOLÓGICO (cont.)					
Museu de Geociências	Sujeita à Definição de Escopo	Sem Tratamento Especial	Estantes, Vitrines, etc.	Catálogo (a ser feito)	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Casa de Teixeira de Freitas(1)	Doações feitas pela família e pela antiga BICEN (hoje DEDOC)	Organização museográfica	Exposição permanente	Catálogo (já existente)	São Francisco do Conde (BA), onde funciona a respectiva agência de coleta
AMBIENTAL					
Laboratório de Ecologia Animal	...	...	...	...	Roncador (DF)
Coleção de peixes dos córregos da área	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Coleção de peles de aves taxidermizadas	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Coleção de mamíferos em peles e esqueletos	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Coleção de Insetos	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e Informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Laboratório de Ecologia Vegetal	...	...	...	...	...
Herbário especializado em Cerrado	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Carpoteca (frutos)	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Micoteca (fungos)	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
Xiloteca (madeiras)	Totalidade do Acervo	Classificação Específica	Ambiente Controlado	Publicações e informações que alimentam a base de dados de Geociências	Divisão de Geociências/DF, na "Reserva Ecológica do IBGE"
COMPUTACIONAL					
Base de Dados do IBGE	Totalidade da Produção	Banco de metadados (em desenvolvimento)	CPD	SIMBAD (Sistema de Informações da Base de Dados)	DI

NOTA - Vale registrar que este quadro é produto de identificação assistemática do patrimônio histórico institucional, via de regra não administrado pelo CDDI/Setor de Memória Institucional. O "Projeto de Identificação e Tombamento do Patrimônio Histórico do IBGE", a ser implementado tem como um de seus objetivos integrar o Sistema de Administração de Bens Patrimoniais já existente na Instituição, tornando a operacionalização do Projeto mais eficaz. Vale ressaltar que o item "Arquivo particular de Teixeira de Freitas" foi incluído neste quadro, apesar de pertencer ao Arquivo Nacional, como referência para usuários interessados em consultá-lo.

(1) Integra o Centro Histórico de São Francisco do Conde (BA), constando do Inventário de Proteção do Acervo Cultural. Em 31-03-1982 foi inaugurada com a dupla função de museu e agência de coleta, reunindo livros, fotografias, objetos de uso pessoal, além de honrarias recebidas de instituições técnicas e culturais, nacionais e internacionais.

## ANEXO II

Rio de Janeiro, 26 de março de 1991

Prezado Colega:

Gostaria de contar com a sua colaboração no projeto de dissertação que estou desenvolvendo, intitulado *Memória Institucional do IBGE: um estudo exploratório - metodológico*. Uma das preocupações iniciais foi a de como contactar os representantes das Unidades Regionais, sem uma aproximação pessoal que permitisse maior interação informante - pesquisador. A oportunidade desse evento - Reunião dos Chefes de Departamento e Escritórios Regionais - suscitou a possibilidade de obter tão prestimosa colaboração das Unidades Regionais do IBGE, com um estudo que é por definição precípuamente institucional e que diz respeito a todos nós ibgeanos, interessados em recuperar, preservar e disseminar a nossa memória.

Para tanto, basta que responda às perguntas objeto do roteiro anexo e envie sua resposta, o mais breve possível, ao CDDI/Setor de Memória Institucional, sítio à Rua General Canabarro, nº 666 - Maracanã - Rio de Janeiro, CEF 20271.

Agradeço antecipadamente a colaboração que dispensar a este estudo que, em última análise, será revertido em prol da nossa Instituição.

Atenciosamente,

ICLEIA THIESEN MAGALHÃES COSTA  
Setor de Memória Institucional

Para você, o que é memória?

A partir de sua vivência no IBGE, o que considera preservar? Por quê? Para quê?

O que considera não deve ser preservado? Por quê?

Poderia definir Memória Institucional?

O que devia, no seu entender, a identidade do IBGET?

Quais critérios de seleção sugeriria para o resgate da Memória do IBGET por você?

(cont. de)

**ROTEIRO N° 1****funcionários e ex-funcionários)****Entrevista P nº  
Local e data****1 DADOS PESSOAIS****Funcionário Local:****Nome:****Data de ingresso no IBGE:****Lotação:****Função:****Formação:****(Deseja permanecer anônimo?)****Resposta:****Ligar o gravador**

- 2 O trabalho que estou desenvolvendo tem como objetivo explorar o conceito de memória, especificamente em relação à memória de uma instituição como o IBGE, de âmbito nacional, com 54/55 anos de atividades em todo o país. Pretendo colher informações contidas na literatura especializada, junto a funcionários e ex-funcionários, tanto a nível horizontal quanto vertical, além de ouvir instituições ou pessoas que desenvolvam também as atividades de recuperação de memória. A partir daí, espero ter elementos para a construção de um modelo de sistema voltado para a recuperação da memória institucional, baseado ainda num quadro teórico a ser construído. Ou seja, literatura especializada, funcionários e ex-funcionários, instituições com projetos semelhantes vão juntos, cada qual a seu modo, fornecer os pressupostos e os elementos deste sistema. Certo? Algum ponto a esclarecer? O projeto está disponível para maiores informações.**
- 3 Para você, o que é memória?**
- 4 A partir de sua vivência no IBGE, o que considera relevante preservar? Por que? Para que?**
- 5 O que considera não deva ser preservado? Por que?**
- 6 Poderia definir *Memória Institucional*?**
- 7 Qual seria, no seu entender, a identidade do IBGE?**
- 8 Que critérios de seleção sugeriria para o resgate da Memória do IBGE? Por que?**

PÁGINA 131

(cont. de)

9 Tem conhecimento de outras instituições preocupadas com a recuperação de sua memória? Quais?

10 Quem indicaria para falar sobre a Memória do IBGE?

**Funcionários** { de nível médio  
de nível superior

**Ex-Funcionários** { de nível médio  
de nível superior

Instituições com projetos semelhantes

Pessoas que desenvolvem trabalhos semelhantes individualmente

ii Gostaria de apontar/sugerir alguma modificação que viesse a enriquecer este estudo? Quais? Por que?

O cotejo de entrevista e seu relatório nos forneceram o Rio de Janeiro como o maior e mais completo, e respondido por escrito, salvo se você disser de preferir a fala e esteja a gravar suas respostas.

O fato é pretendendo identificar o informante não, no caso, é você.

O fato é explicar o que pretendo e como vou desenvolver o tema.

(cont. 2)

## ANEXO III

Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1991

Prezado Colega,

Em aditamento à carta de 26.3.91, onde encaminhei o roteiro de entrevista para meu projeto de pesquisa-tese, devo esclarecer o que segue:

Durante a Reunião dos Chefes de Departamentos e Escritórios Regionais o Setor de Memória Institucional do CDDI deu início a 2 (dois) Projetos. O primeiro, anunciado pelo Dr. Nelson Senra, refere-se à Memória do Trabalho de Campo, objeto da Resolução PR-08/91. O material referente à coleta dessas informações será oportunamente enviado a todas as Unidades Regionais.

O segundo Projeto, que é também meu projeto de tese de mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pretende explorar e estabelecer alguns conceitos relativos à Memória Institucional. É a respeito desse segundo projeto que faço os seguintes esclarecimentos:

- . o roteiro de entrevista a ser aplicado aos técnicos do Rio de Janeiro passa a valer como questionário, a ser respondido *por escrito*, salvo se você dispuser de gravador e fita e esteja a gravar suas respostas;
- . o ítem 1 pretende identificar o informante que, no caso, é você;
- . o ítem 2 explica o que pretendo e como vou desenvolver a tese;

(cont.)

(cont. de)

os demais ítems (do 3 ao 11) contêm as questões que você deve responder por escrito, de acordo com a sua própria visão do que seja memória, identidade, etc. Nesse sentido, devo esclarecer que não existem respostas certas ou erradas - existem respostas que refletem a sua opinião, o seu entendimento que são bastante relevantes para esse estudo. Lembre-se que você tem, se assim o desejar, a garantia do anonimato.

por último, gostaria de pedir a sua colaboração no sentido de enviar-me as respostas até o dia 15 de maio próximo, tendo em vista os prazos estabelecidos pela UFRJ.

*Cordialmente* Desde já agradecida, subscrovo-me

*Parcialmente* Atenciosamente, objetivos do projeto

ICLEIA THIESEN MAGALHÃES COSTA  
Setor de Memória Institucional

2. Um conhecimento da estrutura do grupo Memória do IIEC de 1907 de 1930, como você?

3. O trabalho que estou desenvolvendo tem como objetivo explorar o conceito de memória, especificamente sua relação à memória de um instituto como o IIEC, de âmbito nacional, nos 34/53 anos de atividades em todo o país. Pretendo colher informações contidas na literatura especializada, junto a funcionários e ex-funcionários, tanto a nível horizontal quanto vertical, além de ouvir testemunhos de pessoas que desenvolveram tarefas na área das áreas de recuperação da memória. A partir daí, espero ter algumas bases para a construção de um modelo de sistema voltado para a recuperação da memória institucional, baseado ainda nas memórias teóricas a serem constatadas. Ou seja, literatura generalizada, funcionários e ex-funcionários, instituições e os projetos desenvolvidos nela juntas, tanto qual e em que medida, forneceram os elementos e os elementos desse sistema. Gostaria Algo mais a adicionar? O projeto está disposto para maiores informações.

- 4 Para você, o que é memória?
- 5 Pode-se definir memória institucional?
- 6 Das suas definições de memoria, qual é o ROTEIRO N° 2 (Instituição tratada)
- 7 (Instituições com projetos semelhantes ou pessoas)

## ANEXO IV

1 DADOS INSTITUCIONAIS OU PESSOAIS      Entrevista nº  
Local e data

Instituição:

Nome:

Cargo/função:

Missão institucional ou objetivos do projeto:

Deseja permanecer anônimo?

Ligar o gravador

- 2 Tem conhecimento da existência do projeto Memória do IBGE? Se positivo, como soube?
- 3 O trabalho que estou desenvolvendo tem como objetivo explorar o conceito de memória, especificamente em relação à memória de uma instituição como o IBGE, de âmbito nacional, com 54/55 anos de atividades em todo o país. Pretendo colher informações contidas na literatura especializada, junto a funcionários e ex-funcionários, tanto a nível horizontal quanto vertical, além de ouvir instituições ou pessoas que desenvolvam também as atividades de recuperação de memória. A partir daí, espero ter elementos para a construção de um modelo de sistema voltado para a recuperação da memória institucional, baseado ainda num quadro teórico a ser construído. Ou seja, literatura especializada, funcionários e ex-funcionários, instituições com projetos semelhantes vão juntos, cada qual a seu modo, fornecer os pressupostos e os elementos deste sistema. Certo? Algum ponto a esclarecer? O projeto está disponível para maiores informações.

(cont.)

(cont. de)

- 4 Para você, o que é memória?
- 5 Poderia definir memória institucional?
- 6 Com que definição de memória esta instituição trabalha?
- 7 O que considera *Memória Técnica* nesta instituição?
- 8 O que se considera relevante preservar em sua instituição? Por que?
- 9 O que se considera não deva ser preservado? Por que?
- 10 Nesta instituição são desenvolvidas atividades de história oral? Se positivo, quais os critérios de seleção dos depoentes/atores?
- 11 Em que etapa se encontra o projeto de recuperação da memória institucional?
- 12 Que tipo de dificuldades metodológicas esta instituição enfrenta no resgate de sua memória?
- 13 Quais os impasses técnicos e metodológicos já superados?
- 14 Tem conhecimento de outras instituições que desenvolvem trabalhos semelhantes? Quais?
- 15 Quais os critérios de seleção que utilizam para a identificação e tratamento dos acervos de memória ou acervos históricos?
- 16 Gostaria de apontar/sugerir alguma modificação que viesse a enriquecer este estudo? Quais? Por que?

## ANEXO V

## Entrevista piloto com Juliana e Pedro

Rio de Janeiro, 19 de março de 1991

## . Sobre Memória Institucional. O que seria?

J: Você tem alguma idéia, não tem?

P: Quais os mecanismos para descobrir?

J: O que Heloísa acha do tema?

P: Você vai entrevistar o Jorginho?

J: O IBGE todo está na memória institucional; está interessado em saber o que é?

J: Qual o objetivo do IBGE?

## . Sobre Memória?

J: Poder pensar, dar idéias.

P: Pensamento.

## . Sobre o que é relevante preservar?

J: O IBGE já tem muita coisa; precisa falar em jornais, divulgar o que tem.

P: Não sei.

## . Sobre o que não deve ser preservado?

J: Nada, porque tudo deve ser preservado.

P: Não sei.

## . O que é memória institucional?

J: Poder pensar os 55 anos que ele tem. Trabalho e desenvolvimento.

P: Não sei.

## . Sobre identidade do IBGE?

J: São várias. Estatística, Geografia, Meio Ambiente. Você pretende entrevistar quantas pessoas?

P: -